

ANEXO I**Item 10 do Anexo 24 da ICVM 480****ITEM 10 - COMENTÁRIOS DOS DIRETORES****10.1. Os diretores devem comentar sobre:***a) Condições financeiras e patrimoniais gerais***2011**

O ano de 2011 foi marcado por elevada volatilidade no cenário internacional, particularmente a partir de agosto. A perspectiva de crescimento das economias desenvolvidas deteriorou-se, influenciada ainda pela necessidade de grandes ajustes fiscais nos próximos trimestres, em especial pela economia europeia. A contenção no crédito privado nos mercados internacionais, reflexo da crise também deve ser um fator de moderação no crescimento. O Banco Central Europeu proveu liquidez de três anos para um grande número de instituições financeiras em dezembro, contribuindo para algum alívio, pelo menos no curto prazo, nas condições financeiras da região. Nos Estados Unidos, o crescimento acima do esperado no segundo semestre de 2011 foi a surpresa positiva. A China deve apresentar desaceleração moderada ao longo dos próximos trimestres, mas a posição externa do país continua sólida, a dívida das famílias é baixa, e o consumo mantém potencial de crescimento.

No cenário doméstico, consolidou-se a tendência de desaceleração da atividade econômica. Esse arrefecimento é consequência do aperto fiscal e monetário realizado entre o final de 2010 e meados de 2011, mas também reflete a recente deterioração do cenário econômico global. As expectativas dos consumidores e empresários permaneceram em níveis inferiores àqueles verificados no passado recente. O Produto Interno Bruto (PIB) do 4T11 registrou um pequeno crescimento em torno de 0,2%, apresentando uma leve recuperação em relação à estabilidade observada no trimestre anterior. Com isso o crescimento anual do PIB em 2011 foi de 2,7%.

A inflação medida pelo IPCA encerrou o ano de 2011 em 6,5%. O arrefecimento da atividade econômica, a menor pressão dos preços das commodities e a diminuição dos reajustes de itens administrados contribuem para a perspectiva de redução da inflação ao longo de 2012.

Nesse contexto, com a elevação das incertezas sobre o cenário externo e o possível impacto sobre a atividade doméstica, o Banco Central do Brasil iniciou um processo de redução da taxa Selic em agosto de 2011. A taxa básica de juros encerrou 2011 em 11,0% ao ano, ante os 12,5% antes do ciclo de redução. Além do afrouxamento da política monetária, o governo tem utilizado outros instrumentos para estimular a economia, incluindo a redução de IPI para os segmentos de eletrodomésticos e a diminuição das alíquotas de requerimentos de capital e IOF para determinadas operações de crédito.

O mercado de crédito mostrou redução no crescimento ao longo de 2011. No ano de 2011, as novas concessões de crédito para pessoas físicas elevaram-se, em termos reais, 4,4% em relação ao mesmo período de 2010 (após crescimento de 15,4% em 2010 frente a 2009). No segmento de pessoas jurídicas, as concessões em 2011 cresceram 1,4% ante 2010, ano em que a expansão foi de 2,5% em relação a 2009. O total de crédito como percentual do PIB atingiu 49,1% em dezembro de 2011 ante 45,2% em dezembro de 2010. A inadimplência acima de 90 dias subiu para 5,5% em dezembro, ante 4,5% no fechamento de 2010, influenciada pela elevação das taxas de juros dos empréstimos e pelo menor crescimento econômico.

O lucro líquido do exercício foi de R\$14.621 milhões, com retorno anualizado sobre o patrimônio líquido médio de 22,3%, em comparação a 24,1% em 2010. Em 31 de dezembro de 2011, o ativo consolidado totalizou R\$ 851.331 milhões e o patrimônio líquido total foi de R\$71.347 milhões. Na mesma data, nosso índice de solvência em base integralmente era de 16,4%.

O saldo das transações de créditos, inclusive avais e fianças, era de R\$397.012 milhões em 31 de dezembro de 2011, um aumento de 19,1% se comparado a 31 de dezembro de 2010. Em 31 de dezembro de 2011, o crédito a pessoas físicas aumentou 17,9%, enquanto que o crédito a pessoas jurídicas aumentou 17,9%, se comparado a 31 de dezembro de 2010. Com respeito a empréstimos a pessoas físicas, os destaques foram o crédito imobiliário, empréstimo por cartão de crédito e crédito pessoal, com aumentos de 66,7%, 18,0% e 47,0%, respectivamente. Com respeito a crédito para micro, pequenas e médias empresas, a carteira aumentou 13,0% de 31 de dezembro de 2010 a 31 de dezembro de 2011, enquanto que a carteira de empréstimos a pessoas jurídicas aumentou 21,3% durante o mesmo período. O saldo de avais e fianças alcançou R\$51.530 milhões em 31 de dezembro de 2011, o que representou um aumento de 34,3% se comparado a 31 de dezembro de 2010.

Nosso resultado da provisão para créditos de liquidação duvidosa aumentou 45,5% no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, se comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. A despesa de provisão para créditos de liquidações duvidosas aumentou 41,0%, de R\$14.121 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para R\$19.912

milhões em 2011, um aumento de R\$5.791 milhões. Esse crescimento deveu-se ao crescimento de nossa carteira de crédito e reflete o modelo de perdas esperadas adotada na gestão de risco de crédito da instituição, com base no conceito amplo de BIS II, que considera a perda potencial em termos de crédito rotativo. Esse modelo substitui o anterior, que continha, além da perda esperada, o conceito de provisão anticíclica, tratada como uma proteção de capital de acordo com os preceitos de BIS III. A adoção desse modelo resultou em uma reversão de provisão no montante de R\$ 1.573 milhões, bruto de impostos, no quarto trimestre de 2010. Em 31 de dezembro de 2011, o índice dos créditos de curso anormal de 90 dias como percentual do total de nossa carteira de crédito aumentou 4,9%, se comparado com 4,1% em 31 de dezembro de 2010. Créditos em renegociação, inclusive pagamentos prorrogados, alterados e diferidos, cresceram 4,2% do total de nossa carteira em 31 de dezembro de 2011, se comparado com 3,1% em 31 de dezembro de 2010.

No segundo semestre de 2011, o processo de integração entre o Itaú e o Unibanco foi plenamente concluído. Hoje, 100% das plataformas de tecnologia estão integradas e funcionando em um ambiente único.

Nossos resultados de operações no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, se comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, refletiu um impacto significativo de variações cambiais. A taxa de câmbio entre dólar dos Estados Unidos e real variou de forma significativa. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o real sofreu depreciação de 12,6% em relação ao dólar dos Estados Unidos, enquanto que em 2010 houve uma valorização do real de 4,3%.

Em 2011, houve uma mudança na base de consolidação da Financeira Itaú CBD S.A., que passou de integral para parcial, sendo que da Porto Seguro S.A. mudou de consolidação para reconhecimento pelo método de equivalência patrimonial. Consulte a Nota 2(b) a nossas demonstrações financeiras consolidadas anuais.

2010

Em 2010, o Brasil experimentou um forte crescimento e o PIB apresentou evolução de 7,5%. Isso ocorreu devido principalmente à recuperação da economia brasileira do crescimento negativo de 2009, que apresentou também rápida expansão da demanda doméstica, cujo crescimento foi de 7,5% em 2010, impulsionada principalmente pela recuperação do consumo e dos gastos com investimentos, assim como dos crescentes gastos tributários.

O déficit atual (saldo líquido da comercialização de produtos e serviços e transferências internacionais) alcançou 2,3% do PIB em 2010, sendo que esse déficit se repetiu pelo terceiro ano consecutivo. A solvência externa do Brasil melhorou consideravelmente, com US\$ 289 bilhões nas reservas internacionais e US\$ 256 bilhões na dívida externa em dezembro de 2010. Ainda assim, há outras obrigações externas, como investimentos em carteira de ações e títulos de dívida de renda fixa, que subiram de US\$ 287 bilhões em 2008 para US\$ 645 bilhões em janeiro de 2011.

Há preocupações quanto à aceleração da inflação: o índice de inflação alcançou 5,9% em 2010, muito acima da média da meta do governo de 4,5%, e próximo do índice máximo estipulado em 6,5%. A inflação pode continuar a subir e pode, potencialmente, afetar os nossos resultados. Os índices de inadimplência no sistema bancário brasileiro caíram durante o ano de 2010.

Não obstante os efeitos relativamente curtos da crise internacional, novas fontes de tensão, especialmente da Europa, devido à carga da dívida soberana dos países europeus, dos Estados Unidos, devido a temores de uma segunda recessão resultante da morosidade do mercado imobiliário e à crescente taxa de desemprego, e da aceleração da inflação nos países emergentes, podem afetar o nível de atividade e aumentar a volatilidade da moeda brasileira, o Real, em relação ao dólar dos Estados Unidos, ao Euro, ao Yen, ao Yuan e a outras moedas. O governo brasileiro poderia optar por adotar medidas adicionais macroprudenciais para evitar o aumento excessivo do ativo.

Em dezembro de 2010, o Conselho Monetário Nacional adotou medidas que visam a conter o crescimento do crédito: elevação do adicional de compulsórios e elevação do requerimento de capital. Os depósitos compulsórios do sistema bancário no Banco Central aumentaram em R\$ 81,8 bilhões. Essas medidas vêm moderando o crescimento dos empréstimos. Indicações preliminares, com os dados do mês de dezembro, mostraram uma média das concessões de empréstimos para a pessoa física caindo 10,5%, em termos reais e dessazonalizados. Ainda que o impacto tenha sido menor nas concessões para a pessoa jurídica, as quais apresentaram queda de 6,6%, outras variáveis como os juros cobrados nos empréstimos à pessoa física parecem ter se elevado. Não obstante, o crédito total concedido pelo sistema bancário aumentou sua importância no ano de 45% do PIB para 47%.

Em 31 de dezembro de 2010, nosso lucro líquido consolidado foi de R\$ 13.323 milhões. Em 31 de dezembro de 2010, nosso patrimônio líquido totalizou R\$ 60.879 milhões. O retorno anualizado sobre o patrimônio líquido médio foi de R\$ 24,1% em 2010. Na mesma data, nosso índice de solvência em base integralmente consolidada era de 15,4%, uma redução de 130 pontos base em comparação a 31 de dezembro de 2009, principalmente devido a (i) mudanças nas regras de exigência de capital, que excluíram as provisões adicionais para créditos de liquidação duvidosa do cálculo de capital do Nível 1, e (ii) expansão do crédito. Para mais detalhes sobre o cálculo de nosso capital regulamentar, consulte a Nota 3 às demonstrações financeiras consolidadas referentes à data base e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Em 2010, nosso principal desafio foi a finalização da integração das agências do Unibanco e dos postos de serviço em todo o Brasil. Com a finalização da integração, somos capazes de aprimorar nossos processos e, dessa forma, aumentar o volume de serviços e a nossa base de clientes, ao mesmo tempo em que mantemos a qualidade dos serviços.

Destacamos a melhora na qualidade dos ativos como a principal mudança em nossa situação financeira referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. As nossas operações foram positivamente afetadas pela redução em empréstimos inadimplidos, principalmente devido a uma melhora na qualidade de nossa carteira de pessoas físicas e jurídicas, e um avanço em nossa recuperação de empréstimos anteriormente baixados como perdas. Os níveis reduzidos de inadimplência estão associados ao desenvolvimento da economia brasileira, bem como às políticas conservadoras de crédito que adotamos a partir de 2009.

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de transações de crédito, inclusive avais e fianças, era de R\$333.427 milhões, um aumento de 20,5% se comparado a 31 de dezembro de 2009. O crédito a pessoas físicas aumentou 18,3%, enquanto o crédito a pessoas jurídicas aumentou 21,8% se comparado a 31 de dezembro de 2009. Em 2010, mantivemos nossa estratégia de aumentar o volume de empréstimo em cartão de crédito, financiamento de veículos, crédito imobiliário e crédito para micro, pequenas e médias empresas, sendo que a carteira de crédito para pessoas jurídicas aumentou a uma taxa maior do que para outros segmentos.

Nossos resultados operacionais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, comparados aos do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, refletiram um impacto significativo da variação cambial. A taxa de câmbio entre o dólar dos EUA e o real variou significativamente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2010 o real valorizou-se 4,3% em relação ao dólar dos EUA, enquanto no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 o real valorizou-se 25,5% em relação ao dólar dos EUA. A redução da receita das operações financeiras antes de perdas de crédito, devido principalmente a ganhos menores de instrumentos financeiros derivativos usados para proteger nossos investimentos em controladas no exterior, resultou em uma diminuição de despesas relacionadas a imposto de renda e contribuição social.

2009

A atividade econômica brasileira mostrou forte retomada, principalmente no segmento industrial, a partir de janeiro. Desde então, a produção industrial cresceu por dez meses consecutivos, acumulando aumento de 19,1% até novembro, na comparação com o mês de dezembro de 2008. No entanto, apesar da sequência de crescimento mensal, a produção da indústria ainda acumulava queda de 9,3% entre janeiro e novembro, quando comparada com o mesmo período de 2008.

Fundamental para essa recuperação foi a rápida retomada do crédito bancário doméstico. Em dezembro, o crédito como proporção do PIB alcançou o índice de 45%, ante uma série histórica inferior a esse patamar.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2009, nosso lucro líquido consolidado foi de R\$ 10.067 milhões. Em 31 de dezembro de 2009, nosso patrimônio líquido totalizou R\$ 50.683 milhões. O retorno sobre o patrimônio líquido médio foi de 21,4% em 2009. Nosso índice de solvência em base integralmente consolidada atingiu 16,7%, um aumento de 0.6 ponto percentual (p.p.) em comparação com o exercício anterior.

Durante 2009, enfrentamos dois desafios principais. Primeiro, internamente vivenciamos mudanças significativas relacionadas à associação. No final de 2008, definimos a equipe administrativa que lideraria a nova instituição. Além disso, finalizamos a escolha dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria que seriam responsáveis por conduzir o processo de integração. No primeiro semestre de 2009, esse processo foi expandido para todos os níveis administrativos da nossa empresa. Ao mesmo tempo, foram reavaliadas e redefinidas as oportunidades de mercado e os modelos de negócio, e estabelecidas as metas para a unidade de negócio comercial. O programa de transformação de agências associado à integração das operações dos dois bancos teve início no segundo semestre de 2009 e a previsão era de que estivesse em ritmo acelerado em 2010. O segundo desafio estava relacionado à turbulência nos mercados financeiros internacionais. O principal impacto da crise econômica sobre o setor financeiro brasileiro em geral foi um aumento nas operações de crédito de curso anormal. Nossas operações foram afetadas por uma mudança na qualidade dos ativos. Durante os primeiros nove meses de 2009, usamos parte da nossa provisão adicional para créditos de liquidação duvidosa a fim de responder a essas mudanças na qualidade dos ativos. Porém, no final de 2009, o saldo de operações de crédito de curso anormal começou a diminuir, alterando a tendência de deterioração gradual da qualidade dos ativos iniciada no final de 2008.

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo total de transações de crédito, inclusive avais e fianças, foi de R\$ 278.382 milhões. O crédito a pessoas físicas aumentou 10,4% enquanto o crédito a pessoas jurídicas diminuiu 2,3% se comparados a 31 de dezembro de 2008. Mantivemos nossa estratégia de aumentar o volume de linhas de crédito ao consumidor, principalmente cartões de crédito e financiamento de veículos, e crédito para micro, pequena e média empresas em 2009. As mudanças nas taxas de câmbio e a valorização do real em relação a moedas estrangeiras, além da migração de clientes pessoa jurídica aos mercados de capitais como fonte de operações financeiras, foram as principais causas da diminuição do saldo de crédito a pessoas jurídicas.

Em 23 de agosto de 2009, o Itaú Unibanco Holding e a Porto Seguro firmaram um acordo de associação para unificar suas respectivas operações de seguros residenciais e de automóveis. Além disso, foi assinado um acordo operacional para oferta e distribuição, em caráter exclusivo, de produtos securitários residenciais e de automóveis aos clientes da rede Itaú Unibanco, no Brasil e no Uruguai. Como consequência dessa associação, os resultados da Porto Seguro foram consolidados proporcionalmente no quarto trimestre de 2009, em vista da participação de 30,0% na Porto Seguro.

Reclassificamos certos itens na data base de 31 de dezembro de 2010 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 para fins comparativos. Consulte a Nota 22(l) às nossas demonstrações financeiras consolidadas referentes à data base e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social está representado por 4.570.936.100 ações escriturais sem valor nominal, sendo 2.289.286.400 ações ordinárias e 2.281.649.700 ações preferenciais sem direito a voto, mas com direito de, em eventual alienação de controle, serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias. O capital social totaliza R\$ 45.000.000 (R\$ 45.000.000 em 31/12/2010), sendo R\$ 31.551.752 (R\$ 31.546.933 em 31/12/2010) de acionistas domiciliados no país e R\$ 13.448.248 (R\$13.453.067 em 31/12/2010) de acionistas domiciliados no exterior.

Julgamos adequado o atual nível de índice da Basileia de 16,4% com base no Consolidado Econômico Financeiro de 31 de dezembro de 2011.

I - Hipóteses de resgate;

Não há hipótese de resgate de ações do emissor além das legalmente previstas.

II - Fórmula de cálculo do valor de resgate

Não se aplica.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos; d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas; e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez; g) Limites de utilização dos financiamentos já contratados.

Nossa Comissão Superior de Tesouraria Institucional - Liquidez determina nossa política de gestão de ativos e passivos. Nossa política é manter uma estreita correspondência entre os vencimentos e à exposição em taxa de juros e moedas. Para estabelecer políticas e limites, a Comissão Superior de Tesouraria Institucional - Liquidez considera nossos limites de exposição a cada segmento de mercado e produto e a volatilidade e a correlação entre os diferentes mercados e produtos.

Temos investido na melhoria da gestão de risco da liquidez inerente a nossas atividades, mantendo simultaneamente uma carteira de títulos e valores mobiliários de alta liquidez (reserva operacional), que representa uma fonte potencial de liquidez adicional.

A administração controla nossas reservas de liquidez mediante a estimativa dos recursos que estarão disponíveis para aplicação por nossa tesouraria. A técnica que empregamos envolve a projeção estatística de cenários para nossos ativos e passivos, considerando o perfil de liquidez de nossas contrapartes.

Os limites mínimos de liquidez de curto prazo são definidos de acordo com as orientações estabelecidas pela Comissão Superior de Tesouraria Institucional - Liquidez. Esses limites buscam assegurar liquidez suficiente, inclusive no caso de ocorrerem eventos de mercado imprevistos. Esses limites são periodicamente revisados com base nas projeções de necessidades de caixa em situações atípicas de mercado (isto é, cenários de estresse).

A administração da liquidez nos possibilita, simultaneamente, cumprir com as exigências operacionais, proteger nosso capital e aproveitar as oportunidades de mercado. Nossa estratégia é manter a liquidez adequada para cumprir com nossas obrigações atuais e futuras e capitalizar as oportunidades de negócios à medida que aparecem.

Nossa principal fonte de recursos são os depósitos, e estas captações incluem depósitos à vista, de poupança, a prazo e interfinanceiros. Em 31 de dezembro de 2011, os depósitos totais alcançaram R\$ 242.638 milhões, representando 41,9% do total de recursos. Em 31 de dezembro de 2010 os depósitos totais chegaram a aproximadamente R\$ 202.688 milhões, representando 39,8% do total de recursos. Já em 31 de dezembro de 2009 os depósitos totais chegaram a aproximadamente R\$ 190.772 milhões, representando 48,0% do total de recursos. Nossos depósitos a prazo representavam em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, respectivamente, 59,5%, 57,4% e 60,1% do total dos depósitos.

Os depósitos em poupança, representam uma das quatro principais fontes de captação de recursos, respondiam em 31 de dezembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010 por 27,7% e 28,6% do total de depósitos, respectivamente.

Em 31 de dezembro

	2011		2010		2009	
	R\$ milhões	% do Total de Recursos	R\$ milhões	% do Total de Recursos	R\$ milhões	% do Total de Recursos
Depósitos	242.638	41,9%	202.688	39,8%	190.772	48,0%
Depósitos à vista	28.933	5,0%	25.538	5,0%	24.837	6,2%
Contas de poupança	67.170	11,6%	57.899	11,4%	48.221	12,1%
Interbancários.....	2.066	0,4%	1.929	0,4%	2.046	0,5%
Depósitos a prazo	144.469	24,9%	116.416	22,8%	114.671	28,9%
Outros depósitos	-	-%	906	0,2%	997	0,3%
Total da dívida de curto prazo	151.000	26,1%	159.784	31,4%	113.388	28,6%
Carteira própria	43.471	7,5%	98.424	19,3%	35.948	9,0%
Carteira de terceiros.....	36.538	6,3%	23.070	4,5%	51.799	13,0%
Carteira livre	1.805	0,3%	950	0,2%	669	0,2%
Notas de crédito imobiliário	14.470	2,5%	8.260	1,6%	5.471	1,4%
Notas de crédito do agronegócio	1.422	0,2%	2.660	0,5%	2.283	0,6%
Letras financeiras.....	2.544	0,4%	-	0,0%	-	-%
Letras hipotecárias	37	0,0%	48	0,0%	512	0,1%
Letras de câmbio.....	-	-%	-	-%	-	-%
Debêntures.....	1.039	0,2%	292	0,1%	238	0,0%
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior.....	9.947	1,7%	3.322	0,7%	1.948	0,5%
Obrigações por empréstimos	17.972	3,1%	12.009	2,4%	8.509	2,1%
Obrigações por repasses	11.037	1,9%	9.769	1,9%	5.969	1,5%
Securitização de ordens de pagamento no exterior.....	-	-%	-	-%	-	-%
Dívida subordinada ⁽¹⁾	10.718	1,9%	980	0,2%	42	0,0%
Total da dívida de longo prazo	185.691	32,1%	147.290	28,9%	93.284	23,5%
Carteira própria	92.576	16,0%	66.472	13,0%	39.272	9,9%
Carteira de terceiros.....	-	-%	-	-%	62	0,0%
Carteira livre	14.429	2,5%	10.740	2,1%	4.185	1,1%
Notas de crédito imobiliário	1.280	0,2%	477	0,1%	585	0,0%
Notas de crédito do agronegócio	1.862	0,3%	114	0,0%	-	-%
Letras financeiras.....	11.764	2,0%	2.466	0,5%	-	-%
Letras hipotecárias	207	0,0%	254	0,0%	-	-%
Letras de câmbio.....	-	-%	-	-%	-	-%

Em 31 de dezembro

	2011		2010		2009	
	R\$ milhões	% do Total de Recursos	R\$ milhões	% do Total de Recursos	R\$ milhões	% do Total de Recursos
Debêntures	-	-%	1.091	0,2%	2.527	0,6%
Títulos emitidos no exterior	6.984	1,2%	6.608	1,3%	3.755	0,9%
Securitização de ordens de pagamento no exterior	-	-%	-	-%	-	-%
Empréstimos	3.170	0,5%	3.640	0,7%	3.828	1,0%
Repases	24.422	4,2%	21.920	4,3%	16.386	4,1%
Dívida subordinada	28.997	5,0%	33.508	6,6%	22.684	5,7%
Total.....	579.329	100,0%	509.762	100,0%	397.444	100,0%

(1) Inclui ações preferenciais resgatáveis (classificadas como participação minoritária em subsidiárias no nosso balanço patrimonial), no total de R\$741 milhões e R\$658 milhões em 31 de dezembro de 2011 e 2010, respectivamente.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

I - Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

II - Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

O emissor tem como principal fonte de financiamentos as captações de recursos e obrigações por empréstimos e repases. Abaixo apresentamos tabela com abertura das captações de recursos por prazo de vencimento.

R\$ milhões

	31/12/2011					Total	%
	0-30	31-180	181-365	Acima de 365			
Depósitos	127.686	19.850	11.920	83.181	242.636	41,9	
Captações no Mercado Aberto	59.279	11.396	11.138	107.005	188.819	32,5	
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	4.862	15.756	8.841	22.098	51.557	8,9	
Obrigações por Empréstimos e Repases	4.026	12.772	12.213	27.592	56.602	9,8	
Securitização de Ordens de Pagamento no Exterior (1)	-	-	-	-	-	0,0	
Dívidas Subordinadas (*)	60	8.157	2.502	28.997	39.715	6,9	
TOTAL	195.913	67.931	46.613	268.873	579.329		
% por prazo de vencimento	33,9	11,7	8,0	46,4			
TOTAL - 31/12/2010	194.833	56.869	47.631	210.429	509.762		
% por prazo de vencimento	38,2	11,2	9,3	41,3			

(*) Inclui R\$ 740.703 (R\$ 657.794 em 31/12/2010) de Ações Preferenciais Resgatáveis classificadas no Balanço na rubrica de Participações Minoritárias.

O quadro abaixo destaca as captações efetuadas até 31 de dezembro de 2011 mediante emissão de títulos de dívida subordinada.

Nome do Papel	Emissão	Vencimento	Remuneração a.a.	Principal R\$
CDB Subordinado				
	2007	2012	103,5% a 104% do CDI	4.969.704
			100% do CDI + 0,35% a 0,45%	731.836
			IGPM + 7,31 a 7,35%	278.350
	2002	2012	102,5% do CDI	200.000
	2008	2013	100% do CDI + 0,50% a 0,6%	1.558.200
			106% a 107% do CDI	48.401
	2003	2013	102% do CDI	40.000
	2007	2014	100% do CDI + 0,35% a 0,6%	1.864.500
	2007	2014	IGPM + 7,35%	33.200
	2008	2014	112% do CDI	1.000.000
	2008	2015	119,8% do CDI	400.000
	2010	2015	113% do CDI	50.000
	2006	2016	100% do CDI + 0,47% (*)	465.835
	2010	2016	110% a 114% do CDI	2.719.268
	2010	2016	IPCA + 7,33%	122.500
	2010	2017	IPCA + 7,45%	366.830
			TOTAL	14.848.624
Letra Financeira Subordinada				
	2010	2016	100% do CDI + 1,35% a 1,36%	365.000
	2010	2016	112% a 112,5% do CDI	1.874.000
	2010	2016	IPCA + 7%	30.000
	2010	2017	IPCA + 6,95% a 7,2%	206.000
	2011	2017	108% a 112% do CDI	3.223.500
	2011	2017	IPCA + 6,15% a 7,8%	352.400
	2011	2017	IGPM + 6,55% a 7,6%	138.000
	2011	2017	100% do CDI + 1,29% a 1,52%	3.650.000
	2011	2018	IGPM + 7%	42.000
	2011	2018	IPCA + 7,53% a 7,7%	30.000
	2011	2019	109% a 109,7% do CDI	2.000
	2011	2021	109,25 a 110,5% do CDI	6.000
			TOTAL	9.918.900
Euronotes Subordinado				
	2010	2020	6,200%	1.730.600
	2010	2021	5,750%	1.694.200
	2011	2021	5,750%	418.350
	2011	2021	6,200%	780.550
			TOTAL	4.623.700
Bônus Subordinado				
	2005	2015	1,42%	193.834
	2008	2033	3,5% a 4,5%	141.127
			TOTAL	334.961
Ações Preferenciais				
	2002	2015	3,04%	1.388.841

(*) Os CDBs subordinados podem ser resgatados a partir de novembro de 2011.

No Itaú Unibanco Holding, a carteira é composta por Euronotes Subordinado com vencimento até 30 dias no montante de R\$ 59.547 (R\$ 26.081 em 31/12/2010), com vencimento de 91 a 180 no montante de R\$ 26.167 (R\$ 21.809 em 31/12/2010) e acima de 365 dias no montante de R\$ 5.111.734 (R\$ 3.304.889 em 31/12/2010), totalizando R\$ 5.197.448 (R\$ 3.352.779 em 31/12/2010).

III - Grau de subordinação entre as dívidas

Em caso de liquidação judicial ou extrajudicial do emissor, há ordem de preferência quanto ao pagamento dos diversos credores da massa. Especificamente com relação às dívidas que compõem o endividamento do emissor, deve ser observada a seguinte ordem de pagamento: dívidas com garantia real, dívidas quirografárias e dívidas subordinadas. A respeito do montante de nossas obrigações (detalhadas de acordo com essa mesma classificação). Vale dizer, por fim, que, em relação às dívidas reais, os credores preferem aos demais até o limite do ativo dado em garantia ao passo que não há grau de subordinação entre os diversos credores quirografários, assim como não há grau de subordinação entre os diversos credores subordinados.

As captações efetuadas mediante emissão de títulos de dívida subordinada.

R\$ milhões

	31/12/2011					
	0-30	31-180	181-365	Acima de 365	Total	%
CDB	-	8.125	2.498	12.600	23.224	58,5
Letras Financeiras	-	-	-	10.254	10.254	25,8
Euronotes	60	26	-	5.136	5.222	13,1
Bonos	-	3	3	293	299	0,8
Eurobonds	-	-	-	-	-	-
(-) Custo de transação incorrido	-	-	-	(24)	(24)	(0,1)
TOTAL OUTRAS OBRIGAÇÕES	60	8.154	2.502	28.259	38.974	
Ações Preferenciais Resgatáveis	-	3	-	737	741	1,9
TOTAL GERAL	60	8.157	2.502	28.997	39.715	
% por prazo de vencimento	0,1	20,5	6,3	73,0		

	31/12/2010					
	0-30	31-180	181-365	Acima de 365	Total	%
CDB	-	-	-	25.859	25.859	75,0
Debêntures	-	-	-	2.570	2.570	7,4
Euronotes	26	42	895	3.332	4.296	12,4
Bonos	2	-	-	298	300	0,9
Eurobonds	-	12	-	833	846	2,4
(-) Custo de transação incorrido	-	-	(0)	(40)	(41)	(0,1)
TOTAL OUTRAS OBRIGAÇÕES	28	55	895	32.853	33.830	
Ações Preferenciais Resgatáveis	-	3	-	655	658	1,9
TOTAL GERAL	28	58	895	33.508	34.488	
% por prazo de vencimento	0,1	0,2	2,6	97,2		

	31/12/2009					
	0-30	31-180	181-365	Acima de 365	Total	%
CDB	-	-	-	20.160	20.160	88,7
Debêntures	-	-	-	-	-	-
Euronotes	-	20	-	857	877	3,9
Bonos	-	3	3	130	136	0,6
Eurobonds	13	-	-	871	884	3,9
(-) Custo de transação incorrido	-	-	-	(19)	(19)	(0,1)
TOTAL OUTRAS OBRIGAÇÕES	13	23	3	21.999	22.038	
Ações Preferenciais Resgatáveis	-	3	-	684	688	3,0
TOTAL GERAL	13	26	3	22.684	22.726	
% por prazo de vencimento	0,1	0,1	0,0	99,8		

O quadro que destaca as captações efetuadas mediante emissão de títulos de dívida subordinada está demonstrado no item 10.1.(f.II) deste formulário.

IV - Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Parte de nossa dívida de longo prazo prevê a antecipação do saldo do principal em aberto quando da ocorrência de determinados fatos, como é de praxe em contratos de financiamento de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2011, não havia ocorrido nenhum evento de inadimplência nem descumprimento de cláusula financeira.

Adicionalmente, o Itaú Unibanco Holding S.A. instituiu, em março de 2010, um programa para emissão e distribuição de notas, com determinados intermediários financeiros ("Programa"). O Programa prevê que poderão ser emitidas pelo emissor, por si próprio ou por meio de sua agência das Ilhas Cayman, notas, subordinadas ou seniores ("Notas"), até o valor limite de US\$10.000.000.000,00 (dez bilhões de dólares norte-americanos).

Até a presente data foram concluídas as seguintes emissões sob o Programa ("Emissões"):

(i) US\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de dólares norte-americanos) em Notas Subordinadas emitidas em 15 de abril de 2010, com vencimento em 15 de abril de 2020, as quais foram admitidas à listagem e negociação na Bolsa de Valores de Luxemburgo .

(ii) US\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de dólares norte-americanos) em Notas Subordinadas emitidas em 23 de setembro de 2010, com vencimento em 22 de janeiro de 2021, as quais foram admitidas à listagem e negociação na Bolsa de Valores de Luxemburgo.

(iii) US\$ 270.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) em Notas Seniores emitidas em 23 de novembro de 2010, com vencimento em 23 de novembro de 2015, as quais foram admitidas à listagem e negociação na Bolsa de Valores de Luxemburgo.

(iv) US\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de dólares norte-americanos) em Notas Subordinadas emitidas em 31 de janeiro de 2011, com vencimento em 22 de janeiro de 2021, as quais foram admitidas à listagem e negociação na Bolsa de Valores de Luxemburgo. As Notas Subordinadas aqui descritas foram emitidas e distribuídas por meio da reabertura da segunda emissão de Notas Subordinadas e constituem a segunda série da segunda emissão de Notas Subordinadas sob o *Trust Deed*. As Notas Subordinadas emitidas na primeira série e as Notas Subordinadas emitidas na segunda série da segunda emissão compartilham o mesmo código ISIN e CUSIP e são fungíveis entre si.

(v) US\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de dólares norte-americanos) em Notas Subordinadas emitidas em 21 de junho de 2011, com vencimento em 21 de dezembro de 2021, as quais foram admitidas à listagem e negociação na Bolsa de Valores de Luxemburgo.

O Programa e as Emissões impõem determinadas condições e limitações à Emissora, conforme discriminadas a seguir:

a. Alienação de Ativos e Alienação de Controle Societário

Regra geral, é permitido ao emissor a alienação de todos, ou parte substancial de seus ativos, inclusive por meio de reorganizações societárias (tais como processos de fusão e cisão) sem consentimento dos titulares das notas, desde que, em decorrência de qualquer das operações acima:

- (i) a entidade que receba tais ativos ou que suceda o emissor, se comprometa a cumprir todas as obrigações de pagamento de principal e juros de qualquer nota emitida com base no Programa, bem como se comprometa a assumir todas as demais obrigações impostas ao emissor;
- (ii) não ocorra, por meio da realização de tais operações, algum evento de inadimplência; e
- (iii) a partir de qualquer anúncio público a respeito da operação e antes de sua conclusão: os administradores do emissor entreguem ao agente fiduciário (*trustee*) uma declaração de que a operação de alienação dos ativos em questão está em conformidade com as obrigações e restrições impostas ao emissor; uma opinião legal seja entregue pelos consultores jurídicos do emissor a respeito da assunção das obrigações oriundas do Programa por parte da nova entidade que assumir os ativos ou suceder o emissor.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras consolidada

R\$ milhões

Ativo	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	2011 X 2010	2010 X 2009
Circulante e realizável a longo prazo	839.422	740.465	597.978	13,4%	23,8%
Disponibilidades	10.633	10.097	10.594	5,3%	-4,7%
Aplicações interfinanceiras de liquidez	116.082	86.359	139.195	34,4%	-38,0%
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	187.880	186.562	120.189	0,7%	55,2%
Relações interfinanceiras e interdependências	98.923	86.524	14.570	14,3%	493,9%
Operações com características de concessão de crédito e outros créditos	345.483	295.053	245.951	17,1%	20,0%
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	(25.772)	(22.018)	(24.052)	17,0%	-8,5%
Outros ativos	106.193	97.888	91.531	8,5%	6,9%
Permanente	11.909	10.979	10.295	8,5%	6,6%
Investimentos	2.717	3.250	2.187	-16,4%	48,6%
Imobilizado de uso e imobilizado de arrendamento	5.287	4.723	4.360	11,9%	8,3%
Ágio	95	67	-	41,8%	-
Intangível	3.810	2.934	3.748	29,9%	-21,7%
Total Geral do ativo	851.331	751.444	608.273	13,3%	23,5%
Passivo	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	2011 X 2010	2010 X 2009
Circulante e exigível a longo prazo	777.010	686.286	553.584	13,2%	24,0%
Depósitos	242.638	202.687	190.772	19,7%	6,2%
Depósitos à vista	28.933	26.443	25.834	9,4%	2,4%
Depósitos de poupança	67.170	57.899	48.222	16,0%	20,1%
Depósitos interfinanceiros	2.066	1.929	2.046	7,1%	-5,7%
Depósitos a prazo	144.469	116.416	114.671	24,1%	1,5%
Captações no mercado aberto	188.819	199.656	131.935	-5,4%	51,3%
Recursos de aceites e emissão de títulos	51.557	25.592	17.320	101,5%	47,8%
Relações interfinanceiras e interdependências	4.048	3.668	3.077	10,4%	19,2%
Obrigações por empréstimos e repasses	56.602	47.338	34.692	19,6%	36,5%
Instrumentos financeiros derivativos	6.807	5.705	5.476	19,3%	4,2%
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	73.754	60.551	52.404	21,8%	15,5%
Outras obrigações	152.785	141.088	117.909	8,3%	19,7%
Carteira de câmbio	26.182	22.035	27.682	18,8%	-20,4%
Dívidas subordinadas	38.974	33.830	22.038	15,2%	53,5%
Diversas	87.629	85.223	68.188	2,8%	25,0%
Resultados de exercicios futuros	836	766	466	9,1%	64,4%
Participação minoritária nas subsidiárias	2.139	3.513	3.540	-39,1%	-0,8%
Patrimônio líquido	71.347	60.879	50.683	17,2%	20,1%
Total Geral do passivo	851.331	751.444	608.273	13,3%	23,5%

Apresentamos a seguir as principais variações em contas do balanço patrimonial nas datas de 31 de dezembro dos anos 2011, 2010 e 2009, lembrando que os saldos apresentados nos finais dos períodos de 2011, 2010 e 2009 refletem a consolidação no Itaú Unibanco das operações oriundas do Unibanco.

O saldo total de ativos somou R\$ 851.331 milhões ao final de 2011, com elevação de 13,3% em relação ao ano anterior, e em 31 de dezembro de 2010 o total de ativos consolidados do Itaú Unibanco era de R\$ 751.444 milhões, um aumento de 23,5% ao compararmos com o saldo de R\$ 608.273 milhões de 31 de dezembro de 2009.

O saldo da carteira de crédito, sem avais e fianças, atingiu R\$ 345.483 milhões em 31 de dezembro de 2011, com crescimento de 17,1% na comparação com 31 de dezembro de 2010. No Brasil, o saldo da carteira de crédito pessoa física somou R\$ 154.001 milhões, crescimento de 18,4% quando comparado ao saldo de igual período de 2010. No segmento de grandes empresas, o saldo da carteira foi de R\$ 93.237 milhões, e no segmento de micro, pequenas e médias empresas chegou a R\$ 85.680 milhões, com crescimento combinado de 14,2% na comparação com 31 de dezembro de 2010. As

operações de empréstimo e financiamento ao varejo cresceram 16,0% no período, totalizando R\$ 232.986 milhões. Em 2011 a carteira de crédito imobiliário atingiu R\$ 19.550 milhões, com crescimento de 47,5% em comparação ao ano anterior. O volume de contratações de financiamento imobiliário para mutuários foi de R\$ 13.450 milhões, enquanto no segmento voltado aos empresários, o total contratado alcançou R\$ 6.100 milhões.

Em 31 de dezembro de 2010, a carteira de crédito sem avais e fianças atingiu o saldo de R\$ 295.053 milhões, com acréscimo de 20,0% em relação a 31 de dezembro de 2009. Considerando-se apenas as operações de empréstimos e financiamentos dirigidas ao varejo – carteiras de Cartão de Crédito, Crédito Pessoal, Veículos, Micro, Pequenas e Médias Empresas, Crédito Rural e Crédito Imobiliário - constatamos um crescimento de 14,7% no saldo da carteira, atingindo R\$ 200.889 milhões. No segmento de grandes empresas, o saldo da carteira foi de R\$ 80.655 milhões, e no segmento de micro, pequenas e médias empresas chegou a R\$ 76.062 milhões, com crescimento de 16,3% na comparação com 31 de dezembro de 2009.

Nossa principal fonte de recursos são os depósitos, e estas captações incluem depósitos à vista, de poupança, a prazo e interfinanceiros. Em 31 de dezembro de 2011, os depósitos totais alcançaram R\$ 242.636 milhões, representando 41,9% do total de recursos. Em 31 de dezembro de 2010 os depósitos totais chegaram a aproximadamente R\$ 202.688 milhões, representando 39,8% do total de recursos. Já em 31 de dezembro de 2009 os depósitos totais chegaram a aproximadamente R\$ 190.772 milhões, representando 48,0% do total de recursos. Nossos depósitos a prazo representavam em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, respectivamente, 59,5%, 57,4% e 60,1% do total dos depósitos.

O saldo de depósitos em 31 de dezembro de 2011 apresentou aumento de 19,7% em relação ao mesmo período do ano anterior, basicamente pelo crescimento de 24,1% das captações por depósitos à prazo e pelo aumento de 16,0% das captações por depósitos de poupança.

O saldo de depósitos em 31 de dezembro de 2010 apresentou aumento de 6,3% em relação ao mesmo período do ano anterior, basicamente pelo crescimento de 20,1% das captações por depósitos de poupança.

O saldo de depósitos em 31 de dezembro de 2009 apresentou redução de 7,5% em relação ao mesmo período do ano anterior, basicamente pela queda de 15,6% das captações por depósitos a prazo, que não foram compensados pela evolução de 22,7% nos depósitos de poupança.

O patrimônio líquido consolidado totalizou R\$ 71.347 milhões em 31 de dezembro de 2011, atingiu R\$ 60.879 milhões ao final de 2010 e R\$ 50.683 milhões na mesma data de 2009, com crescimentos de 17,2% de 31 de dezembro de 2011 em relação a 2010 e 20,1% de 31 de dezembro de 2010 em relação ao mesmo período de 2009. A variação entre os períodos de 2010, 2009 e 2008 é devida basicamente ao resultado do período e ao pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos.

	Em R\$ milhões				
	Exercício 2011	Exercício 2010	Exercício 2009	2011 X 2010	2010 X 2009
Resultado da intermediação financeira antes dos créditos de liquidação duvidosa	47.259	44.647	46.116	5,9%	-3,2%
Resultado de créditos de liquidação duvidosa	(14.424)	(9.911)	(14.165)	45,5%	-30,0%
Despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(19.912)	(14.121)	(16.399)	41,0%	-13,9%
Receita de recuperação de créditos baixados como prejuízo	5.488	4.209	2.234	30,4%	88,4%
Resultado bruto da intermediação financeira	32.835	34.736	31.950	-5,5%	8,7%
Outras receitas/despesas operacionais	(14.546)	(14.481)	(14.594)	0,4%	-0,8%
Receitas de prestação de serviços	13.912	12.341	12.400	12,7%	-0,5%
Rendas de tarifas bancárias	5.135	4.760	2.772	7,9%	71,7%
Resultado de operações com seguros, previdência e capitalização	2.714	2.100	2.432	29,3%	-13,6%
Despesas de pessoal	(13.357)	(12.452)	(12.092)	7,3%	3,0%
Outras despesas administrativas	(14.100)	(13.598)	(11.593)	3,7%	17,3%
Despesas tributárias	(4.092)	(4.168)	(4.238)	-1,8%	-1,6%
Resultado de participações em coligadas/controladas	39	423	209	-90,7%	102,4%
Outras receitas operacionais	393	529	808	-25,7%	-34,5%
Outras despesas operacionais	(5.192)	(4.415)	(5.292)	17,6%	-16,6%
Resultado operacional	18.289	20.255	17.357	-9,7%	16,7%
Resultado não operacional	191	81	430	135,8%	-81,2%
Resultado antes da tributação sobre lucro e participações	18.481	20.336	17.787	-9,1%	14,3%
Imposto de renda e contribuição social	(2.855)	(5.886)	(6.652)	-51,5%	-11,5%
Participações estatutárias no lucro	(192)	(261)	(205)	-26,4%	27,3%
Administradores - estatutárias	(192)	(261)	(205)	-26,4%	27,3%
Participação minoritária nas subsidiárias	(813)	(866)	(864)	-6,1%	0,2%
Lucro líquido	14.621	13.323	10.067	9,7%	32,3%

Item 10.1 - Complemento:

Em 29 de março de 2010 foi lançado o Programa de Notas de Médio Prazo (“Programa”) da Itaú Unibanco Holding S.A., atuando pela sua sede no Brasil ou por meio de sua agência nas Ilhas Cayman (“Emissora”). Em 24 de janeiro de 2012, a Emissora, por meio de sua agência nas Ilhas Cayman, emitiu US\$550.000.000,00 em notas subordinadas sob o Programa, com vencimento em 21 de dezembro de 2021. As notas subordinadas aqui descritas foram emitidas e distribuídas por meio da reabertura da quarta emissão de notas subordinadas e constituem a segunda série da quarta emissão de notas subordinadas sob o Programa. As notas subordinadas emitidas na primeira série e as notas subordinadas emitidas na segunda série da quarta emissão compartilham o mesmo código ISIN e CUSIP e são fungíveis entre si. Para mais informações, ver item 18.5 deste Formulário de Referência.

Comentários sobre as principais variações nas demonstrações de resultados dos anos de 2011, 2010 e 2009 estão demonstrados no item 10.2.(a) deste formulário.

10.2 - Os diretores devem comentar sobre:

- *resultados das operações, em especial:*
 - I - Descrição de quaisquer componentes importantes da receita*
 - II - Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais*

Resultados das Operações do Exercício Findo em 31 de dezembro de 2011 comparado com o Exercício Findo em 31 de dezembro de 2010

Destaques

Em 31 de dezembro de 2011, o lucro líquido foi de R\$14.621 milhões, com retorno anualizado sobre o patrimônio líquido médio de 22,3%, em comparação a 24,1% em 2010. Em 31 de dezembro de 2011, o ativo consolidado totalizou R\$851.332 milhões e o total do patrimônio líquido foi de R\$71.347 milhões. Na mesma data, o índice de Basileia, com base no consolidado econômico financeiro, foi de 16,4%.

O saldo de transações de crédito, inclusive avais e fianças, foi de R\$397.012 milhões em 31 de dezembro de 2011, um aumento de 19,1% se comparado a 31 de dezembro de 2010. Em 31 de dezembro de 2011, o crédito a pessoas físicas aumentou 17,9%, enquanto o crédito a pessoas jurídicas aumentou 17,9%, se comparado a 31 de dezembro de 2010. Com relação ao crédito a pessoas físicas, os destaques foram crédito imobiliário, cartões de crédito e crédito pessoal, com aumento de 66,7%, 18,0% e 47,0%, respectivamente em 2011. Com relação ao crédito para pessoas jurídicas, a carteira de micro, pequenas e médias empresas aumentou 13,0% de 31 de dezembro de 2010 a 31 de dezembro de 2011, enquanto a carteira de grandes empresas aumentou 21,3% no mesmo período. O saldo de avais e fianças foi de R\$51.530 milhões em 31 de dezembro de 2011, um aumento de 34,3% em comparação a 31 de dezembro de 2010.

O resultado de crédito de liquidação duvidosa aumentou 45,5% em 31 de dezembro de 2011, quando comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. As despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa aumentaram 41,0%, de R\$14.121 milhões no exercício findo 31 de dezembro de 2010 para R\$19.912 milhões em 2011, um aumento de R\$5.791 milhões. Este crescimento ocorreu principalmente devido aos níveis de inadimplência, ao aumento da carteira de crédito e também reflete o modelo de perdas esperadas adotado em nossa gestão de risco de crédito, com base no conceito amplo de Basileia II, que considera inclusive as perdas potenciais em crédito rotativo. Este modelo substitui o anterior, que continha, além da perda esperada, o conceito de provisão anticíclica, a qual passa a ser tratada como colchão de capital segundo os preceitos de Basileia III. A adoção desse modelo resultou na reversão de provisão no valor bruto de R\$1.573 de impostos no quarto trimestre de 2010. Em 31 de dezembro de 2011, o índice de inadimplência total, considerando o saldo de operações de crédito em atraso há mais de 90 dias alcançou 4,9%, em comparação a 4,1% em 31 de dezembro de 2010. Os créditos em renegociação, inclusive pagamentos com vencimentos prorrogados, modificados ou diferidos, subiram para 4,2% do total da carteira em 31 de dezembro de 2011, em comparação a 3,1% em 31 de dezembro de 2010.

Nossos resultados das operações referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, quando comparados ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, refletiram o impacto significativo da variação cambial. A taxa de câmbio entre o dólar dos EUA e o real variou significativamente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o real depreciou-se 12,6% em relação ao dólar dos EUA, enquanto no exercício de 2010 o real valorizou-se 4,3% em relação ao dólar.

Em 2011, houve uma mudança no método de consolidação para a Financeira Itaú CBD S.A., passando de consolidação integral para proporcional, e para a Porto Seguro S.A., que passou a ser reconhecida pelo método da equivalência patrimonial. Consulte a Nota 2(b) às nossas demonstrações contábeis consolidadas anuais.

Lucro Líquido

A tabela a seguir apresenta os principais componentes do nosso lucro líquido referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2011	2010	Varição (%)
	(R\$ milhões)		
Receitas da intermediação financeira.....	101.366	79.627	27,3%
Despesas da intermediação financeira.....	(54.107)	(34.979)	54,7%
Resultado da intermediação financeira antes dos créditos de liquidação duvidosa	47.259	44.648	5,8%
Resultado de créditos de liquidação duvidosa	(14.424)	(9.911)	45,5%
Resultado bruto da intermediação financeira	32.835	34.736	(5,5)%
Outras receitas (despesas) operacionais	(14.546)	(14.481)	0,4%
Resultado operacional	18.289	20.255	(9,7)%
Resultado não operacional	191	81	135,8%
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações no lucro	18.481	20.336	(9,1)%
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(2.855)	(5.886)	(51,5)%
Participações no lucro	(192)	(261)	(26,4)%
Participações minoritárias nas subsidiárias	(813)	(866)	(6,1)%
Lucro líquido	14.621	13.323	9,7%

No exercício findo 31 de dezembro de 2011, nosso lucro líquido foi influenciado por provisões para contingências relacionadas a processos cíveis referentes a planos econômicos (despesa após impostos de R\$ 285 milhões), Programa para Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais – Lei No. 11.941 (despesa após impostos de R\$509 milhões) e ajuste feito ao nosso investimento no Banco BPI, que reflete o seu valor de mercado com base no preço da ação em 31 de dezembro de 2011 (despesa após impostos de R\$245 milhões). Consulte a Nota 22(k) às nossas demonstrações contábeis consolidadas intermediárias.

Receitas da Intermediação Financeira

A tabela a seguir apresenta os principais componentes das nossas receitas da intermediação financeira referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2011	2010	Varição (%)
	(R\$ milhões)		
Operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos	59.103	51.315	15,2%
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	26.061	18.714	39,3%
Receitas financeiras das operações com seguros, previdência e capitalização	5.930	4.513	31,4%
Resultado de operações de câmbio	914	980	(6,7)%
Resultado das aplicações compulsórias	9.359	4.106	127,9%
Total das receitas da intermediação financeira	101.366	79.627	27,3%

Nossas receitas da intermediação financeira aumentaram 27,3%, de R\$79.627 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para R\$101.366 milhões em 2011, um aumento de R\$ 21.739 milhões. Esse aumento é principalmente decorrente da receita de depósitos compulsórios, resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, dos resultados dos produtos de seguros, previdência e capitalização e receitas de operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos. O aumento na receita de depósitos compulsórios reflete o impacto das novas exigências implementadas pelo Banco Central ao final de 2010, aumentando significativamente o volume desses depósitos. Esse aumento foi compensado parcialmente pela redução no resultado de operações de câmbio.

Receita de operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

Nossa receita de operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos aumentou 15,2%, de R\$51.315 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para R\$59.103 milhões no mesmo período de 2011, um aumento de R\$7.788 milhões. Este aumento está relacionado principalmente ao aumento do volume de operações de crédito e arrendamento mercantil, especialmente crédito a pessoa jurídica, financiamento de veículos, cartão de crédito e crédito pessoal, bem como ao aumento do volume de operações de crédito ou arrendamento mercantil expressas em moedas estrangeiras ou a elas indexadas.

A tabela a seguir apresenta o desempenho das operações de crédito (incluindo avais e fianças) classificadas por tipo de credor (pessoas física e jurídica), compostas mais detalhadamente por tipo de produto para pessoa física e porte do cliente para pessoa jurídica.

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2011	2010	Variação (%)
		(R\$ milhões)	
Pessoa física	147.860	125.368	17,9%
Cartão de crédito.....	38.961	33.030	18,0%
Crédito pessoal.....	35.069	23.864	47,0%
Veículos.....	60.093	60.118	0,0%
Crédito imobiliário ⁽¹⁾	13.450	8.067	66,7%
Crédito rural ⁽¹⁾	287	289	(0,7)%
Pessoa jurídica ⁽¹⁾	228.474	193.663	18,0%
Grandes empresas.....	139.907	115.348	21,3%
Micro, pequenas e médias empresas.....	88.567	78.315	13,0%
Empréstimos a clientes de controladas localizadas na Argentina/Chile/Uruguai/Paraguai	20.678	14.397	43,6%
Total de operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos (incluindo avais e fianças)	397.012	333.428	19,1%

- (1) Crédito imobiliário e crédito rural estão alocados em crédito a pessoa física ou crédito a pessoa jurídica, conforme apropriado, de acordo com o tipo de cliente. Em 31 de dezembro de 2011, o total da carteira de crédito imobiliário foi de R\$19.550 milhões e o total da carteira de crédito rural foi de R\$5.939 milhões, em comparação com R\$13.257 milhões e R\$5.425 milhões, respectivamente, em 31 de dezembro de 2010.

O saldo total das operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, incluindo avais e fianças, foi de R\$397.012 milhões em 31 de dezembro de 2011, um aumento de 19,1% em comparação com o saldo de R\$333.428 milhões em 31 de dezembro de 2010. O crédito a pessoa física totalizou R\$147.860 milhões em 31 de dezembro de 2011, um aumento de 17,9% em comparação com 31 de dezembro de 2010. O saldo de empréstimo de cartão de crédito aumentou 18,0% de 31 de dezembro de 2010 a 31 de dezembro de 2011. O empréstimo de cartão de crédito é uma ferramenta cada vez mais importante para captar novos clientes, especialmente pessoas físicas de baixa renda. O crédito pessoal aumentou 47,0% de 31 de dezembro de 2010 a 31 de dezembro de 2011, principalmente como resultado do crescimento no volume de empréstimos nas filiais do Unibanco agora integradas à rede Itaú Unibanco e à revisão das linhas de crédito combinada com o crescimento no número de clientes. O financiamento de veículos permaneceu estável em relação a 2010. O crédito imobiliário a pessoas físicas aumentou 66,7% de 31 de dezembro de 2010 a 31 de dezembro de 2011, em virtude do ambiente econômico brasileiro favorável. O crédito a pessoa jurídica totalizou R\$ 228.474 milhões em 31 de dezembro de 2011, um aumento de 18,0% quando comparado a 31 de dezembro de 2010, impulsionado essencialmente por um aumento de 21,3% do crédito para grandes empresas, totalizando R\$139.907 milhões em 31 de dezembro de 2011. O crédito para micro, pequenas e médias empresas aumentou 13,0% em comparação a 31 de dezembro de 2010, principalmente no subsegmento de empresas de médio porte. O saldo das nossas carteiras de crédito na Argentina, no Chile, no Uruguai e no Paraguai totalizou R\$20.678 milhões em 31 de dezembro de 2011, um aumento de 43,6% quando comparado a 31 de dezembro de 2010, impulsionado principalmente pelo crescimento das operações no exterior e influenciado também pela valorização do real em relação às moedas desses países.

Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Nosso resultado das operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos aumentou 39,3% ou R\$7.347 milhões, de R\$18.714 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010 para R\$26.061 milhões em 2011. Esse aumento no resultado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros reflete a elevação da taxa SELIC no Brasil em 2011 (taxa média 11,6%) em comparação a 2010 (média 9,8%), o aumento no saldo médio de títulos e valores mobiliários em 2011 e os maiores ganhos com instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger nossos investimentos em subsidiárias no exterior contra o impacto da variação da taxa de câmbio.

Receitas financeiras das operações com seguros, previdência e capitalização

Nossas receitas financeiras das operações com seguros, previdência e capitalização aumentaram 31,4%, de R\$ 4.513 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para R\$ 5.930 milhões em 2011, um crescimento de R\$ 1.417 milhões devido principalmente ao aumento de receitas de planos de previdência relacionado ao maior saldo de reservas técnicas para operações com seguros, previdência e capitalização, e devido também ao aumento das taxas médias de juros de um período para outro.

Resultado de operações de câmbio

O resultado de operações de câmbio diminuiu 6,7%, ou R\$66 milhões, de R\$980 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para R\$914 milhões em 2011. Esta redução no resultado de operações de câmbio ocorreu principalmente em virtude dos ganhos menores com arbitragem em operações de câmbio.

Resultado das aplicações compulsórias

Nosso resultado das aplicações compulsórias aumentou 127,9% ou R\$5.253 milhões, de R\$4.106 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para R\$9.359 milhões em 2011. As exigências regulatórias relacionadas a depósitos compulsórios mudaram no final de 2010, o que aumentou significativamente o volume de depósitos exigidos, afetando conseqüentemente o resultado das aplicações compulsórias. Em 31 de dezembro de 2011, detínhamos depósitos compulsórios no valor de R\$98.053 milhões em comparação a R\$85.776 milhões em 31 de dezembro de 2010, dos quais R\$92.323 milhões, R\$81.034 milhões, respectivamente, referiam-se a depósitos remunerados.

Despesas da intermediação financeira

A tabela a seguir descreve os principais componentes das nossas despesas da intermediação financeira em 2011 e 2010.

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2011	2010	Varição (%)
	(R\$ milhões)		
Operações de captação no mercado	(46.250)	(30.082)	53,7%
Despesas financeiras de provisões técnicas de previdência e capitalização	(5.239)	(3.928)	33,4%
Operações de empréstimos e repasses	(2.618)	(969)	170,2%
Total de despesas da intermediação financeira	(54.107)	(34.979)	54,7%

As despesas de intermediação financeira aumentaram 54,7%, de R\$34.979 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para R\$54.107 milhões em 2011, um aumento de R\$19.128 milhões, decorrente principalmente do aumento das despesas de operações de captação no mercado e nas operações de empréstimos e repasses, conforme discutido abaixo.

Despesas de operações de captação no mercado

Nossas despesas de operações de captação no mercado aumentaram 53,7%, de R\$30.082 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para R\$46.250 milhões em 2011, um aumento de R\$16.168 milhões. Esse aumento foi devido principalmente à elevação na taxa média anual SELIC de 9,8% em 2010 para 11,6% em 2011 e aumento no saldo de depósitos, refletindo também o impacto da variação cambial sobre passivos expressos em moedas estrangeiras ou a elas indexados.

Despesas de provisões técnicas para planos de previdência e capitalização

As despesas de provisões técnicas para operações de previdência e capitalização aumentaram 33,4%, de R\$3.928 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para R\$5.239 milhões em 2011, um aumento de R\$1.311 milhões, devido principalmente ao aumento no volume de provisões técnicas para planos de previdência, que subiu 21,8% em 2011, de R\$60.551 milhões para R\$73.754 milhões.

Despesas com operações de empréstimos e repasses

Nossas despesas com operações de empréstimos e repasses aumentaram 170,2%, R\$1.649 milhão, de R\$969 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para R\$2.618 milhões em 2011, decorrente principalmente do impacto das variações cambiais sobre empréstimos e repasses expressos em moedas estrangeiras ou a elas indexados.

Resultado da intermediação financeira antes dos créditos de liquidação duvidosa

Nosso resultado da intermediação financeira antes dos créditos de liquidação duvidosa aumentou 5,8%, de R\$44.648 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para R\$47.259 milhões em 2011, um aumento de R\$2.611 milhões, principalmente como resultado dos fatores descritos acima em "Receitas da Intermediação Financeira" e "Despesas da intermediação financeira".

Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa

O resultado de créditos de liquidação duvidosa aumentou 45,5%, de R\$9.911 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para R\$14.424 milhões no mesmo período de 2011, um aumento de R\$4.513 milhões. A tabela a seguir descreve os principais componentes do nosso resultado de créditos de liquidação duvidosa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2011	2010	Varição (%)
		(R\$ milhões)	
Despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(19.912)	(14.121)	41,0%
Receita de recuperação de créditos baixados como prejuízo	5.488	4.210	30,4%
Resultado de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(14.424)	(9.911)	45,5%

Despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa

O resultado de provisão para créditos de liquidação duvidosa aumentou 41,0%, de R\$14.121 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para R\$19.912 milhões em 2011, um aumento de R\$5.791 milhões. Este aumento ocorreu principalmente devido à elevação nos níveis de inadimplência, ao aumento de nossa carteira de crédito e também, desde o quarto trimestre de 2010, à provisão complementar para créditos de liquidação duvidosa, que começou a refletir o modelo de perda esperada adotado na gestão de risco de crédito, com base no conceito amplo de Basileia II, que considera perdas potenciais em crédito rotativo. Este modelo substituiu o anterior, que continha, além da perda esperada, o conceito de provisão anticíclica, a qual passa a ser tratada como colchão de capital segundo os preceitos de Basileia III. Devido à implementação deste modelo, antecipamos e complementamos em R\$270 milhões o nível mínimo exigido pela Resolução no. 2.682 do CMN em 2011.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa totalizou R\$25.772 milhões. Desse total, R\$20.713 milhões referem-se ao nível mínimo exigido pela Resolução no. 2.682 do CMN e R\$5.058 milhões referem-se à provisão complementar.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação à nossa carteira de crédito equivalia a 7,5% fixos em relação a 31 de dezembro de 2010.

O aumento observado em 2011 nas renegociações de empréstimos baixados anteriormente como prejuízo resultou em elevação da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Para essas negociações, provisionamos integralmente o saldo devedor de modo a não gerar qualquer resultado até uma forte indicação de que a recuperação do empréstimo será obtida. Segundo esta prática, nossas despesas de provisão aumentam porque o respectivo crédito já estava vencido, provisionado e reconhecido como prejuízo no passado. O crescimento desta despesa é neutralizado pelo aumento da receita da recuperação de créditos baixados como prejuízo, sem impacto no lucro líquido.

Receita de Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo

Nossa receita de recuperação de créditos baixados como prejuízo aumentou 30,4%, de R\$4.210 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para R\$5.488 milhões em 2011, um aumento de R\$1.278 milhões. Nossos maiores esforços de cobrança foram a principal causa desse aumento.

Resultado bruto da intermediação financeira

Nosso resultado bruto da intermediação financeira diminuiu 5,5%, de R\$34.736 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para R\$32.835 milhões em 2011, uma redução de R\$1.901 milhões causada essencialmente pelo aumento nas despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais

A tabela a seguir apresenta os principais componentes de outras receitas (despesas) operacionais referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2011	2010	Varição (%)
		(R\$ milhões)	
Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias	19.048	17.101	11,4%
Resultado de operações com seguros, previdência e capitalização	2.714	2.100	29,2%
Despesas de pessoal.....	(13.357)	(12.452)	7,3%
Outras despesas administrativas	(14.100)	(13.598)	3,7%
Despesas tributárias	(4.092)	(4.168)	(1,8)%
Resultado de participações em coligadas e outros investimentos	40	423	(90,5)%
Outras receitas operacionais	393	529	(25,7)%
Outras despesas operacionais	(5.192)	(4.415)	17,6%
Total de outras receitas (despesas) operacionais.....	(14.546)	(14.480)	0,4%

Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias

Nossas receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias aumentaram 11,4%, de R\$17.101 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para R\$19.048 milhões em 2011, um aumento de R\$1.947 milhões.

As receitas de prestação de serviços aumentaram 12,7%, de R\$12.341 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para R\$13.912 milhões em 2011, um aumento de R\$1.571 milhões. Esse aumento está relacionado principalmente ao crescimento de receitas de operações de cartão de crédito, que aumentaram R\$827 milhões, ou 15,7%, de R\$5.284 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para R\$6.111 milhões no mesmo período de 2011, devido principalmente ao maior volume de descontos de fatura para varejistas, ao crescimento do número de clientes de cartão de crédito, ao aumento do uso de cartões de crédito como o método de pagamento em operações comerciais e ao aumento da oferta de linhas de crédito ao consumidor, como antecipação de caixa, oferecidas por nós através dos varejistas. As receitas de ativos administrados aumentaram R\$122 milhões, ou 4,9%, de R\$2.486 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para R\$2.608 milhões no mesmo período de 2011, devido a um aumento de 11,0% no volume de ativos administrados, que subiu de R\$363.818 milhões em 31 de dezembro de 2010 para R\$403.906 milhões em 31 de dezembro de 2011. A receita de fianças e créditos concedidos aumentou 20,7%, de R\$1.460 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para R\$1.762 milhões no mesmo período de 2011, um aumento de R\$302 milhões. Essa mudança está relacionada a um aumento em nossa atividade operacional. Também registramos um aumento de 18,3%, ou R\$220 milhões, em outras receitas de prestação de serviços, relacionado essencialmente às receitas mais elevadas da unidade de banco de investimento, em particular as referentes às atividades de assessoria econômica e financeira.

A receita de tarifas bancárias aumentou 7,9%, de R\$4.760 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para R\$5.135 milhões em 2011, um aumento de R\$375 milhões, devido principalmente a receitas com operações de crédito e pacotes de serviços sobre um volume maior de operações.

Resultado de operações com seguros, previdência e capitalização

O resultado de operações com seguros, previdência e capitalização aumentou 29,2%, de R\$2.100 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para R\$2.714 milhões em 2011, um crescimento de R\$614 milhões. O aumento no resultado de operações com seguros, previdência e capitalização deve-se principalmente pelas elevações nos prêmios e contribuições, juntamente com o crescimento no volume de vendas de produtos de seguros.

Despesas de pessoal

Nossas despesas de pessoal aumentaram 7,3%, de R\$12.452 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para R\$13.357 milhões em 2011, um aumento de R\$905 milhões. Esse aumento das despesas de pessoal é devido principalmente ao impacto do acordo sindical assinado em outubro de 2011, que aumentou em 7,5% a remuneração dos funcionários que recebiam até R\$5.250 por mês, e no maior valor entre (i) 4,29% e (ii) um valor fixo de R\$393,75 por mês para os funcionários que recebiam mais de R\$5.250 por mês. O acordo também estabeleceu um aumento de 7,5% nos benefícios de todos os funcionários. Finalmente, o acordo sindical fechado em setembro de 2011 aumentou a remuneração em 9,0% para todos os funcionários. O acordo estabeleceu também um aumento de 9,0% em benefícios de todos os funcionários. Além disso, uma redução de 3,2% no número de funcionários para o total de 104.542 funcionários em 31 de dezembro de 2011 em comparação a 31 de dezembro de 2010, principalmente devido à redução de pessoal como resultado de iniciativas de reestruturação em nossa unidade de Crédito ao Consumidor, elaborada para integrar sistemas e processos em uma única plataforma a fim de capturar sinergias nessas operações e relacionadas a uma revisão estratégica de determinadas áreas de negócios. Como parte desta revisão, certas posições de nossa Área de Crédito ao Consumidor foram transferidas para os nossos parceiros varejistas.

Outras Despesas Administrativas

As despesas administrativas aumentaram 3,7% de R\$13.598 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para R\$14.100 milhões no mesmo período de 2011, um aumento de R\$502 milhões. Esse crescimento em outras despesas administrativas foi devido principalmente a despesas relacionadas ao nosso crescimento orgânico, especialmente no segmento de micro, pequenas e médias empresas. Também registramos aumento de despesas relacionadas a maior atividade operacional, especialmente as relacionadas a processamento de dados e comunicação, serviços de terceiros, inclusive marketing, assessoria e consultoria e serviços do sistema financeiro. Além disso, parte de nossas despesas está sujeita a reajuste segundo a inflação acumulada no Brasil, que chegou a 6,5% em 2011, de acordo com o IBGE/IPCA.

Despesas tributárias

Nossas despesas tributárias diminuíram 1,8%, de R\$4.168 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para R\$4.092 milhões em 2011, uma redução de R\$76 milhões. A redução ocorreu principalmente devido aos resultados do hedge em nossos investimentos em subsidiárias no exterior, com o uso de passivos expressos em moeda estrangeira ou instrumentos derivativos que são dedutíveis para fins de tributação no Brasil.

Resultado de participações em coligadas e outros investimentos

Nosso resultado de participações em coligadas e outros investimentos diminuiu 90,5%, de R\$423 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para R\$40 milhões em 2011, uma redução de R\$383 milhões, decorrente de um ajuste em nosso investimento no Banco BPI, a fim de refletir o seu valor de mercado com base no preço das ações em 30 de dezembro de 2011.

Outras Receitas Operacionais

As outras receitas operacionais diminuíram 25,7%, de R\$529 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para R\$393 milhões em 2011, uma redução de R\$136 milhões.

Outras Despesas Operacionais

As outras despesas operacionais aumentaram 17,6%, de R\$4.415 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para R\$5.192 milhões for 2011, um aumento de R\$777 milhões, principalmente devido a um aumento na provisão para processos cíveis.

Resultado Operacional

Nosso resultado operacional diminuiu 9,7%, de R\$20.255 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para R\$18.289 milhões para 2011, uma redução de R\$1.966 milhões.

Resultado Não Operacional

Nosso resultado não operacional aumentou de R\$81 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para R\$191 milhões em 2011, um aumento de R\$110 milhões.

Resultado Antes da Tributação sobre Lucro e Participação no Lucro

Nosso resultado antes da tributação sobre o lucro e participação no lucro diminuiu 9,1% no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, de R\$20.336 milhões para R\$18.481 milhões em 2011, uma redução de R\$1.855 milhões.

Benefício (Despesa) de Imposto de Renda e Contribuição Social

A tabela a seguir apresenta os principais componentes da nossa despesa de imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2011	2010	Varição (%)
	(R\$ milhões)		
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social ...	18.481	20.336	(9,1)%
Encargos (imposto de renda e contribuição social) às alíquotas vigentes	(7.392)	(8.134)	(9,1)%
Acréscimos (decréscimos) aos encargos de imposto de renda e contribuição social decorrentes de:			
(Inclusões) exclusões	4.537	2.248	101,8%
Variação cambial de investimentos no exterior	1.097	(372)	(394,9)%
Juros sobre o capital próprio.....	1.662	1.496	11,1%
Dividendos, juros sobre títulos da dívida externa e incentivos fiscais	281	298	(5,7)%
Constituição (reversão) de períodos anteriores.....	885	626	41,4%
Outros	<u>612</u>	<u>200</u>	205,0%
Total da despesa de imposto de renda e contribuição social	(2.855)	(5.886)	(51,5)%

O imposto de renda e a contribuição social diminuíram 51,5%, para uma despesa de R\$2.855 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, comparada a uma despesa de R\$5.886 milhões em 2010. O principal fator que contribuiu para esta redução foi o resultado do hedge em nossos investimentos em subsidiárias no exterior, com o uso de passivos expressos em moeda estrangeira ou instrumentos derivativos que são dedutíveis para fins de tributação no Brasil.

O total do nosso imposto de renda é composto de imposto de renda corrente e imposto diferido. Certos valores de receitas e despesas são reconhecidos em nossa demonstração do resultado, mas não afetam nossa base tributável, e, por outro lado, certos valores são receitas tributáveis ou despesas dedutíveis na determinação da nossa tributação sobre o lucro, mas não afetam nossa demonstração do resultado. Esses itens são conhecidos como "diferenças permanentes". De acordo com a legislação tributária brasileira, os ganhos e as perdas cambiais sobre nossos investimentos em controladas no exterior não são tributáveis se representam um ganho, ou não são dedutíveis, se representam perda, elas constituem uma diferença permanente. A partir de uma perspectiva econômica, nós protegemos nossos investimentos em controladas no exterior usando passivos ou instrumentos derivativos expressos em moedas estrangeiras. Os ganhos ou perdas sobre instrumentos

derivativos e os ganhos e perdas cambiais sobre passivos expressos em moedas estrangeiras são tributáveis ou dedutíveis de acordo com a legislação tributária brasileira. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a depreciação do real frente às moedas estrangeiras com as quais nossas controladas operam geraram perdas que não são dedutíveis segundo a legislação tributária do Brasil. A depreciação do real gerou ganhos tributáveis com instrumentos derivativos utilizados como hedge econômico e ganhos cambiais tributáveis sobre passivos utilizados como hedge econômico.

Participação nos Lucros

A participação nos lucros dos membros da nossa administração diminuiu 26,4%, de R\$261 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para R\$192 milhões em 2011, uma redução de R\$69 milhões.

Participação minoritária nas subsidiárias

Os resultados da participação minoritária nas subsidiárias diminuíram de uma despesa de R\$866 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para uma despesa R\$813 milhões em 2011, uma redução de R\$53 milhões, principalmente como resultado dos ganhos menores com nossa participação minoritária na Redecard S.A. Para informações adicionais, consulte a Nota 16(e) às demonstrações contábeis consolidadas intermediárias.

Resultado das Operações do Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2010 Comparado com o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2009

Apresentação das Informações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010

Conforme discutido em “Apresentação de Informações Financeiras” e na Nota 22 (I) de nossas demonstrações financeiras anuais consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, ajustamos alguns itens referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, para fins comparativos. Esses ajustes estão refletidos nas informações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 neste Prospecto e em nossas demonstrações financeiras aqui apresentadas no anexo B, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011. No entanto, as informações financeiras apresentadas nesta seção, referentes ao exercício findo em 2009, não refletem esses ajustes.

As comparações dos resultados das operações do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e das operações do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 devem ser lidas juntamente com a Nota 22 (I) de nossas demonstrações financeiras anuais consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Destaques

Em 31 de dezembro de 2010, nosso lucro líquido consolidado foi de R\$13.323 milhões e nosso patrimônio líquido totalizou R\$60.879 milhões. O retorno anualizado sobre o patrimônio líquido médio foi de 24,1% em 2010. Na mesma data, o índice de Basileia, com base no consolidado econômico-financeiro, foi de 15,4%, uma redução de 1,3 p.p. em comparação a 31 de dezembro de 2009, principalmente devido a (i) mudanças nas regras de exigências de capital, que excluíram as provisões adicionais para créditos de liquidação duvidosa do cálculo de capital do Nível 1, e (ii) expansão do crédito. Para mais detalhes sobre o cálculo de nosso capital regulamentar, consulte a Nota 3 às demonstrações contábeis consolidadas referentes à data base e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

Em 2010, nosso principal desafio foi a finalização da integração das agências do Unibanco e dos postos de serviço em todo o Brasil. Com a conclusão da integração, conseguimos aprimorar nossos processos e, conseqüentemente, ampliar o volume de serviços e aumentar a nossa base de clientes, mantendo a qualidade dos serviços.

Destacamos a melhora na qualidade dos ativos como a principal mudança em nossa situação financeira no exercício findo em 31 de dezembro de 2010. As nossas operações foram positivamente afetadas pela redução da inadimplência, principalmente devido a uma melhora na qualidade da carteira de crédito de pessoas físicas e jurídicas, e um avanço em nossa recuperação de empréstimos anteriormente baixados como prejuízo. Os níveis reduzidos de inadimplência estão associados ao desenvolvimento da economia brasileira, bem como às políticas conservadoras de crédito que adotamos a partir de 2009.

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo de transações de crédito, inclusive avais e fianças, era de R\$333.427 milhões, um aumento de 19,8% se comparado a 31 de dezembro de 2009. O crédito a pessoas físicas aumentou 16,3%, enquanto o crédito a pessoas jurídicas aumentou 21,9% se comparado a 31 de dezembro de 2009. Em 2010, mantivemos nossa estratégia de aumentar o volume de empréstimo em cartão de crédito, financiamento de veículos, crédito imobiliário e crédito para micro, pequenas e médias empresas, sendo que a carteira de crédito para pessoas jurídicas aumentou a uma taxa maior do que para outros segmentos.

Nossos resultados das operações referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, comparados aos do exercício findo em 31 de dezembro de 2009, refletiram o impacto significativo da variação cambial. A taxa de câmbio entre o

dólar dos EUA e o real variou significativamente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, o real valorizou-se 4,3% em relação ao dólar dos EUA, enquanto no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 o real valorizou-se 25,5% em relação ao dólar dos EUA. A redução das receitas da intermediação financeira antes de perdas com crédito, devido principalmente a ganhos menores com instrumentos financeiros derivativos usados para proteger nossos investimentos em controladas no exterior, resultou em uma diminuição nas despesas relacionadas a imposto de renda e contribuição social.

Em 23 de agosto de 2009, o Itaú Unibanco Holding e a Porto Seguro firmaram um acordo de associação para unificar suas respectivas operações de seguros residenciais e de automóveis. Como consequência dessa associação, os resultados da Porto Seguro foram consolidados proporcionalmente no quarto trimestre de 2009, em vista da participação de 30,0% na Porto Seguro. Dessa forma, as demonstrações contábeis referentes à data base e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 apresentam os efeitos dessa associação e consolidam nossa participação proporcional nos resultados operacionais da Porto Seguro em nossa demonstração consolidada do resultado e a situação financeira em nosso balanço patrimonial consolidado. Essa associação não teve impacto significativo no nosso lucro líquido. Lucro Líquido

Lucro Líquido

A tabela a seguir apresenta os principais componentes do nosso lucro líquido referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2010	2009	Varição (%)
	(R\$ milhões)		
Receitas da intermediação financeira	79.627	76.697	3,8%
Despesas da intermediação financeira	(34.979)	(30.581)	14,4%
Resultado da intermediação financeira antes dos créditos de liquidação duvidosa	44.648	46.116	(3,2)%
Resultado de créditos de liquidação duvidosa	(9.911)	(14.165)	(30,0)%
Resultado bruto da intermediação financeira	34.737	31.950	8,7%
Outras receitas (despesas) operacionais	(14.481)	(14.594)	(0,8)%
Receita operacional	20.256	17.357	16,7%
Resultado não operacional	81	430	(81,2)%
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações no lucro	20.336	17.787	14,3%
Despesa de imposto de renda e contribuição social.....	(5.886)	(6.652)	(11,5)%
Participações no lucro	(261)	(205)	27,3%
Participação minoritária nas subsidiárias	(866)	(864)	0,2%
Lucro líquido	13.323	10.067	32,3%

Em 2010, nosso lucro líquido foi influenciado pelas seguintes transações não recorrentes, apresentadas após impostos: (i) reversão parcial da provisão adicional para créditos de liquidação duvidosa (receita de R\$1.038 milhão); (ii) o programa de pagamento ou parcelamento de tributos federais — Lei no. 11.941 (receita de R\$145 milhões); (iii) provisões para contingências relacionadas a processos cíveis originados de planos econômicos (despesa de R\$467 milhões); (iv) provisão para contingências fiscais relacionadas a impostos e previdência social (despesa de R\$380 milhões); e (v) reconhecimento das despesas relacionadas a benefícios pós-emprego (despesa de R\$35 milhões).

Receitas da Intermediação Financeira

A tabela a seguir mostra os principais componentes das nossas receitas da intermediação financeira referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2010	2009	Varição (%)
	(R\$ milhões)		
Operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos	51.315	47.477	8,1%
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.....	18.714	23.994	(22,0)%
Receitas financeiras das operações com seguros, previdência e capitalização	4.513	4.576	(1,4)%
Resultado de operações de câmbio	979	9	n/a
Resultado das aplicações compulsórias	4.106	641	540,6%
Total das receitas da intermediação financeira	79.627	76.697	3,8%

Nossas receitas da intermediação financeira aumentaram 3,8%, de R\$76.697 milhões em 2009 para R\$79.627 milhões em 2010, um aumento de R\$2.930 milhões. Esse aumento é principalmente decorrente de aumentos na receita de operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, receita de depósitos compulsórios, receita de operações cambiais e, em menor grau, dos resultados de seguros, previdência e capitalização, e foi parcialmente compensado pela redução do resultado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O aumento na receita de depósitos compulsórios reflete o impacto das novas exigências implementadas pelo Banco Central em 2010, aumentando significativamente o volume de depósitos exigidos. Consulte “Sistema Financeiro Brasileiro e Regulamentação Bancária – Regulamentação do Banco Central.” A redução da receita de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos também reflete a receita associada à nossa estratégia de gestão de riscos e administração de gaps, em especial aqueles relacionados a instrumentos derivativos usados para proteger nossos investimentos em controladas no exterior.

Receita de Operações de Crédito, Arrendamento Mercantil e Outros Créditos

Nossa receita de operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos aumentou 8,1%, passando de R\$47.477 milhões em 2009 para R\$51.315 milhões em 2010, um aumento de R\$3.838. Esse aumento está relacionado principalmente ao crescimento do volume de operações de crédito e arrendamento mercantil, especialmente cartão de crédito, financiamento de veículos, crédito imobiliário e crédito a pessoas jurídicas, bem como ganhos sobre operações de crédito e arrendamento mercantil expressos em moedas estrangeiras ou a elas indexados.

A tabela a seguir apresenta o desempenho das transações de crédito com empréstimos (incluindo avais e fianças) classificadas por tipo de credor (pessoa física e jurídica), compostas mais detalhadamente por tipo de produto para pessoa física e porte do cliente para pessoa jurídica.

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2010	2009	Varição (%)
		(R\$ milhões)	
Pessoa física	125.368	107.812	16,3%
Cartão de crédito	33.030	29.313	12,7%
Crédito pessoal	23.864	20.627	15,7%
Veículos	60.118	52.276	15,0%
Crédito imobiliário ⁽¹⁾	8.067	5.249	53,7%
Crédito rural ⁽¹⁾	289	348	(17,0%)
Pessoa jurídica⁽¹⁾	193.663	158.862	21,9%
Grandes empresas	115.348	95.832	20,4%
Micro, pequenas e médias empresas	78.315	63.030	24,3%
Empréstimos a clientes de controladas localizadas na			
Argentina/Chile/Uruguai/Paraguai	14.396	11.708	23,0%
Total de operações de crédito, arrendamento mercantil e			
outros créditos (incluindo avais e fianças)	333.427	278.382	19,8%

- (1) Crédito imobiliário e crédito rural estão alocados em crédito a pessoa física ou crédito a pessoa jurídica, conforme apropriado, de acordo com o tipo de cliente. Em 31 de dezembro de 2010, o total da carteira de crédito imobiliário foi de R\$13.257 milhões e o total da carteira de crédito rural foi de R\$5.425 milhões, em comparação com R\$8.510 milhões e R\$5.143 milhões, respectivamente, em 31 de dezembro de 2009.

O saldo total das operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos, incluindo avais e fianças, foi de R\$333.427 milhões em 31 de dezembro de 2010, um aumento de 19,8% em comparação com o saldo de R\$278.382 milhões em 31 de dezembro de 2009. As operações de crédito a pessoa física totalizaram R\$125.368 milhões em 31 de dezembro de 2010, um aumento de 16,3% em comparação com 31 de dezembro de 2009. O saldo de empréstimos por meio de cartão de crédito aumentou 12,7% de 31 de dezembro de 2009 a 31 de dezembro de 2010. O empréstimo de cartão de crédito é uma ferramenta cada vez mais importante para captar novos clientes, especialmente pessoas físicas de baixa renda. O crédito pessoal aumentou 15,7% de 31 de dezembro de 2009 a 31 de dezembro de 2010, e o financiamento de veículos subiu 15,0% de 31 de dezembro de 2009 a 31 de dezembro de 2010, nos dois casos, em decorrência principalmente do crescimento global desses mercados no Brasil. O crédito imobiliário a pessoas físicas aumentou 53,7% de 31 de dezembro de 2009 a 31 de dezembro de 2010, em virtude do ambiente econômico brasileiro favorável. As operações de crédito a pessoa jurídica totalizaram R\$193.663 milhões em 31 de dezembro de 2010, um aumento de 21,9% quando comparado a 31 de dezembro de 2009, impulsionado principalmente por um aumento de 24,3% do crédito para micro, pequenas e médias empresas como parte do nosso aumento estratégico do foco nesses clientes. As operações de crédito a grandes empresas totalizaram R\$115.348 milhões em 31 de dezembro de 2010, um aumento de 20,4% em comparação com 31 de dezembro de 2009, especificamente repasses do BNDES. O saldo das nossas carteiras de crédito na Argentina, no Chile, no Uruguai e no Paraguai totalizou R\$14.396 milhões em 31 de dezembro de 2010, um aumento de 23,0% em comparação com 31 de dezembro de 2009, impulsionado principalmente pelo crescimento das operações no exterior e pela valorização do real em relação a várias dessas moedas.

Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

Nosso resultado das operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos diminuiu 22,0%, ou R\$5.280 milhões, de R\$23.994 milhões em 2009 para R\$18.714 milhões em 2010. Essa redução no resultado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos reflete ganhos menores com instrumentos financeiros derivativos usados para proteger nossos investimentos em controladas no exterior contra o impacto da variação cambial. Em 2009, também aproveitamos as oportunidades de mercado decorrentes da volatilidade e das oscilações nas taxas de juros, que contribuíram para um aumento da receita do período. Por outro lado, em 2010, não identificamos as mesmas condições de mercado.

Receitas Financeiras das Operações com Seguros, Previdência e Capitalização

Nossas receitas financeiras das operações com seguros, previdência e capitalização diminuíram 1,4%, ou R\$63 milhões, de R\$4.576 milhões em 2009 para R\$4.513 milhões em 2010, devido principalmente à variação das taxas médias de juros de um período para outro.

Resultado de Operações de Câmbio

O resultado de operações de câmbio aumentou R\$970 milhões, de R\$9 milhões em 2009 para R\$979 milhões em 2010, devido a ganhos relacionados com negociações em moedas estrangeiras.

Resultado das Aplicações Compulsórias

Nosso resultado das aplicações compulsórias aumentou R\$3.465 milhões, de R\$641 milhões em 2009 para R\$4.106 milhões em 2010. As exigências regulatórias relacionadas a depósitos compulsórios mudaram em 2010, o que aumentou significativamente o volume de depósitos exigidos, afetando, conseqüentemente, o resultado das aplicações compulsórias. Em 31 de dezembro de 2010, os depósitos compulsórios totalizaram R\$85.776 milhões em comparação a R\$13.869 milhões em 31 de dezembro de 2009, dos quais R\$81.034 milhões e R\$9.827 milhões, respectivamente, referiam-se a depósitos remunerados. Consulte "Sistema Financeiro Brasileiro e Regulamentação Bancária — Exigências de Reservas".

Despesas da Intermediação Financeira

A tabela a seguir apresenta os principais componentes das nossas despesas da intermediação financeira em 2010 e 2009.

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2010	2009	Variação(%)
	(R\$ milhões)		
Operações de captação no mercado	30.082	26.297	14,4%
Despesas financeiras de provisões técnicas de previdência e capitalização	3.928	3.992	(1,6)%
Operações de empréstimos e repasses	969	292	231,8%
Total de despesas da intermediação financeira	34.979	30.581	14,4%

As despesas da intermediação financeira aumentaram 14,4%, de R\$30.581 milhões em 2009 para R\$34.979 milhões em 2010, um aumento de R\$4.398 milhões, decorrente principalmente do aumento das despesas de operações de captação no mercado, conforme discutido abaixo.

Despesas de Operações de Captação no Mercado

Nossas despesas de operações de captação no mercado aberto aumentaram 14,4%, de R\$26.297 milhões em 2009 para R\$30.082 milhões em 2010, um aumento de R\$3.785 milhões. Esta elevação deve-se principalmente ao aumento de R\$67.706 milhões, ou 51,3%, em depósitos vinculados a compromisso de recompra, ao aumento da taxa SELIC de 8,75% para 10,75% e também reflete o impacto da variação cambial sobre passivos expressos em moedas estrangeiras ou a elas indexados.

Despesas de Provisões Técnicas para Planos de Previdência e Capitalização

As despesas de provisões técnicas para planos de previdência e capitalização diminuíram 1,6%, de R\$3.992 milhões em 2009 para R\$3.928 milhões em 2010, uma redução de R\$64 milhões devido principalmente à mudança na base de consolidação da Porto Seguro S.A. que passou a ser avaliada pelo método de equivalência patrimonial em 2010.

Despesas de Operações de Empréstimos e Repasses

Nossas despesas com operações de empréstimos e repasses aumentaram de R\$292 milhões em 2009 para R\$969 milhões em 2010, um aumento de R\$677 milhões, decorrente principalmente do aumento de R\$12.720 milhões em empréstimos e repasses, do impacto das variações cambiais sobre empréstimos e repasses expressos em moedas estrangeiras ou a elas indexados.

Resultado da Intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa

Nosso resultado da intermediação financeira antes dos créditos de liquidação duvidosa diminuiu 3,2%, de R\$46.116 milhões em 2009 para R\$44.648 milhões em 2010, uma redução de R\$1.468 milhão, principalmente em razão dos fatores descritos acima em "Receitas da Intermediação Financeira" e "Despesas da Intermediação Financeira".

Resultado de Créditos de Liquidação Duvidosa

O resultado de créditos de liquidação duvidosa diminuiu 30,0%, de R\$14.165 milhões em 2009 para R\$9.911 milhões em 2010, uma redução de R\$4.254 milhões. A tabela a seguir descreve os principais componentes do nosso resultado de créditos de liquidação duvidosa em 2010 e 2009.

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2010	2009	Varição (%)
		(R\$ milhões)	
Despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa..	(14.121)	(16.399)	(13,9)%
Receita de recuperação de créditos baixados como prejuízo	4.210	2.234	88,5%
Resultado de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(9.911)	(14.165)	(30,0)%

Despesas de provisão para créditos de liquidação duvidosa

O resultado de provisão para créditos de liquidação duvidosa diminuiu 13,9% de R\$ 16.399 milhões em 2009 para R\$ 14.121 milhões em 2010, uma redução de R\$ 2.278 milhões. Durante o ano de 2010, a qualidade dos ativos da nossa carteira de crédito melhorou significativamente em comparação com o ano anterior. Em 2009, os efeitos adversos da crise financeira e econômica internacional espalharam-se entre os setores e resultaram no aumento de risco relacionado com certas carteiras de crédito. Na época, os níveis de inadimplência aumentaram para pessoas físicas e jurídicas em geral, refletindo essas condições de mercado adversas. Entretanto, em 2009 o governo brasileiro adotou pacotes de incentivos fiscais para estimular o consumo e melhorar os níveis gerais de atividade econômica, que contribuíram para a rápida melhora da qualidade de crédito. O governo brasileiro manteve esses incentivos até o final do primeiro trimestre de 2010.

Em 31 de dezembro de 2009, após uma reversão de R\$1.687 milhão, a provisão para créditos de liquidação duvidosa adicional ao mínimo exigido pelo Banco Central totalizou R\$6.104 milhões. Essa reversão foi resultado dos níveis de provisões indicados pelos nossos modelos de crédito considerando o desempenho da nossa carteira de crédito, que sofreu o impacto da crise econômica internacional.

No último trimestre de 2010, a provisão adicional para créditos de liquidação duvidosa passou a refletir o modelo de perda esperada adotado na gestão do risco de crédito da instituição, baseado em Basileia II, que considera inclusive as perdas potenciais para linhas de créditos rotativos. Esse modelo substitui o anterior, que continha, além da perda esperada, o conceito de provisão anticíclica, a qual passa a ser tratada como colchão de capital segundo os preceitos de Basileia III. A adoção desse modelo resultou na reversão de provisão no valor R\$1.573 milhões no quarto trimestre de 2010, que gerou uma provisão adicional ao mínimo exigido pelo Banco Central de R\$4.531 milhões.

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi equivalente a 7,5% da nossa carteira de crédito em comparação com 9,8% em 31 de dezembro de 2009.

Receita de Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo

Nossa receita de recuperação de créditos baixados como prejuízo aumentou 88,5%, de R\$2.234 milhões em 2009 para R\$4.210 milhões em 2010, um aumento de R\$1.976 milhão. Um ambiente econômico melhor e nossos maiores esforços de cobrança em 2010 foram as principais causas desse aumento.

Resultado Bruto da Intermediação Financeira

Nosso resultado bruto da intermediação financeira aumentou 8,7%, de R\$31.950 milhões em 2009 para R\$34.737 milhões em 2010, um aumento de R\$2.78 milhões.

Outras Receitas (Despesas) Operacionais

A tabela a seguir apresenta os principais componentes de outras receitas (despesas) operacionais referentes aos períodos findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2010	2009	Varição(%)
		(R\$ milhões)	
Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias.....	17.101	15.172	12,7%
Resultado de operações com seguros, previdência e capitalização	2.100	2.432	(13,7)%
Despesas de pessoal.....	(12.452)	(12.092)	3,0%
Outras despesas administrativas	(13.598)	(11.593)	17,3%
Despesas tributárias	(4.168)	(4.238)	(1,7)%
Resultado de participações em coligadas e outros investimentos	423	209	102,4%
Outras receitas operacionais	529	808	(34,5)%
Outras despesas operacionais.....	(4.415)	(5.292)	(16,6)%
Total de outras receitas (despesas) operacionais.....	(14.481)	(14.594)	(0,8)%

Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias

Nossas receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias aumentaram 12,7%, de R\$15.172 milhões em 2009 para R\$17.101 milhões em 2010, um aumento de R\$1.929 milhão.

As receitas de prestação de serviços reduziram-se em 0,5%, de R\$12.400 milhões em 2009 para R\$12.341 milhões em 2010, redução de R\$59 milhões. Essa redução foi devida, principalmente, aos ajustes discutidos acima referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Desconsiderando-se esses ajustes, houve um crescimento de R\$ 843 milhões, devido, em grande parte, ao aumento das rendas de transações de cartões de crédito, devido, principalmente, ao aumento do uso das linhas de crédito, como antecipações de recebíveis oferecidos por nós através dos varejistas. As receitas de ativos administrados aumentaram 10,5%, de R\$2.249 milhões em 2009 para R\$2.486 milhões em 2010, um aumento de R\$237 milhões, devido ao aumento de 9,0% no volume de ativos administrados, que aumentou de R\$333.869 milhões em 31 de dezembro de 2009 para R\$363.818 milhões em 31 de dezembro de 2010. Fianças e crédito concedidos aumentaram 10,4% de R\$1.323 milhões em 2009 para R\$1.460 milhões em 2010, um aumento de R\$ 137 milhões. Essa mudança está relacionada a um aumento em nossa atividade operacional e a um ambiente econômico mais favorável para concessão de crédito. Também tivemos um recuo de 13,8%, ou R\$ 192 milhões, em outras receitas de prestação de serviço. Essa redução foi principalmente devida aos ajustes discutidos em “Apresentação das Informações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Desconsiderando-se esses ajustes, houve um aumento de R\$334 milhões relacionado principalmente à retomada do nosso banco de investimento e às atividades de consultoria econômica e financeira após um período de menor atividade que seguiu a crise financeira internacional, que impactou negativamente a nossa performance em 2009.

As receita de tarifas bancárias evoluíram 71,7%, ou R\$2.772 milhões em 2009 para R\$4.760 milhões em 2010, um aumento de R\$1.988 milhões (ou um aumento de R\$438 milhões antes dos efeitos dos ajustes discutidos anteriormente nesse item referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010). O aumento é devido principalmente às receitas com operações de crédito e pacotes de serviços sobre um volume maior de operações.

Resultado de Operações com Seguros, Previdência e Capitalização

O resultado de operações com seguros, previdência e capitalização diminuiu 13,7%, de R\$2.432 milhões em 2009 para R\$2.100 milhões em 2010, uma redução de R\$332 milhões (ou um aumento de R\$226 milhões antes dos efeitos dos ajustes discutidos anteriormente nesse item referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010). A redução do resultado de operações com seguros, previdência e capitalização foi afetado pela mudança na base de consolidação para a Porto Seguro S.A. que passou a ser avaliada pelo método de equivalência patrimonial em 2010.

Despesas de Pessoal

Nossas despesas de pessoal aumentaram 3,0%, de R\$12.092 milhões em 2009 para R\$12.452 milhões em 2010, um crescimento de R\$360 milhões. Esse aumento das despesas de pessoal é devido principalmente ao impacto do acordo sindical assinado em setembro de 2009, que gerou um aumento de 6,0% na remuneração e nos benefícios aos nossos funcionários. Além disso, tivemos um aumento de 6,3% no número de funcionários para um total de 108.040 funcionários em 31 de dezembro de 2010 em decorrência do nosso crescimento orgânico, especialmente nos segmentos de micro, pequenas e médias empresas e de crédito ao consumidor. Finalmente, o acordo sindical fechado em setembro de 2010 aumentou a remuneração em 7,5% para funcionários que ganham até R\$5.250 por mês, e em (i) 4,29% ou (ii) um valor fixo de R\$393,75 por mês, das duas opções a maior, para empregados que ganham acima de R\$5.250 por mês. O acordo estabeleceu, também, um aumento de 7,5% nos benefícios para todos os funcionários.

Outras Despesas Administrativas

As outras despesas administrativas aumentaram 17,3%, de R\$11.593 milhões em 2009 para R\$13.598 milhões em 2010, um aumento de R\$2.005 milhões. Esse crescimento em outras despesas administrativas foi devido principalmente a despesas relacionadas com a migração de agências do Unibanco para a plataforma Itaú e ao nosso crescimento orgânico, especialmente no segmento de micro, pequenas e médias empresas. Além disso, registramos aumento de despesas relacionadas a uma maior atividade operacional, especialmente aquelas relacionadas com processamento de dados, comunicação e manutenção, assim como com despesas de marketing e propaganda relacionadas com a Copa do Mundo de futebol e com as novas campanhas de marketing institucional.

Despesas Tributárias

Nossas despesas tributárias aumentaram 1,7%, de R\$4.238 milhões em 2009 para R\$4.168 milhões em 2010, um aumento de R\$70 milhões. Esse crescimento das despesas tributárias é devido principalmente ao aumento da atividade operacional.

Resultado de Participações em Coligadas e Outros Investimentos

Nosso resultado de participações em coligadas e outros investimentos aumentou 102,4%, de R\$209 milhões em 2009 para R\$423 milhões em 2010, um aumento de R\$214 milhões (ou um aumento de R\$15 milhões antes dos efeitos dos ajustes

discutidos anteriormente nesse item referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010), decorrente de um aumento nos dividendos recebidos de outros investimentos.

Outras Receitas Operacionais

As outras receitas operacionais diminuíram 34,5%, de R\$808 milhões em 2009 para R\$529 milhões em 2010, uma diminuição de R\$279 milhões, relacionada principalmente com o impacto da reversão de provisões para ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) em 2009, no valor de R\$354 milhões.

Outras Despesas Operacionais

Nossas outras despesas operacionais diminuíram 16,6%, de R\$5.292 milhões em 2009 para R\$4.415 milhões em 2010, uma diminuição de R\$877 milhões. Em 2009, ocorreram certos eventos, tais como a aquisição de participação societária na Redecard S.A. ("Redecard"), que acarretou despesas de amortização de ágio de R\$557 milhões, e uma despesa de R\$550 milhões relacionada à renegociação de contrato com a Companhia Brasileira de Distribuição ("CBD") referente ao empreendimento conjunto ("joint venture") Financeira Itaú CBD S.A., Crédito, Financiamento e Investimento ("FIC") para liberar a Itaú Unibanco Holding de suas obrigações de exclusividade.

Resultado Operacional

Nosso resultado operacional aumentou 16,7%, de R\$17.357 milhões em 2009 para R\$20.255 milhões em 2010, um aumento de R\$2.898 milhões.

Resultado Não Operacional

Nosso resultado não operacional diminuiu de R\$430 milhões em 2009 para R\$81 milhões em 2010, uma diminuição de R\$349 milhões. Durante 2009, ocorreram certos eventos não recorrentes, tais como a alienação de todas as nossas ações da Companhia Brasileira de Meios de Pagamento — Visanet ("Visanet") e na Visa Inc. ("Visa"), que levou a uma receita a R\$ 345 milhões.

Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações no lucro

Nosso resultado antes da tributação sobre o lucro e participações no lucro aumentou 14,3%, de R\$17.787 milhões em 2009 para R\$20.336 milhões em 2010, um aumento de R\$2.549 milhões.

Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social

A tabela a seguir apresenta os principais componentes da nossa despesa de imposto de renda e contribuição social em 2010 em comparação com a de 2009.

	Exercício findo em 31 de dezembro		
	2010	2009	Variação (%)
		(R\$ milhões)	
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social.....	20.336	17.787	14,3%
Encargos (imposto de renda e contribuição social) às alíquotas vigentes	(8.134)	(7.115)	14,3%
Acréscimos/Decréscimos aos encargos de imposto de renda e contribuição social decorrentes de:			
(Inclusões) exclusões.....	2.249	463	385,5%
Variação cambial de investimentos no exterior.....	(372)	(2.034)	(81,7)%
Juros sobre o capital próprio.....	1.496	1.478	1,2%
Dividendos, juros sobre títulos da dívida externa e incentivos fiscais....	298	465	(35,9)%
Constituição (reversão) de períodos anteriores.....	626	650	(3,7)%
Outros	201	(96)	(309,4)%
Total da despesa de imposto de renda e contribuição social.....	(5.886)	(6.652)	(11,5)%

A despesa de imposto de renda e contribuição social diminuiu 11,5%, de uma despesa de R\$6.652 milhões em 2009 para uma despesa de R\$5.886 milhões em 2010. Os principais fatores que contribuíram para essa redução foram: (i) o efeito das taxas de câmbio sobre nossos investimentos em controladas no exterior, que resultou em uma despesa de R\$372 milhões em 2010, em comparação a uma despesa de R\$2.034 milhões em 2009; e (ii) dividendos, juros sobre títulos da dívida externa e incentivos fiscais de R\$298 milhões em 2010, uma redução de 35,9%, ou R\$167 milhões, quando comparada a 2009.

O total do imposto de renda é composto de imposto de renda corrente e imposto diferido. Certos valores de receitas e despesas são reconhecidos em nossa demonstração do resultado, mas não afetam nossa base tributável, e, por outro lado, certos valores são receitas tributáveis ou despesas dedutíveis na determinação da nossa tributação sobre o lucro, mas não afetam nossa demonstração do resultado. Esses itens são conhecidos como "diferenças permanentes". De acordo com a legislação tributária brasileira, os ganhos e as perdas cambiais sobre nossos investimentos em controladas no exterior não são tributáveis, no caso de ganho, e não são dedutíveis, no caso de perda, e são diferenças permanentes. A partir de uma perspectiva econômica, nós protegemos nossos investimentos em controladas no exterior usando passivos ou instrumentos derivativos expressos em moedas estrangeiras. Os ganhos e perdas sobre instrumentos derivativos e os ganhos e perdas

cambiais sobre passivos expressos em moedas estrangeiras são tributáveis ou dedutíveis de acordo com a legislação tributária brasileira. Em 2010, tivemos uma valorização do real em relação às moedas estrangeiras com as quais operam nossas controladas, o que gerou perdas não dedutíveis para fins fiscais. A valorização do real gerou ganhos tributáveis nos instrumentos derivativos utilizados como hedge econômico e ganhos dedutíveis de variação cambial sobre os passivos também utilizados para fazer o hedge econômico.

Participações no Lucro

A participação no lucro dos membros da nossa administração aumentou 27,3%, de R\$205 milhões em 2009 para R\$261 milhões em 2010, um aumento de R\$57 milhões. Esse crescimento foi principalmente uma consequência dos melhores resultados das operações em 2010 em comparação com os de 2009.

Participação Minoritária nas Subsidiárias

Os resultados da participação minoritária nas subsidiárias aumentaram de uma despesa de R\$864 milhões em 2009 para uma despesa de R\$866 milhões em 2010, um aumento de R\$2 milhões. Esse aumento deve-se principalmente aos melhores resultados das nossas subsidiárias em 2010. Para informações adicionais, consulte a Nota 16(e) às demonstrações contábeis consolidadas referentes à data base e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

- a) *Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços*
- *Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro*

Não houve variações significativas no resultado atribuíveis a modificação de preços de nossos principais insumos e produtos, taxas de câmbio e inflação para os períodos considerados (2011, 2010 e 2009).

O risco de mercado é possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira, bem como de sua margem financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gap estrutural, composto por operações comerciais e os respectivos instrumentos financeiros associados, tem se mantido, historicamente, estável e com pequenas oscilações por ser composto principalmente pelos ativos e passivos de nossas atividades de varejo e derivativos usados como hedge contra o risco de mercado dessas operações.

O Value at Risk (VaR) do consolidado manteve-se em patamares maiores ao longo do ano de 2011 na comparação com o período anterior, o que pode ser verificado no VaR Global Médio. Uma gestão conservadora e de uma eficiente e significativa diversificação do portfólio manteve os indicadores em bons patamares apesar das incertezas do mercado internacional no período e de seu impacto nos mercados internos. Essa permite que as áreas de negócio mantenham uma exposição total ao risco de mercado reduzido quando comparada ao seu capital.

Adicionalmente, adotamos uma estratégia de gestão do risco cambial do capital investido no exterior que tem como objetivo não permitir impactos no resultado decorrente de variação cambial. Para alcançarmos essa finalidade, o risco cambial é neutralizado por meio da utilização de instrumentos financeiros derivativos.

Nossa estratégia de hedge considera ainda todos os efeitos fiscais incidentes: quer os relativos a não tributação ou dedutibilidade da variação cambial em momentos de apreciação ou depreciação, respectivamente, do real ante as moedas estrangeiras, quer os decorrentes dos instrumentos financeiros derivativos utilizados.

Nos períodos em que a variação da paridade entre o real e as moedas estrangeiras é expressiva, verifica-se significativo impacto nas receitas e despesas financeiras.

A Margem Financeira com o Mercado, advinda da atividade de negociação de ativos financeiros via posições proprietárias, da atividade de gestão de gaps de moedas, taxas e demais fatores de riscos, de oportunidades de arbitragens nos mercados externo e doméstico e de marcação a mercado (mark to market) de ativos financeiros, totalizou R\$ 3.785 milhões em 2011, R\$ 4.029 milhões em 2010 e R\$ 5.621 milhões em 2009. A redução de 6,1% da margem financeira com o mercado de 2011 em relação a 2010 foi provocada pelo menor resultado em posições proprietárias.

No ano de 2010, observamos uma redução de 28,3% da margem financeira com o mercado em relação a 2009 pelo menor resultado em posições cambiais e de renda variável.

No ano de 2009, observamos um acréscimo de R\$ 4.034 milhões em relação ao ano anterior, basicamente pelo desempenho favorável da tesouraria, em função do aproveitamento das oportunidades de mercado em um ambiente de maior volatilidade.

Em cumprimento à Instrução Normativa CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, o Itaú Unibanco realizou análise de sensibilidade por fatores de risco de mercado considerados relevantes aos quais o conglomerado estava exposto. Cada fator de risco de mercado foi sensibilizado com aplicações de choques de 25% e 50%, tanto de crescimento quanto de queda. As maiores perdas resultantes, por fator de risco, em cada um dos cenários, foram apresentadas com impacto no resultado, líquido de efeitos fiscais, fornecendo uma visão da exposição do Itaú Unibanco em derivativos em cenários excepcionais.

De acordo com os critérios de classificação de operações previstos na Resolução nº 3.464 do CMN, de 26 de junho de 2007, e na Circular nº 3.354, de 27 de junho de 2007, do BACEN e no Novo Acordo de Capitais - Basileia II, os instrumentos financeiros, incluídas todas as operações com derivativos, são segregados em carteira de negociação e carteira de não negociação. A mensuração do risco de mercado é realizada observando esta mesma segregação de carteiras.

As análises de sensibilidade, aqui apresentadas, são uma avaliação estática de exposição do portfólio e, portanto, não consideram a capacidade dinâmica de reação da gestão (tesouraria e áreas de controle) que aciona medidas mitigadoras do risco, sempre que uma situação de perda ou risco elevado é identificada, minimizando a possibilidade de perdas significativas. Adicionalmente, ressalta-se que os resultados apresentados não se traduzem necessariamente em resultados contábeis, pois o estudo tem fins exclusivos de divulgação da exposição a riscos e as respectivas ações de proteção considerando o valor justo dos instrumentos financeiros, dissociado de quaisquer práticas contábeis adotadas pela instituição.

A carteira de negociação consiste em todas as operações, inclusive derivativos, com horizonte de investimentos de curto prazo, destinadas a hedge de outros instrumentos desta carteira ou trava de resultados de arbitragem.

R\$ milhões

Carteira Trading	Exposições	31/12/2011 (*)			31/12/2010 (*)		
		Cenários			Cenários		
		I	II	III	I	II	III
Fatores de Risco	Risco de Variação em:						
Prefixado	Taxas de juros prefixadas em reais	(1)	(28)	(55)	(1)	(20)	(40)
Cupons Cambiais	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	0	(6)	(13)	0	(2)	(4)
Moedas Estrangeiras	Variação cambial	(7)	(187)	(374)	(1)	(28)	(55)
Índices de Preços	Taxas dos cupons de índices de preços	(0)	(4)	(8)	(0)	(3)	(6)
TR	Taxa do cupom de TR	0	(9)	(19)	(0)	(0)	(0)
Renda Variável	Preço de ações	1	(13)	(26)	4	(101)	(201)
Total sem correlação		(8)	(248)	(495)	2.419	(162)	(325)
Total com correlação		(6)	(179)	(357)	1.603	(108)	(215)

(*) Valores líquidos dos efeitos fiscais.

A carteira de não negociação é formada pelas operações não classificadas na carteira de negociação. Consiste de operações com horizonte de investimento de médio e longo prazos e seus respectivos hedges e as destinadas à gestão ativa dos riscos financeiros, que podem ou não ser realizados com derivativos.

R\$ milhões

Carteira Trading e Banking	Exposições	31/12/2011 (*)			31/12/2010 (*)		
		Cenários			Cenários		
		I	II	III	I	II	III
Fatores de Risco	Risco de Variação em:						
Prefixado	Taxas de juros prefixadas em reais	(4)	(108)	(216)	(4)	(91)	(181)
Cupons Cambiais	Taxas dos cupons de moedas estrangeiras	(1)	(26)	(52)	(2)	(45)	(90)
Moedas Estrangeiras	Variação cambial	(2)	(49)	(98)	2	(53)	(105)
Índices de Preços	Taxas dos cupons de índices de preços	(1)	(25)	(50)	(1)	(14)	(29)
TR	Taxa do cupom de TR	(3)	(82)	(160)	(0)	(0)	(0)
Renda Variável	Preço de ações	1	(35)	(69)	4	(110)	(219)
Total sem correlação		(10)	(326)	(646)	(848)	(344)	(684)
Total com correlação		(7)	(235)	(466)	(562)	(228)	(453)

(*) Valores líquidos dos efeitos fiscais.

Para mensurar estas sensibilidades, são utilizados os seguintes cenários:

Cenário I: Acréscimo de 1 ponto-base nas curvas de juros pré-fixado, cupom de moedas, inflação e índices de taxas de juros, e 1 ponto percentual nos preços de moedas e ações, que têm como base as informações divulgadas pelo mercado (BM&F BOVESPA, Anbima, etc).

Cenário II: Aplicação de choques de 25 pontos-base nas curvas de juros pré-fixado, cupom de moedas, inflação e índices de taxas de juros, e 25 pontos percentuais nos preços de moedas e ações, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco.

Cenário III: Aplicação de choques de 50 pontos-base nas curvas de juros pré-fixado, cupom de moedas, inflação e índices de taxas de juros, e 50 pontos percentuais nos preços de moedas e ações, tanto de crescimento quanto de queda, sendo consideradas as maiores perdas resultantes por fator de risco.

O Balanço Patrimonial por Moedas evidencia os saldos patrimoniais vinculados à moeda nacional e às moedas estrangeiras. Em 31 de dezembro de 2011, a posição cambial líquida, incluindo investimentos no exterior, é passiva, totalizando US\$ 8.313 milhões. Deve-se salientar que a política de gestão de gaps que adotamos é efetuada considerando os efeitos fiscais sobre essa posição. Como o resultado de variação cambial sobre o investimento no exterior não é tributado, constituímos um hedge (posição passiva em derivativos cambiais) de maior volume do que o ativo protegido, de forma que o resultado da exposição cambial total, líquido dos efeitos fiscais, é praticamente nulo e condizente com a estratégia de baixa exposição ao risco adotada por nós.

R\$ milhões

	31/dez/11				
	Negócios no Brasil				
	Consolidado	Total	Moeda Local	Moeda Estrangeira	Negócios no Exterior
Disponibilidades	10.633	6.141	5.668	472	4.595
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	116.082	98.442	97.522	920	17.685
Títulos e Valores Mobiliários	187.880	170.876	170.613	263	48.914
Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil	319.711	270.632	260.352	10.280	61.078
Operações com características de Concessão de Crédito (Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa)	345.483 (25.772)	295.717 (25.085)	285.437 (25.085)	10.280 -	61.764 (686)
Outros Ativos	205.116	192.282	178.796	13.486	28.920
Carteira de Câmbio	26.450	18.137	5.817	12.320	24.097
Outros	178.666	174.144	172.978	1.166	4.822
Permanente	11.909	37.635	10.957	26.678	952
Total do Ativo	851.331	776.008	723.909	52.099	162.143
Derivativos - posição comprada				52.858	
Total do Ativo (a)				104.957	

	31/dez/11				
	Negócios no Brasil				
	Consolidado	Total	Moeda Local	Moeda Estrangeira	Negócios no Exterior
Depósitos	242.636	186.072	185.889	183	58.883
Captações no Mercado Aberto	188.819	181.414	181.414	0	7.405
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	51.557	64.502	34.601	29.901	16.509
Obrigações por Empréstimos e Repasses	56.602	51.895	38.152	13.742	16.697
Relações Interdependências e Interfinanceiras	4.048	3.919	2.006	1.913	129
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.807	4.827	4.827	0	2.422
Outras obrigações	152.785	136.144	125.782	10.362	33.321
Carteira de Câmbio	26.182	17.880	7.910	9.970	24.086
Outras	126.603	118.263	117.872	392	9.234
Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização	73.754	73.739	72.626	1.112	16
Resultados de Exercícios Futuros	836	752	517	235	84
Participações Minoritárias nas Subordinadas	2.139	1.398	1.398	-	-
Patrimônio Líquido da Controladora	71.347	71.347	71.347	-	26.678
Capital Social e Reservas	56.727	56.727	56.727	-	24.489
Resultado do Período	14.621	14.621	14.621	-	2.188
Total do Passivo	851.331	776.008	718.559	57.448	162.143
Derivativos - posição vendida				62.924	
Total do Passivo Ajustado (b)				120.373	
Posição Cambial Líquida Itaú Unibanco (c = a - b)				(15.416)	
Posição Cambial Líquida Itaú Unibanco (c) em US\$				(8.313)	

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Os segmentos operacionais do Itaú Unibanco são os seguintes:

- Banco Comercial, que tem os resultados obtidos a partir da oferta de produtos financeiros e prestação de serviços bancários à base de clientes de varejo (pessoas físicas e microempresas), clientes de alta renda, com patrimônio expressivo (*private bank*), bem como às pequenas e médias empresas;
- Itaú BBA, que é responsável pelas operações bancárias com grandes empresas e pela atuação como banco de investimento;
- Crédito ao Consumidor, que apresenta o resultado dos produtos e serviços financeiros oferecidos aos clientes não correntistas;

- Atividade com o mercado + Corporação, que representa a margem financeira com o mercado, os custos associados às operações de tesouraria, os resultados associados ao excesso de capital, ao excesso de dívida subordinada, ao carregamento do saldo líquido dos créditos e débitos tributários, à reversão de provisão adicional para créditos de liquidação duvidosa, ao resultado de equivalência patrimonial das empresas que não estão associadas a cada um dos segmentos bem como o ajuste referente às participações minoritárias nas subsidiárias.

O Itaú Unibanco não introduziu ou alienou segmento operacional nos anos de 2011, 2010 ou 2009.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

2012

Oferta Pública de aquisição de Ações da Redecard

Em 07 de fevereiro de 2012, o Itaú Unibanco Holding anunciou sua intenção de adquirir, diretamente ou por meio de suas controladas, as ações dos acionistas não controladores da Redecard S.A. ("REDECARD"), por meio de oferta pública unificada ("OPA"), visando (i) o cancelamento de autorização da REDECARD como uma empresa de capital aberto registrada na CVM e (ii) a saída da REDECARD do segmento de listagem do Novo Mercado da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo – BM&F BOVESPA.

A OPA será destinada a 336.390.251 ações ordinárias de emissão da Redecard, representativas de 49,9859% do seu capital social total. O preço máximo a ser ofertado será de R\$35,00 (trinta e cinco reais) por ação, a ser pago em moeda corrente nacional. O Banco Itaú BBA S.A. atuará como assessor e instituição intermediária da OPA, cuja conclusão se sujeitará à aprovação dos órgãos reguladores.

2011

Banco Carrefour

Em 14 de abril de 2011 o Itaú Unibanco, uma controlada do Itaú Unibanco Holding, celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações para aquisição de 49% do Banco CSF S.A. ("Banco Carrefour"), pelo valor de R\$ 725 milhões. O Banco Carrefour é a entidade responsável pela oferta e distribuição, com exclusividade, de produtos e serviços financeiros, securitários e previdenciários nos canais de distribuição do Carrefour Comércio e Indústria Ltda. operados com a bandeira "Carrefour" no Brasil e que, em 14 de abril de 2011, possuía 163 hipermercados e supermercados e canais eletrônicos relacionados, contando, em 31 de dezembro de 2010, com uma base de 7,7 milhões de contas e carteira de crédito (valor bruto) no valor de R\$ 2.254 milhões. A conclusão da operação está sujeita à aprovação pelo Banco Central do Brasil.

2010

Não há operações materiais a reportar.

2009

Prorrogação do acordo com Magazine Luiza

O Magazine Luiza e o Itaú Unibanco concluíram, em 27 de novembro, negociação referente à extensão do prazo da exclusividade até 31 de dezembro de 2029. A associação contempla a distribuição de produtos de crédito pela Luizacred, financeira detida em iguais proporções pelo Magazine Luiza e pelo Itaú Unibanco, em todas as lojas físicas e virtuais detidas ou operadas pelo Magazine Luiza, direta ou indiretamente, bem como centrais de atendimento telefônico, internet, *mailing* ou quaisquer outros pontos ou formas de contato entre o Magazine Luiza e seus clientes. O valor da transação foi de R\$ 250 milhões.

Alienação da Unibanco Saúde Seguradora para a Tempo Participações

O Itaú Unibanco, Itaú Seguros e uma sociedade controlada pela Tempo Participações, firmaram, em 16 de dezembro, Contrato de Compra e Venda de Ações visando à transferência da totalidade do capital social da Unibanco Saúde Seguradora detida pelo Itaú Unibanco e pela Itaú Seguros. Com a realização dessa operação, buscamos ampliar o foco estratégico de nossa atividade seguradora, concentrando nossa operação nos segmentos em que ocupamos posições de liderança. O valor da transação foi de R\$ 55 milhões. Em função do desempenho futuro da operação da Unibanco Saúde Seguradora nos doze meses seguintes ao fechamento da operação, o Itaú Unibanco fez jus a um pagamento adicional de aproximadamente R\$45 milhões. A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) aprovou a operação em 1º de abril de 2010. O fechamento da operação ocorreu em 29 de abril de 2010.

Alteração do acordo de associação da FIC

A Companhia Brasileira de Distribuição (CBD) e o Itaú Unibanco concluíram, em 28 de agosto, negociação referente à empresa Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (FIC). O acordo que deu origem à FIC foi alterado, retirando-se a obrigação de exclusividade do Itaú Unibanco (obrigação de não manter parcerias semelhantes com concorrentes da CBD). Em contrapartida, o Itaú Unibanco pagou ao Grupo Pão de Açúcar o montante de R\$ 550 milhões. Na mesma ocasião, foi estendida, pelo prazo adicional de cinco anos, a exclusividade para a oferta de produtos e serviços financeiros concedida pela CBD à FIC, razão pela qual o Itaú Unibanco pagou R\$ 50 milhões ao Grupo Pão de Açúcar.

Associação com Porto Seguro

Em 23 de agosto, o Itaú Unibanco e a Porto Seguro celebraram associação visando unificar suas operações de seguros residenciais e de automóveis. Com essa operação, milhões de clientes da Porto Seguro e do Itaú Unibanco passaram a contar com o que há de mais completo no mercado brasileiro de seguros, em especial, com uma extensa rede de Corretores de Seguros que podem oferecer uma gama diversificada de produtos e serviços por meio das diversas empresas que passam a compor o grupo, ampliando suas possibilidades de escolha.

A partir desta associação a empresa adquire maior solidez financeira, ocupando posição de liderança em seguros nos ramos de automóvel e residência, com 3,4 milhões de automóveis e 1,2 milhão de imóveis segurados na época em que foi firmada a associação, reforçando nossa estratégia de liderança na maioria dos mercados em que atuamos. Além disso, a associação possibilita a obtenção de ganhos de escala e sinergias de custos, bem como traz maior presença geográfica. Para tanto, foi assinado um acordo operacional para oferta e distribuição, em caráter exclusivo, de produtos securitários residenciais e de automóveis aos clientes da rede Itaú Unibanco, no Brasil e no Uruguai.

A totalidade de ativos e passivos relacionados à carteira de seguros residenciais e de automóveis do Itaú Unibanco existentes na época foi transferida para uma nova companhia, a Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. Essa companhia passou a ser gerida pela Porto Seguro e os executivos e colaboradores do Itaú Unibanco que atuavam na área de seguros de automóvel e residência foram alocados na nova empresa, ampliando a expertise e a qualidade na gestão de seguros. Em contrapartida, a Porto Seguro emitiu ações representativas de 30% de seu novo capital social, as quais foram entregues ao Itaú Unibanco e aportadas na Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A., nova sociedade *holding* controladora da Porto Seguro, de forma que o Itaú Unibanco passou a deter participação minoritária correspondente a aproximadamente 43% do capital social da Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.

Redecard

Em 30 de março, o Itaú Unibanco adquiriu 24.082.760 ações ordinárias nominativas da Redecard pelo valor de R\$ 590 milhões, apurando um ágio de R\$ 557 milhões que, líquido de impostos, totalizou R\$ 506 milhões, amortizado integralmente nas Demonstrações Contábeis Consolidadas. Em função desta operação, o Itaú Unibanco passou a deter o controle acionário da Redecard, que passou a ser consolidada integralmente nas Demonstrações Contábeis do Itaú Unibanco a partir do 1º trimestre de 2009.

c) eventos ou operações não usuais

Nos anos de 2011, 2010 e 2009 observamos a ocorrência dos seguintes eventos não recorrentes líquidos de efeitos fiscais no lucro líquido consolidado do Itaú Unibanco:

	R\$ milhões		
	Itaú Unibanco Consolidado		
	2011	2010	2009
	14.641	13.023	10.491
Efeitos não Recorrentes	(20)	300	(424)
Reversão Parcial da Provisão Adicional para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	1.038	-
Contingências Fiscais	-	(380)	-
Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais - Lei nº 11.941/09	509	145	292
Ajuste a Valor de Mercado - BPI	(244)	-	-
Provisão para Contingências - Planos Econômicos	(285)	(467)	(191)
Benefícios a Empregados - Pronunciamento Técnico CPC 33	-	(35)	-
Alienação de Investimentos	-	-	228
Amortização de Ágios	-	-	(753)
Outros efeitos não Recorrentes	-	-	-
Lucro Líquido	14.621	13.323	10.067

10.4. Os diretores devem comentar:

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

2011

Os eventos subseqüentes, a partir de 2011, passaram a ser reconhecidos de acordo com a Resolução nº 3.973/11 do Banco Central do Brasil.

As Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro, a partir de 2011, passaram a ser reconhecidas de acordo com a Resolução nº 4.007/11 do Banco Central do Brasil.

2010

As práticas contábeis em relação a benefícios a empregados, a partir de 2010, passaram a ser reconhecidas considerando a Deliberação nº 600, de 07/10/2009 da CVM.

2009

Não houve alterações relevantes em práticas contábeis do emissor.

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Apresentamos a seguir os efeitos significativos promovidas nas práticas contábeis:

- A partir de julho de 2011, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, de acordo com a Carta Circular No. 3.516/11 do Banco Central do Brasil, deixou de constituir provisão excedente (no passivo) ao dividendo mínimo obrigatório.
- A partir de 31 de dezembro 2010, o ITAÚ UNIBANCO HOLDING, de acordo com a Deliberação CVM Nº 600/09, passou a reconhecer como ativos a diferença, quando positiva, do valor justo dos ativos de um plano e as obrigações atuariais, considerando o limite de um ativo de benefício definido.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalva e ênfase nos pareceres do auditor para os anos de 2009, 2010 e 2011.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Geral

Nossas principais políticas contábeis estão descritas na Nota 4 de nossas demonstrações financeiras consolidadas elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil referentes às datas base e aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009. A elaboração de demonstrações financeiras envolve certas premissas derivadas das experiência histórica e de vários outros fatores que consideramos razoáveis e relevantes. Embora analisemos essas estimativas e premissas no curso normal dos negócios, a apresentação de nossa situação financeira e resultados operacionais muitas vezes exigem que nossa administração faça julgamentos sobre assuntos que são incertos por natureza. A discussão a seguir descreve as áreas que requerem mais julgamento ou envolvem um grau mais elevado de complexidade na aplicação das políticas contábeis que afetam, no momento, nossa situação financeira e resultado operacional.

Uso de Estimativas e Premissas

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a administração faça estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de ativos e passivos, e a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações financeiras, bem como os valores de receitas e despesas durante os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. As estimativas e premissas são utilizadas, por exemplo, para o cálculo das provisões para créditos de liquidação duvidosa, para a seleção da vida útil de certos ativos, para a determinação de se um ativo específico ou um grupo de ativos sofreu redução de valor recuperável, para a determinação da expectativa de realização dos créditos tributários, para a determinação do valor de mercado de certos instrumentos financeiros, para a classificação e cálculo de passivos contingentes e para a determinação do valor das provisões técnicas de seguros,

previdência privada e capitalização. As estimativas contábeis realizadas nesses contextos requerem que a administração adote premissas sobre questões que envolvem algum grau de incerteza. Em todos os casos, se a administração tiver feito outras estimativas, ou se ocorrerem alterações nessas estimativas de um período para outro, elas poderão ter impacto significativo em nossa situação financeira e nos resultados operacionais. Consequentemente, os resultados reais podem diferir de nossas estimativas.

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa representa nossa estimativa de perdas prováveis em nossa carteira de crédito e arrendamento mercantil ao final de cada período apresentado. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada levando em consideração a classificação dos créditos de liquidação duvidosa em um dos nove diferentes níveis de risco (de AA a H). Consulte "Informações Estatísticas Seleccionadas – Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil – Classificação da Carteira de Crédito e Arrendamento Mercantil". A classificação dos níveis de risco é um julgamento que considera a situação política e econômica, as tendências na qualidade do crédito, a experiência passada e os riscos globais e específicos da carteira, bem como as diretrizes do Banco Central e da CMN. As regras do CMN especificam uma provisão mínima para créditos de liquidação duvidosa e outros tipos de crédito em cada categoria da classificação que vai de zero por cento (no caso de um crédito que não esteja em atraso) a 100% (em caso de qualquer crédito que esteja com mais de 180 dias de atraso). Além de reconhecer as provisões para créditos de liquidação duvidosa de acordo com as exigências mínimas do CMN, também reconhecemos uma provisão que identificamos como "genérica", que representa a nossa estimativa da provisão em uma determinada data com base em nossa experiência de perda, de acordo com informações históricas, que, desde 31 de dezembro de 2010, é mensurado com a utilização de modelos empregados na gestão do risco de crédito, fundamentados no Acordo da Basileia II. A partir de 31 de dezembro de 2008, também reconhecemos uma "provisão adicional", que representa um ajuste à nossa provisão genérica, considerando o cenário econômico. Em 31 de dezembro de 2009 e nos três primeiros trimestres de 2010, incluímos na "provisão adicional" provisões anticíclicas. A partir de 31 de dezembro de 2010, aprimoramos os critérios de apuração da provisão para créditos, segundo o Acordo da Basileia II, onde os efeitos anticíclicos passaram a ser tratados na Base do Capital.

As metodologias para calcular a provisão genérica dependem de vários critérios, inclusive aqueles utilizados para segmentar a nossa carteira de empréstimo, o período utilizado para mensurar nossas perdas históricas, o método específico utilizado para medir essas perdas históricas, o impacto de nossos critérios de concessão de crédito sobre as perdas ao longo do tempo e outros fatores. Além disso, as metodologias utilizadas para medir a provisão adicional também dependem de julgamentos significativos, inclusive do relacionamento entre o nível de perdas de créditos observadas e os fatores econômicos de qualquer data específica.

Valor de Mercado dos Instrumentos Financeiros

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas específicas do Banco Central, registramos alguns de nossos instrumentos financeiros pelo valor de mercado. Os instrumentos financeiros registrados pelo valor de mercado em nosso balanço patrimonial incluem principalmente títulos e valores mobiliários classificados como: para negociação, disponíveis para venda e outros ativos para negociação, inclusive derivativos. Os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento são registrados no balanço patrimonial pelos seus custos amortizados, e os seus correspondentes valores de mercado são divulgados nas notas explicativas às nossas demonstrações financeiras consolidadas.

O valor de mercado é definido como o valor pelo qual uma posição pode ser fechada ou vendida em uma operação com uma parte interessada e bem informada. Estimamos o valor de mercado utilizando preços cotados no mercado, quando disponíveis. Quando preços cotados no mercado não estão disponíveis, utilizamos diversas fontes, que incluem cotações de corretoras, modelos de precificação e preços cotados no mercado de instrumentos com características similares ou fluxos de caixa descontados. O valor de mercado de instrumentos financeiros, incluindo derivativos que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Da mesma forma, o julgamento precisa ser aplicado na estimativa de preço, quando não existirem parâmetros externos. Outros fatores que podem afetar as estimativas incluem premissas incorretas do modelo e correlações inesperadas. Apesar de acreditarmos que nossos métodos de avaliação são apropriados e compatíveis com os dos outros participantes do mercado, o uso de diferentes metodologias e premissas para determinar o valor de mercado de certos instrumentos poderia resultar em uma estimativa diferente do valor de mercado na data de fechamento, a qual poderia afetar o valor da receita ou perda registrada para um ativo ou passivo específico. Também são necessários julgamentos para determinar se um declínio no valor de mercado abaixo dos custos amortizados é permanente nos títulos e valores mobiliários disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, exigindo, portanto, que a base do custo seja baixada e o reconhecimento dos respectivos efeitos seja feito no resultado operacional. Os fatores utilizados pela nossa administração para determinar se um declínio é permanente incluem principalmente o período de perda observado, o nível de perda e a expectativa, na data da análise, a respeito do potencial de realização do título ou valor mobiliário.

Passivo Contingente

Atualmente, somos parte em processos civis, trabalhistas e previdenciários resultantes do curso normal dos nossos negócios. Em geral, reconhecemos provisões para essas contingências com base no seguinte: (i) no caso de processos avaliados individualmente, na opinião dos assessores jurídicos internos e externos e na probabilidade de que recursos financeiros sejam necessários para liquidar a reivindicação, quando os valores de liquidação podem ser estimados com certeza suficiente, e (ii) no caso de processos avaliados coletivamente, pelo uso de referências estatísticas por grupo de ações judiciais, tipo de órgão jurídico (juizado especial cível ou tribunais normais) e pelo autor da ação. Classificamos como "provável", "possível" ou "remoto" o risco de que tais contingências provenientes dessas ações se converterão em perdas reais para nós. As provisões são reconhecidas como passivo contingente quando classificamos a perda referente a essas ações como provável. Apesar de não reconhecermos provisões para contingências cujo risco consideramos possível ou

remoto, divulgamos contingências cujo risco consideramos possível. Mensuramos os valores de contingência utilizando modelos e critérios que, apesar da incerteza dos termos e valores dessas contingências, acreditamos que os seus valores estejam estimados de forma precisa. Apesar de acreditarmos que essas contingências estão adequadamente refletidas em nossas demonstrações financeiras, os seus desfechos podem resultar em obrigações de pagamentos de valores superiores os valores totais das nossas provisões para contingências, devido às dificuldades inerentes para estimar os valores exatos envolvidos nas ações judiciais movidas contra nós.

10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las

A Administração do Itaú Unibanco Holding S.A. é responsável por estabelecer e manter Controles Internos relacionados às Demonstrações Contábeis Consolidadas da companhia.

O controle interno relacionado às demonstrações contábeis é um processo desenvolvido para fornecer conforto razoável em relação à confiabilidade das informações contábeis e à elaboração das demonstrações contábeis divulgadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os controles internos relacionados às demonstrações contábeis incluem as políticas e procedimentos que: (i) se relacionam à manutenção dos registros que, em detalhe razoável, reflete precisa e adequadamente as transações e baixas dos ativos da companhia; (ii) fornecem conforto razoável de que as transações são registradas conforme necessário para permitir a elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e que os recebimentos e pagamentos da companhia estão sendo feitos somente de acordo com autorizações da administração e dos diretores da companhia; e (iii) fornecem conforto razoável em relação à prevenção ou detecção oportuna de aquisição, uso ou destinação não autorizados dos ativos da companhia que poderiam ter um efeito relevante nas demonstrações contábeis.

Devido às suas limitações inerentes, os controles internos relacionados às demonstrações contábeis podem não evitar ou detectar erros. Portanto, mesmo os sistemas determinados a serem efetivos podem apenas fornecer conforto razoável a respeito da elaboração e apresentação das demonstrações contábeis. Da mesma forma, projeções de qualquer avaliação sobre sua efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles possam se tornar inadequados devido a mudanças nas condições, ou ocorrer deterioração no nível de conformidade com as práticas ou procedimentos.

A Administração avaliou a efetividade dos Controles Internos relacionados às Demonstrações Contábeis Consolidadas da companhia para 31 de dezembro de 2011 de acordo com os critérios definidos pelo COSO – Committee of Sponsoring Organization of the Treadway Commission in Internal Control – Integrated Framework. A avaliação da Administração incluiu documentação, avaliação e teste do desenho e da efetividade dos controles internos relacionados às demonstrações contábeis. Com base nessa avaliação, a Administração concluiu que, para 31 de dezembro de 2011, os Controles Internos relacionados às Demonstrações Contábeis Consolidadas são efetivos.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente

No relatório do auditor independente, não observamos deficiências e recomendações sobre os controles internos que apresentem riscos de falhas ou efeitos materiais sobre as demonstrações financeiras.

No entanto, cabe destacar a maneira como o Itaú Unibanco executa o monitoramento dos apontamentos e planos de ação. As deficiências e recomendações das auditorias (interna e externa) são monitoradas mensalmente pelas Áreas Executivas, por meio de comitês multidisciplinares e com a presença de representantes da Auditoria Interna e de Controles Internos.

Adicionalmente, os resultados deste monitoramento são reportados de forma periódica ao Comitê Executivo da Instituição, bem como ao Comitê de Auditoria.

10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não houve oferta pública de distribuição de valores mobiliários.

b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não houve oferta pública de distribuição de valores mobiliários.

c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não houve oferta pública de distribuição de valores mobiliários.

10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

I - arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Não há.

II - carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

De acordo com a Resolução 3.809, de 28/10/2009, o montante das operações de vendas ou transferências de ativos financeiros onde a entidade reteve substancialmente os riscos e benefícios é de R\$ 554 milhões composto exclusivamente por operações de Crédito Imobiliário R\$ 534 milhões e Crédito Rural R\$ 20 milhões, cedidos com coobrigação.

III - contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não há.

IV - contratos de construção não terminada

Não há.

V - contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não há.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há.

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

A organização constituiu provisão sobre os valores cedidos no montante de R\$ 20 milhões.

b) natureza e o propósito da operação

Crédito Imobiliário:

Cedido à CIBRASEC para emissão de CRI (Certificado de Recebíveis Imobiliários) no montante de R\$ 301 milhões.

Cedido à BRAZILIAN Securities para emissão de CRI (Certificado de Recebíveis Imobiliários) no montante de R\$ 233 milhões.

Crédito Rural:

Cedido à Secretaria do Tesouro Nacional para securitização de dívidas no montante de R\$ 20 milhões.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

A Natureza foi informada no item “ b”. O compromisso da organização é honrar o pagamento no caso de inadimplência do devedor.

10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) investimentos, incluindo:

I - Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

II - Fontes de financiamento dos investimentos

III - Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

O Itaú Unibanco prevê para 2012 a abertura de aproximadamente 155 agências, simultaneamente com abertura de novas plataformas de pequena empresa. Adicionalmente em fevereiro de 2012, o Itaú Unibanco anunciou sua intenção de adquirir, diretamente ou por meio de suas controladas, as ações dos acionistas não controladores da Redecard S.A (“REDECARD”), por meio de oferta pública unificada (“OPA”), visando (i) o cancelamento de autorização da REDECARD como

uma empresa de capital aberto registrada na CVM e (ii) a saída da REDECARD do segmento de listagem do Novo Mercado da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo – BM&F BOVESPA.

Ao final de 2011 contávamos com 4.984 pontos de atendimento, entre Agências e Postos de Atendimento Bancário (PAB), um crescimento de 105 agências no período de um ano. O processo de remodelação na rede de atendimento de varejo, baseado no novo modelo de relacionamento com os clientes, que reformula conceitos de atendimento e layouts, atingiu o total de cerca de 1.500 unidades reformadas no final de 2011, tendo sido 440 remodeladas durante 2011.

A fonte de financiamento para esses investimentos é o Capital de Giro Próprio, representado pelo Patrimônio Líquido da Controladora e pelas Participações Minoritárias nas Subsidiárias.

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor:

O Itaú Unibanco para abrigar seu novo Centro Tecnológico, escolheu a cidade de Mogi Mirim. Com a proposta de se transformar no principal núcleo tecnológico da instituição, o novo Centro Tecnológico Itaú Unibanco será implantado em uma área de 815 mil m², localizada no Distrito Industrial.

Para a decisão sobre o novo local, que concentrará equipamentos de processamento e armazenamento de dados da instituição, foram considerados itens de infraestrutura, tais como amplitude de espaço disponível, capacidade de suprir a demanda de energia, água e telecomunicação, já que o Centro Tecnológico operará 24 horas por dia, além da localização.

Estimado para ser concluído em 2014, o projeto compreende a aquisição do terreno e obras cíveis, com o valor de investimento total aproximado de R\$ 800 milhões. Ao fim desta etapa, serão aproximadamente 60.000 m² de área construída e cerca de 400 pessoas trabalhando diretamente no local, entre as áreas Operacional e de Suporte.

Nós estamos sempre considerando opções de expansão de nossas operações no mercado financeiro. Caso oportunidades surjam, mesmo a preços atraentes, elas serão rigorosamente avaliadas considerando os riscos envolvidos e as perspectivas do país envolvido.

c) novos produtos e serviços, indicando:

I - Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

II - Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

III - Projetos em desenvolvimento já divulgados

IV - Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica.

10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Apresentamos abaixo as diferenças entre nossas demonstrações contábeis em BRGAAP¹ e no padrão contábil internacional – IFRS.

As demonstrações contábeis consolidadas completas em IFRS, referentes ao ano de 2011, estão disponíveis em nossa página na internet: “www.itaunibanco.com.br/ri”.

Comparativo BRGAAP¹ e IFRS

R\$ milhões

Balanco Patrimonial	BRGAAP	Ajustes e Reclassificações ²	IFRS	BRGAAP	Ajustes e Reclassificações ²	IFRS
	31/dez/2011			31/dez/2010		
Ativos Totais	851.331	(33.195)	818.136	751.443	(24.361)	727.082
Disponibilidades, Compulsórios Aplic. Dep. Interfinanceiros e no Mercado Aberto, Ativos Financeiros e Derivativos	412.648	(2.414)	410.234	368.794	1.900	370.754
Operações de Crédito	345.483	781	346.264	295.053	(216)	294.837
(-) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa ³	(25.772)	1.899	(23.873)	(22.019)	2.025	(19.994)
Outros Ativos Financeiros ⁴	66.502	(26.248)	40.254	62.245	(21.300)	40.945
Ativos Fiscais ⁵	32.409	(6.321)	26.088	28.958	(4.816)	24.142
Investimentos em Empresas não Consolidadas, Imobilizado, Ativos Intangíveis, Bens Destinados a Venda e Outros Ativos	20.061	(892)	19.169	18.412	(2.014)	16.398
Passivos Circulante e Exigível a Longo Prazo	777.845	(35.045)	742.800	687.051	(27.521)	659.530
Depósitos	242.636	-	242.636	202.688	-	202.688
Captações no Mercado Aberto	188.819	(3.406)	185.413	199.656	1	199.657
Passivos Fin. Mantidos para Negociação, Derivativos, Recursos de Mercados Interbancários e Institucionais	153.941	926	154.867	112.464	1.654	114.118
Outros Passivos Financeiros ⁴	70.283	(26.164)	44.119	62.297	(21.285)	41.012
Reservas de Seguros, Previdência Privada e Capitalização	73.754	(12)	73.742	60.551	(1.084)	59.467
Provisões e Outros Passivos	34.661	(46)	34.615	32.120	(1.642)	30.478
Obrigações Fiscais ⁵	13.751	(6.343)	7.408	17.275	(5.165)	12.110
Total do Patrimônio Líquido	73.486	1.850	75.336	64.392	3.160	67.552
Participações de Acionistas não Controladores	2.139	(744)	1.395	3.513	(1.836)	1.677
Total do Patrimônio Líquido dos Acionistas Controladores	71.347	2.594	73.941	60.879	4.996	65.875

¹ O BRGAAP representa as práticas contábeis vigentes no Brasil para as instituições financeiras, conforme regulamentação do Banco Central do Brasil;

² Decorrentes de reclassificações de ativos e passivos e demais efeitos da adoção das normas do IFRS;

³ Aplicação do critério de cálculo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa conforme modelo definido no IFRS;

⁴ Diferença na contabilização, principalmente da carteira de câmbio, que passou a ser tratada como efeito líquido entre Ativos e Passivos;

⁵ Diferença na contabilização, principalmente dos impostos diferidos, que passaram a ser tratados como efeito líquido entre Ativos e Passivos em cada uma das empresas consolidadas.

Seguem abaixo os quadros com a reconciliação do Lucro Líquido e do Patrimônio Líquido, com a descrição conceitual dos principais ajustes.

R\$ milhões

Ajustes	Patrimônio Líquido		Lucro Líquido	
	31/dez/11	31/dez/10	2011	2010
BRGAAP - valores atribuíveis aos acionistas controladores	71.347	60.879	14.621	13.323
(a) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.899	2.025	(126)	(1.434)
(b) Reconhecimento do crédito tributário	1.002	1.631	(628)	(660)
(c) Planos de pensão e de saúde	-	-	-	-
(d) Ajuste a mercado de ações e cotas	471	1.162	5	14
(e) Aquisição de Participação na Porto Seguro Itaú Uhibanco Participações SA	862	896	(34)	(40)
(f) Provisão para gastos com a associação Itaú e Uhibanco	-	-	-	(844)
(g) Conversão de subsidiárias e empresas não consolidadas no exterior	-	-	(131)	275
(h) Taxa efetiva de juros	(724)	(819)	95	22
(i) Provisões para dividendos a pagar não declarados	-	1.308	-	-
Outros ajustes	72	70	78	236
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	(988)	(1.277)	(43)	816
IFRS - valores atribuíveis aos acionistas controladores	73.941	65.875	13.837	11.708
IFRS - participação dos acionistas não controladores	1.395	1.677	773	786
IFRS - valores atribuíveis aos acionistas controladores e não controladores	75.336	67.552	14.610	12.494

Diferenças entre as Demonstrações Contábeis em IFRS e BRGAAP

- (a) No IFRS (IAS 39), as provisões para créditos de liquidação duvidosa devem ser constituídas quando constatada evidência objetiva de que operações de crédito estejam em situação de perda por redução do seu valor recuperável. No BRGAAP, é utilizado o conceito de Perda Esperada⁶.
- (b) Foi reconhecido, nas Demonstrações Contábeis Consolidadas em BRGAAP, a parcela do crédito tributário referente à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido à alíquota de 15% (IAS 12), integralmente ativado no balanço de abertura em IFRS de 01/01/2010.
- (c) A partir de 2011, os critérios do IFRS e BRGAAP foram equalizados (IAS 19).
- (d) No IFRS (IAS 39 e 32), as ações e cotas classificadas como investimentos permanentes foram mensuradas a valor justo e seus ganhos e perdas registrados diretamente no Patrimônio Líquido, não transitando pelo resultado do período.
- (e) No IFRS foi reconhecido o efeito da contabilização a valor justo da aquisição de participação na Porto Seguro Itaú Unibanco Participações SA.
- (f) A provisão para gastos com a associação Itaú e Unibanco foi revertida no Balanço de abertura em IFRS em 01/01/2010 (IAS 19 e 37). Em BRGAAP essa provisão foi consumida até 31/12/2010.
- (g) No IFRS (IAS 21), a variação cambial de subsidiárias e empresas não consolidadas no exterior, em que a moeda funcional (moeda do ambiente econômico primário no qual a entidade opera) difere do Real, passou a ser registrada diretamente no Patrimônio Líquido, não transitando pelo resultado do período.
- (h) No IFRS (IAS 39), os ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado foram reconhecidos pelo método da taxa efetiva de juros, que consiste em apropriar as receitas e os custos diretamente atribuíveis à sua aquisição, emissão ou alienação pelo prazo da operação. No BRGAAP, o reconhecimento das despesas e das receitas de tarifa ocorre no momento da contratação destas operações.
- (i) A provisão para dividendos a pagar não declarados foi revertida no montante que ultrapassou o valor dos dividendos mínimos obrigatórios.

⁶ Maiores detalhes nas Demonstrações Contábeis Completas do ano de 2011.

Para fins de comparabilidade, apresentamos no quadro abaixo o Lucro Líquido e o Lucro Líquido Recorrente para o IFRS e BRGAAP.

R\$ milhões

Lucro Líquido Recorrente	2011			2010		
	BRGAAP	IFRS	Variação	BRGAAP	IFRS	Variação
Lucro Líquido - atribuível aos acionistas controladores	14.621	13.837	(784)	13.323	11.708	(1.615)
Exclusão dos eventos não recorrentes⁷	20	(28)	(48)	(301)	1.171	1.471
Reversão Parcial da Prov. Adicional para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	-	(1.038)	-	1.038
Programa de Pagamento ou Parcelamento de Tributos Federais - Lei nº 11.941/09	(509)	(509)	-	(145)	(132)	13
Contingências Fiscais	-	-	-	380	372	(8)
Benefícios a Empregados - Pronunciamento Técnico CPC33	-	-	-	35	-	(35)
Ajuste a Valor de Mercado - BFI	244	222	(22)	-	-	-
Provisão para Contingências - Planos Econômicos	285	259	(26)	467	425	(42)
Gastos com a Associação Itaú e Unibanco	-	-	-	-	506	506
Lucro Líquido Recorrente - atribuível aos acionistas controladores	14.641	13.809	(832)	13.023	12.879	(144)

ANEXO II**ANEXO II - A****MODELO DE PROCURAÇÃO**

Por este instrumento de procuração, [ACIONISTA], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], portador do documento de identidade nº(____), inscrito no CPF/MF sob o nº (____), com endereço no(a) [ENDEREÇO] (“Outorgante”), nomeia o Sr. [PROCURADOR], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], portador do documento de identidade nº(____), inscrito no CPF/MF sob o nº (____), com endereço no(a) [ENDEREÇO], seu procurador, com poderes para representá-lo, na qualidade de Acionista do Itaú Unibanco Holding S.A. (“Companhia”), nas Assembleias Gerais Extraordinárias e Ordinária da Companhia, que se realizarão no dia 20 de abril de 2012, no auditório da sede social, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Walther Moreira Salles, Piso Guajuviras, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04344-902, lançando seu voto em conformidade com a orientação de voto abaixo.

O procurador terá poderes limitados ao comparecimento às Assembleias e ao lançamento de voto em conformidade com a orientação de voto abaixo, não tendo direito nem obrigação de tomar quaisquer outras medidas que não sejam necessárias ao exato cumprimento das orientações de voto indicadas abaixo. O procurador fica autorizado a se abster em qualquer deliberação ou assunto para o qual não tenha recebido orientações de voto suficientemente específicas.

O presente instrumento de mandato tem prazo de validade de [•] dias, a partir da presente data.

[Cidade], ____ de abril de 2012.

[ACIONISTA]
(Assinatura autenticada)

ORIENTAÇÃO DE VOTO**Assembleia Geral Extraordinária às 15:00 horas:**

1 - autorizar a utilização de ações preferenciais de emissão da Companhia para remuneração de seus executivos e de empresas por ela controladas:

Favor

Contra

Abstenção

Assembleia Geral Ordinária às 15:20 horas:

1 – tomar conhecimento do Relatório da Administração, do Parecer do Conselho Fiscal, do Relatório dos Auditores Independentes e dos Resumos dos Relatórios do Comitê de Auditoria e deliberar sobre as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2011:

Favor

Contra

Abstenção

2 – deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício:

Favor

Contra

Abstenção

3 – eleger os membros do Conselho de Administração:

Alfredo Egydio Arruda Villela Filho

Favor

Contra

Abstenção

Alfredo Egydio Setubal

Favor

Contra

Abstenção

Candido Botelho Bracher

Favor

Contra

Abstenção

Demosthenes Madureira de Pinho Neto

Favor

Contra

Abstenção

Gustavo Jorge Laboissière Loyola

Favor

Contra

Abstenção

Henri Penchas

Favor

Contra

Abstenção

Israel Vainboim

Favor

Contra

Abstenção

Nildemar Secches

Favor

Contra

Abstenção

Pedro Luiz Bodin de Moraes

Favor

Contra

Abstenção

Pedro Moreira Salles

Favor

Contra

Abstenção

Pedro Pullen Parente

Favor

Contra

Abstenção

Ricardo Villela Marino

Favor

Contra

Abstenção

Roberto Egydio Setubal

Favor

Contra

Abstenção

4 – eleger os membros do Conselho Fiscal:

Conselheiros efetivos

Alberto Sozin Furuguem

Favor

Contra

Abstenção

Iran Siqueira Lima

Favor

Contra

Abstenção

Conselheiros suplentes

João Costa

Favor

Contra

Abstenção

José Caruso Cruz Henriques

Favor

Contra

Abstenção

5 – deliberar sobre a verba destinada à remuneração dos integrantes do Conselho de Administração e da Diretoria, e ainda sobre a remuneração dos integrantes do Conselho Fiscal:

Favor

Contra

Abstenção

Assembleia Geral Extraordinária às 15:40 horas:

1- alterar o Estatuto Social para:

(i) adequá-lo ao Regulamento do Segmento de Listagem Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA:

Favor

Contra

Abstenção

(ii) adequá-lo às novas disposições do artigo 146 da Lei nº 6.404/76, afastando a necessidade de que o membro eleito para o Conselho de Administração seja acionista da Companhia:

Favor

Contra

Abstenção

(iii) incluir no Estatuto Social disposições sobre o Comitê de Remuneração, nos termos da Resolução do Conselho Monetário Nacional 3.921/2010:

Favor

Contra

Abstenção

2 – consolidar o Estatuto Social, com as alterações mencionadas nos itens acima e as consequentes adequações redacionais:

Favor

Contra

Abstenção

ANEXO II - B**MODELO DE PROCURAÇÃO PARA PROCURADORES DISPONIBILIZADOS PELA COMPANHIA PARA CADA UMA DAS ASSEMBLEIAS****1. Assembleia Geral Extraordinária às 15:00 horas**

Por este instrumento de procuração, Eu, [ACIONISTA], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], portador do documento de identidade nº(____), inscrito no CPF/MF sob o nº (____), com endereço no(a) [ENDEREÇO] (“Outorgante”), acionista da Itaú Unibanco Holding S.A.(Companhia”), nomeio como meu(s) procurador(es):

- **Cristiane Sultani**, brasileira, solteira, advogada, RG-SSP/SP 18.611.773-5, CPF 151.501.458-40, OAB/SP 135.648, domiciliada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Conceição, Piso Metrô, São Paulo (SP), com poderes para representar-me, na qualidade de advogada do **Itaú Unibanco Holding S.A. (“Companhia”)**, na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, que se realizará no dia 20 de abril de 2012, às 15h00, no auditório da sede social, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Walther Moreira Salles, Piso Guajuviras, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04344-902, para votar **A FAVOR** nas matérias constantes da ordem do dia, em conformidade com a orientação de voto abaixo.
- **Teresa Cristina Athayde Marcondes Fontes**, brasileira, casada, advogada, RG-SSP/SP 30.246.165-6, CPF 307.447.828-48, OAB/SP 252.030, domiciliada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Conceição, Piso Metrô, São Paulo (SP), com poderes para representar-me, na qualidade de advogada da Companhia, na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, que se realizará no dia 20 de abril de 2012, às 15h00, no auditório da sede social, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Walther Moreira Salles, Piso Guajuviras, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04344-902, para votar **CONTRA** nas matérias constantes da ordem do dia, em conformidade com a orientação de voto abaixo.
- **Adriana Augusta Dib Fuzinato**, brasileira, casada, advogada, RG-SSP/SP 26.332.488-6, CPF 268.376.238-00, OAB/SP 163.544, domiciliada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Conceição, Piso Metrô, São Paulo (SP), com poderes para representar-me, na qualidade de advogada da Companhia, na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, que se realizará no dia 20 de abril de 2012, às 15h00, no auditório da sede social, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Walther Moreira Salles, Piso Guajuviras, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04344-902, para **SE ABSTER** nas matérias constantes da ordem do dia, em conformidade com a orientação de voto abaixo.

O procurador terá poderes limitados ao comparecimento na Assembleia Geral Extraordinária para lançamento de voto em conformidade com a orientação de voto abaixo, não tendo direito nem obrigação de tomar quaisquer outras medidas que não sejam necessárias ao exato cumprimento das orientações de voto indicadas abaixo. O procurador fica autorizado a se abster em qualquer deliberação ou assunto para o qual não tenha recebido orientações de voto suficientemente específicas e votará de acordo com o número de ações ordinárias detidas pelo outorgante.

O presente mandato será automaticamente revogado após a conclusão da Assembleia objeto desse instrumento.

São Paulo, ____ de abril de 2012.

[ACIONISTA]
(Assinatura autenticada)

ORIENTAÇÃO DE VOTO – Assembleia Geral Extraordinária às 15:00 horas

Assinale a opção que desejar:

1 - autorizar a utilização de ações preferenciais de emissão da Companhia para remuneração de seus executivos e de empresas por ela controladas:

Favor

Contra

Abstenção

2. Assembleia Geral Ordinária às 15:20 horas

Por este instrumento de procuração, Eu, [ACIONISTA], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], portador do documento de identidade nº(____), inscrito no CPF/MF sob o nº (____), com endereço no(a) [ENDEREÇO] (“Outorgante”), acionista da Itaú Unibanco Holding S.A.(Companhia”), nomeio como meu(s) procurador(es):

- **Cristiane Sultani**, brasileira, solteira, advogada, RG-SSP/SP 18.611.773-5, CPF 151.501.458-40, OAB/SP 135.648, domiciliada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Conceição, Piso Metrô, São Paulo (SP), com poderes para representar-me, na qualidade de advogada do **Itaú Unibanco Holding S.A. (“Companhia”)**, na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, que se realizará no dia 20 de abril de 2012, às

15h20, no auditório da sede social, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Walther Moreira Salles, Piso Guajuviras, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04344-902, para votar **A FAVOR** nas matérias constantes da ordem do dia, em conformidade com a orientação de voto abaixo.

- **Teresa Cristina Athayde Marcondes Fontes**, brasileira, casada, advogada, RG-SSP/SP 30.246.165-6, CPF 307.447.828-48, OAB/SP 252.030, domiciliada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Conceição, Piso Metrô, São Paulo (SP), com poderes para representar-me, na qualidade de advogada da **Companhia**, na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, que se realizará no dia 20 de abril de 2012, às 15h20, no auditório da sede social, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Walther Moreira Salles, Piso Guajuviras, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04344-902, para votar **CONTRA** nas matérias constantes da ordem do dia, em conformidade com a orientação de voto abaixo.
- **Adriana Augusta Dib Fuzinato**, brasileira, casada, advogada, RG-SSP/SP 26.332.488-6, CPF 268.376.238-00, OAB/SP 163.544, domiciliada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Conceição, Piso Metrô, São Paulo (SP), com poderes para representar-me, na qualidade de advogada da **Companhia**, na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, que se realizará no dia 20 de abril de 2012, às 15h20, no auditório da sede social, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Walther Moreira Salles, Piso Guajuviras, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04344-902, para **SE ABSTER** nas matérias constantes da ordem do dia, em conformidade com a orientação de voto abaixo.

O procurador terá poderes limitados ao comparecimento na Assembleia Geral Ordinária para lançamento de voto em conformidade com a orientação de voto abaixo, não tendo direito nem obrigação de tomar quaisquer outras medidas que não sejam necessárias ao exato cumprimento das orientações de voto indicadas abaixo. O procurador fica autorizado a se abster em qualquer deliberação ou assunto para o qual não tenha recebido orientações de voto suficientemente específicas e votará de acordo com o número de ações ordinárias detidas pelo outorgante.

O presente mandato será automaticamente revogado após a conclusão da Assembleia objeto desse instrumento.

São Paulo, ____ de abril de 2012.

[ACIONISTA]
(Assinatura autenticada)

ORIENTAÇÃO DE VOTO - Assembleia Geral Ordinária às 15:20 horas

Assinale a opção que desejar:

1 – tomar conhecimento do Relatório da Administração, do Parecer do Conselho Fiscal, do Relatório dos Auditores Independentes e dos Resumos dos Relatórios do Comitê de Auditoria e deliberar sobre as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2011:

Favor	Contra	Abstenção
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

2 – deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício:

Favor	Contra	Abstenção
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

3 – eleger os membros do Conselho de Administração:

Alfredo Egydio Arruda Villela Filho

Favor	Contra	Abstenção
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Alfredo Egydio Setubal

Favor	Contra	Abstenção
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Candido Botelho Bracher

Favor	Contra	Abstenção
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Demosthenes Madureira de Pinho Neto

Favor

Contra

Abstenção

Gustavo Jorge Laboissière Loyola

Favor

Contra

Abstenção

Henri Penchas

Favor

Contra

Abstenção

Israel Vainboim

Favor

Contra

Abstenção

Nildemar Secches

Favor

Contra

Abstenção

Pedro Luiz Bodin de Moraes

Favor

Contra

Abstenção

Pedro Moreira Salles

Favor

Contra

Abstenção

Pedro Pullen Parente

Favor

Contra

Abstenção

Ricardo Villela Marino

Favor

Contra

Abstenção

Roberto Egydio Setubal

Favor

Contra

Abstenção

4 – eleger os membros do Conselho Fiscal:

Conselheiros efetivos

Alberto Sozin Furugem

Favor

Contra

Abstenção

Iran Siqueira Lima

	Contra	Abstenção
Favor		
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Conselheiros suplentes

João Costa

	Contra	Abstenção
Favor		
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

José Caruso Cruz Henriques

	Contra	Abstenção
Favor		
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

5 – deliberar sobre a verba destinada à remuneração dos integrantes do Conselho de Administração e da Diretoria, e ainda sobre a remuneração dos integrantes do Conselho Fiscal:

	Contra	Abstenção
Favor		
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

3. Assembleia Geral Extraordinária às 15:40 horas

Por este instrumento de procuração, Eu, [ACIONISTA], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], portador do documento de identidade nº(____), inscrito no CPF/MF sob o nº (____), com endereço no(a) [ENDEREÇO] (“Outorgante”), acionista da Itaú Unibanco Holding S.A.(Companhia”), nomeio como meu(s) procurador(es):

- **Cristiane Sultani**, brasileira, solteira, advogada, RG-SSP/SP 18.611.773-5, CPF 151.501.458-40, OAB/SP 135.648, domiciliada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Conceição, Piso Metrô, São Paulo (SP), com poderes para representar-me, na qualidade de advogada do **Itaú Unibanco Holding S.A. (“Companhia”)**, na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, que se realizará no dia 20 de abril de 2012, às 15h40, no auditório da sede social, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Walther Moreira Salles, Piso Guajuviras, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04344-902, para votar **A FAVOR** nas matérias constantes da ordem do dia, em conformidade com a orientação de voto abaixo.
- **Teresa Cristina Athayde Marcondes Fontes**, brasileira, casada, advogada, RG-SSP/SP 30.246.165-6, CPF 307.447.828-48, OAB/SP 252.030, domiciliada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Conceição, Piso Metrô, São Paulo (SP), com poderes para representar-me, na qualidade de advogada da **Companhia**, na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, que se realizará no dia 20 de abril de 2012, às 15h40, no auditório da sede social, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Walther Moreira Salles, Piso Guajuviras, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04344-902, para votar **CONTRA** nas matérias constantes da ordem do dia, em conformidade com a orientação de voto abaixo.
- **Adriana Augusta Dib Fuzinato**, brasileira, casada, advogada, RG-SSP/SP 26.332.488-6, CPF 268.376.238-00, OAB/SP 163.544, domiciliada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Conceição, Piso Metrô, São Paulo (SP), com poderes para representar-me, na qualidade de advogada da **Companhia**, na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, que se realizará no dia 20 de abril de 2012, às 15h40, no auditório da sede social, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Walther Moreira Salles, Piso Guajuviras, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04344-902, para **SE ABSTER** nas matérias constantes da ordem do dia, em conformidade com a orientação de voto abaixo.

O procurador terá poderes limitados ao comparecimento na Assembleia Geral Extraordinária para lançamento de voto em conformidade com a orientação de voto abaixo, não tendo direito nem obrigação de tomar quaisquer outras medidas que não sejam necessárias ao exato cumprimento das orientações de voto indicadas abaixo. O procurador fica autorizado a se abster em qualquer deliberação ou assunto para o qual não tenha recebido orientações de voto suficientemente específicas e votará de acordo com o número de ações ordinárias detidas pelo outorgante.

O presente mandato será automaticamente revogado após a conclusão da Assembleia objeto desse instrumento.

São Paulo, ____ de abril de 2012.

[ACIONISTA]
 (Assinatura autenticada)

ORIENTAÇÃO DE VOTO - Assembleia Geral Extraordinária às 15:40 horas

Assinale a opção que desejar:

1- alterar o Estatuto Social para:

(i) adequá-lo ao Regulamento do Segmento de Listagem Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA:

Favor

Contra

Abstenção

(ii) adequá-lo às novas disposições do artigo 146 da Lei nº 6.404/76, afastando a necessidade de que o membro eleito para o Conselho de Administração seja acionista da Companhia:

Favor

Contra

Abstenção

(iii) incluir no Estatuto Social disposições sobre o Comitê de Remuneração, nos termos da Resolução do Conselho Monetário Nacional 3.921/2010:

Favor

Contra

Abstenção

2 – consolidar o Estatuto Social, com as alterações mencionadas nos itens acima e as consequentes adequações redacionais:

Favor

Contra

Abstenção

INFORMAÇÕES DO ANEXO 23 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/09

1. Informar o nome da companhia

Itaú Unibanco Holding S.A.

2. Informar as matérias para as quais a procuração está sendo solicitada

Matérias indicadas na Convocação constante deste Manual.

3. Identificar as pessoas naturais ou jurídicas que promoveram, organizaram ou custearam o pedido de procuração, ainda que parcialmente, informando:

- a. Nome e endereço

Itaú Unibanco Holding S.A., com endereço na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 04344-902.

- b. Desde quando é acionista da companhia

Não aplicável.

- c. Número e percentual de ações de cada espécie e classe de sua titularidade

Não aplicável.

- d. Número de ações tomadas em empréstimo

Não aplicável.

- e. Exposição total em derivativos referenciados em ações da companhia

Não aplicável.

- f. Relações de natureza societária, empresarial ou familiar existentes ou mantidas nos últimos 3 anos com a companhia ou com partes relacionadas à companhia, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Não aplicável.

4. Informar se qualquer das pessoas mencionadas no item 3, bem como qualquer de seus controladores, controladas, sociedades sob controle comum ou coligadas tem interesse especial na aprovação das matérias para as quais a procuração está sendo solicitada, descrevendo detalhadamente a natureza e extensão do interesse em questão

A disponibilização de procuradores foi promovida pela Companhia e tem como único objetivo oferecer um mecanismo adicional para facilitar a participação do acionista na Assembleia.

5. Informar o custo estimado do pedido de procuração

O custo do pedido de procuração é insignificante.

6. Informar se (a) a companhia custeou o pedido de procuração ou (b) se seus autores buscarão ressarcimento de custos junto à companhia

O pedido de procuração foi integralmente custeado pela Companhia.

7. Informar:

- a) O endereço para o qual a procuração deve ser remetida depois de assinada;

Itaú Unibanco - Superintendência de Assuntos Corporativos
Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Conceição, Piso Metrô
Parque Jabaquara, em São Paulo (SP) - CEP 04344-902

ou para o número de fax (011) 5019-8103, ou ainda para o e-mail relacoes.investidores@itau-unibanco.com.br.

De modo a facilitar os trabalhos nas Assembleias Gerais, a Companhia sugere que os acionistas representados por procuradores enviem, com antecedência mínima de 48 horas, cópia da procuração e dos demais documentos elencados no Edital de Convocação por correio ou portador para os endereços indicados.

b) Instruções para a outorga da procuração eletrônica;

O acionista poderá outorgar procuração eletrônica através da plataforma “www.assembleianaweb.com.br”, conforme descrito abaixo.

Para efetuar o cadastro, os acionistas poderão acessar a página “www.itauunibanco.com.br/ri” ou “www.assembleianaweb.com.br”, onde deverão preencher o formulário cadastral, acessando-o pelo seguinte caminho: cadastro; acionista; e cadastrar novo acionista. Ao final do preenchimento dos dados solicitados no formulário cadastral, o acionista receberá no e-mail indicado no cadastro, o *login* e a senha para acessar o ambiente digital das Assembleias Gerais da Companhia.

O acionista, em posse dos referidos dados, deverá acessar novamente a referida plataforma eletrônica - “Agenda de Assembleias”, sendo que o acionista será conduzido para o ambiente de instrução de voto das Assembleias Gerais da Companhia.

Os passos descritos a seguir deverão ser seguidos pelos acionistas:

Para Acionista Brasileiro:

1) O acionista deverá possuir certificado digital válido ou e-CPF (se pessoa física) / e-CNPJ (se pessoa jurídica). Caso já possua alguma destas certificações, o acionista passará a seguir o disposto no item 2 abaixo. Caso contrário, poderá obter o certificado digital acessando o *link* disponível no ambiente de instrução de voto, mediante os seguintes passos:

a) deverá preencher o formulário de solicitação de certificado digital, após o envio deste formulário, o acionista receberá por e-mail o número de protocolo, bem como o Termo de Titularidade e Responsabilidade do Certificado Digital, o qual deverá ser impresso em 2 (duas) vias e assinado, com o posterior reconhecimento de firma;

b) as duas vias do Termo de Titularidade e Responsabilidade do Certificado Digital deverão ser encaminhadas para **AUTORIDADE DE REGISTRO COMPROVA** no seguinte endereço: Rua Gomes de Carvalho, 1306, conjunto 11, Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04547-005, acompanhadas dos seguintes documentos comprobatórios:

- Pessoa física - cópia autenticada do: i) RG/RNE; ii) CPF; e iii) comprovante de residência, este último emitido pelo menos há 3 (três) meses, que deverá ser de titularidade do acionista; ou
- Pessoa jurídica - cópia autenticada do: i) estatuto/contrato social vigente devidamente arquivado na Junta Comercial ou cartório competente e, ainda, o cartão de CNPJ; e ii) ato de eleição ou procuração do acionista outorgando poderes ao representante legal pessoa física, neste caso também deverão ser encaminhadas as cópias autenticadas do RG/RNE e CPF;

c) após análise dos documentos enviados, o acionista receberá em seu e-mail as instruções para instalar seu certificado digital.

2) O acionista deverá reler as matérias a serem deliberadas nas Assembleias Gerais da Companhia antes de instruir seu voto, conforme o próximo e último passo; e

3) Neste momento o acionista, já tendo obtido seu certificado digital, estará habilitado a instruir seu voto através da procuração eletrônica. Ao confirmar sua instrução de voto em relação a cada uma das matérias das Assembleias Gerais da Companhia, a procuração outorgada será assinada digitalmente e uma cópia será enviada ao e-mail do acionista.

Para Acionista Estrangeiro:

1) O Representante Legal do acionista deverá possuir certificado digital válido ou e-CPF (se pessoa física) / e-CNPJ (se pessoa jurídica). Caso já possua alguma destas certificações, o Representante Legal do acionista passará a seguir o disposto no item 2 acima. Caso contrário, poderá obter o certificado digital acessando o *link* disponível no ambiente de instrução de voto, mediante os seguintes passos:

a) deverá preencher o formulário de solicitação de certificado digital, após o Representante Legal do acionista receberá por e-mail o número de protocolo, bem como o Termo de Titularidade e Responsabilidade do Certificado Digital, o qual deverá ser impresso em 2 (duas) vias e assinado, com o posterior reconhecimento de firma;

b) as duas vias do Termo de Titularidade e Responsabilidade do Certificado Digital deverão ser encaminhadas para AUTORIDADE DE REGISTRO COMPROVA no seguinte endereço: Rua Gomes de Carvalho, 1306, conjunto 11, Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04547-005, acompanhadas dos seguintes documentos comprobatórios:

- Representante Legal pessoa física – procuração do Acionista Estrangeiro outorgada para o representante legal pessoa física, devidamente notariada, consularizada pelo Consulado Brasileiro, com tradução juramentada e registro no cartório competente, com cópia autenticada do: i) RG/RNE; e ii) CPF; ou
- Representante Legal pessoa jurídica - procuração do Acionista Estrangeiro outorgada para o representante legal pessoa jurídica, devidamente notariada, consularizada pelo Consulado Brasileiro, com tradução juramentada e registro no cartório competente, com cópia autenticada do: i) estatuto/contrato social vigente, devidamente arquivado na Junta Comercial ou cartório competente e cartão de CNPJ; e ii) ato de eleição do representante legal pessoa física, neste caso, também deverão ser encaminhados o RG/RNE e CPF.

Os demais passos são idênticos aos aplicados aos Acionistas Brasileiros, conforme descrito nos itens 2 e 3 acima.

Os acionistas poderão exercer esta faculdade de outorga de procuração eletrônica até 48 horas antes das Assembleias Gerais da Companhia.

ANEXO III**PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DE LUCROS, CONTENDO AS INFORMAÇÕES INDICADAS NO ANEXO 9-I-II
DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481****Destinação do Lucro Líquido**

Propõe-se que o lucro líquido do exercício constante das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2011, no montante de R\$ 11.890.195.760,13, seja destinado conforme segue: (a) R\$ 594.509.788,01 à Reserva Legal; (b) R\$ 6.241.662.706,71 às reservas estatutárias, sendo R\$ 1.859.846.180,54 à Reserva para Equalização de Dividendos, R\$ 1.752.726.610,46 à Reserva para Reforço do Capital de Giro e R\$ 2.629.089.915,71 à Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas; e (c) R\$ 5.054.023.265,41 ao pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, imputados ao valor do dividendo obrigatório, conforme faculdade prevista no Artigo 9º da Lei n.º 9.249/95.

Informamos que todos os dados apresentados, exceto quando informado de outra forma, referem-se aos dados individuais do Itaú Unibanco Holding S.A.

Efetuamos pagamento mensal de dividendos, com base na posição acionária do último dia útil do mês anterior e com pagamento no primeiro dia útil do mês subsequente, bem como pagamentos complementares (semestrais), para os quais o Conselho de Administração determina a data-base para a posição acionária e a data do pagamento. Em referidos pagamentos semestrais, a administração verifica o lucro existente, determina o montante de dividendos que deveria ser distribuído como obrigatório, calcula o montante mensal que já foi declarado e, ao fim, determina quanto faltaria para que se completasse o pagamento do dividendo mínimo obrigatório. Tal montante é declarado como dividendo “complementar” aos pagos mensalmente. Por deliberação do Conselho de Administração podem ser pagos juros sobre o capital próprio, imputando-se o valor dos juros pagos ou creditados ao valor do dividendo obrigatório, com base no artigo 9º, § 7º, da Lei nº 9.249/95.

Para mais informações, veja os itens a seguir, os quais foram elaborados em consonância com os requisitos do Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09.

1. Lucro líquido do exercício

R\$ 11.890.195.760,13.

2. Montante global e valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

O valor global distribuído a título de dividendos antecipados e juros sobre capital próprio foi de R\$ 5.054.023.265,41 (bruto), sendo R\$ 4.393.806.463,56 líquido de tributos. Tal montante corresponde ao percentual do lucro líquido indicado no item 3 abaixo e foi pago como antecipação do dividendo mínimo obrigatório. Desse modo, será proposta à assembleia geral a ratificação das declarações e distribuições já realizadas e não serão propostas novas declarações.

Valor líquido por ação: R\$ 0,9727.

3. Percentual do lucro líquido do exercício distribuído

O valor líquido distribuído a título de dividendos e juros sobre capital próprio corresponde a 37% do lucro líquido do exercício e a 39% do lucro líquido do exercício ajustado pelo valor destinado à reserva legal.

4. Montante global e valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não houve.

5. Valor Bruto**a. Valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados**

Não será proposta à assembleia geral a declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio adicionais aos já declarados.

b. Forma e prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

Conforme mencionado no subitem “a” deste item, o dividendo obrigatório relativo ao exercício de 2011 já foi integralmente declarado pelo Conselho de Administração e pago aos acionistas. As datas de pagamento estão no item 6 deste documento. Os acionistas podem receber os valores que lhes são devidos das seguintes formas:

- Acionistas detentores de American Depositary Receipts (ADR’s):

O pagamento será realizado diretamente ao banco depositário no exterior (Bank of New York Mellon) que se incumbirá de repassá-lo aos acionistas titulares.

- Acionistas titulares de contas correntes no Itaú Unibanco S.A. devidamente cadastradas:

O pagamento será realizado mediante crédito efetuado diretamente nas respectivas contas correntes.

- Acionistas titulares de contas correntes em outros bancos que já tiverem indicado banco/agência/conta corrente:

O pagamento será realizado mediante DOC eletrônico ou TED, conforme os respectivos valores.

- Acionistas cujas ações estejam depositadas nas custódias fiduciárias da BM&FBOVESPA.

O pagamento será realizado diretamente à BM&FBOVESPA, que se incumbirá de repassá-lo aos acionistas titulares, por intermédio das Corretoras de Valores depositantes.

- Acionistas detentores de ações ao portador ainda não convertidas para o sistema escritural:

O pagamento ocorrerá após a entrega dos respectivos certificados para a conversão obrigatória.

Não será proposta à assembleia geral a declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio adicionais aos já declarados. Para datas de pagamentos já ocorridos, veja tabela constante do item 6 deste documento.

c. Eventual atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não houve.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Veja subitem “a” deste item.

6. Montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados e data dos respectivos pagamentos

Competência	Tipo de Provento	Posição Acionária	Data de Pagamento	Valor por Ação	
				Nominal	Líquido
2011	JCP Comp.	29/02/2012	13/3/2012	R\$ 0,42	R\$ 0,35
Dezembro	JCP	26/12/2011	13/3/2012	R\$ 0,29	R\$ 0,24
Dezembro	Dividendo	30/11/2011	2/1/2012	R\$ 0,01	R\$ 0,01
Novembro	Dividendo	31/10/2011	1/12/2011	R\$ 0,01	R\$ 0,01
Outubro	Dividendo	30/9/2011	1/11/2011	R\$ 0,01	R\$ 0,01
Setembro	Dividendo	31/8/2011	1/10/2011	R\$ 0,01	R\$ 0,01
Agosto	Dividendo	30/7/2011	1/9/2011	R\$ 0,01	R\$ 0,01
Agosto	JCP Comp.	9/8/2011	22/8/2011	R\$ 0,27	R\$ 0,23
Julho	Dividendo	30/6/2011	1/8/2011	R\$ 0,01	R\$ 0,01
Junho	Dividendo	31/5/2011	1/7/2011	R\$ 0,01	R\$ 0,01
Mai	Dividendo	30/4/2011	1/6/2011	R\$ 0,01	R\$ 0,01
Abril	Dividendo	31/3/2011	1/5/2011	R\$ 0,01	R\$ 0,01
Março	Dividendo	28/2/2011	1/4/2011	R\$ 0,01	R\$ 0,01
Fevereiro	Dividendo	31/1/2011	1/3/2011	R\$ 0,01	R\$ 0,01
Janeiro	Dividendo	31/12/2010	1/2/2011	R\$ 0,01	R\$ 0,01

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

R\$

	2011	2010	2009
Lucro líquido	11.890.195.760,13	10.272.015.528,35	7.706.906.786,53
Lucro Líquido por ação	2,63	2,26	1,71
Lucro Líquido por ação – ajustado pelos efeitos das bonificações	2,63	2,26	1,71

Para cálculo do lucro líquido por ação, divide-se o lucro líquido pela quantidade de ações em circulação na data do encerramento do exercício.

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

	R\$		
	2011	2010	2009
Ordinária	0,9727	0,8607	0,7917
Preferencial	0,9727	0,8607	0,7917

Para cálculo do dividendo/juros sobre o capital próprio por ação, divide-se o dividendo/juros sobre o capital próprio pela quantidade de ações em circulação na data do encerramento do exercício.

8. Destinação de lucros à reserva legal

a. Montante destinado à reserva legal

R\$ 594.509.788,01.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada, e do item 12.1 de nosso Estatuto Social, foram aplicados 5% (cinco por cento) na constituição da Reserva Legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social.

9. Ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Forma de cálculo dos dividendos fixos ou mínimos

Dividendo mínimo anual de R\$ 0,022 por ação, ajustado em caso de desdobramento ou grupamento.

b. Suficiência do lucro do exercício para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

O lucro do exercício foi suficiente para o pagamento integral dos dividendos mínimos.

c. Cumulação de eventual parcela não paga

O dividendo mínimo não é cumulativo.

d. Valor global dos dividendos fixos ou mínimos pagos a cada classe de ações preferenciais

Não contamos com classes distintas de ações preferenciais. O valor global dos dividendos mínimos estabelecidos estatutariamente para as nossas ações preferenciais seria de R\$ 48.935.826,04.

e. Dividendos fixos ou mínimos pagos por ação preferencial de cada classe

Não contamos com classes distintas de ações preferenciais.

10. Dividendo obrigatório

a. Forma de cálculo prevista no estatuto

Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado no mesmo exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nas letras "a" e "b" do inciso I do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e observados os incisos II e III do mesmo dispositivo legal.

b. Pagamento

O dividendo obrigatório foi pago integralmente, nos termos do item 6 acima.

c. Montante eventualmente retido

Não houve retenção de montantes.

11. Retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

Não houve retenção de dividendo obrigatório.

12. Destinação de resultado para reserva de contingências

Não houve destinação de resultado para a reserva de contingências.

13. Destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

Não houve destinação de resultado para a reserva de lucros a realizar.

14. Destinação de resultado para reservas estatutárias

a. Cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Por proposta do Conselho de Administração, a assembleia geral poderá deliberar a formação das seguintes reservas: I - Reserva para Equalização de Dividendos; II - Reserva para Reforço do Capital de Giro; III - Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas.

A Reserva para Equalização de Dividendos será limitada a 40% do valor do capital social e terá por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando a manter o fluxo de remuneração aos acionistas, sendo formada com recursos: a) equivalentes a até 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76; b) equivalentes a até 100% da parcela realizada de Reservas de Reavaliação, lançada a lucros acumulados; c) equivalentes a até 100% do montante de ajustes de exercícios anteriores, lançado a lucros acumulados; d) decorrentes do crédito correspondente às antecipações de dividendos.

A Reserva para Reforço do Capital de Giro será limitada a 30% do valor do capital social e terá por finalidade garantir meios financeiros para a operação da sociedade, sendo formada com recursos equivalentes a até 20% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas será limitada a 30% do valor do capital social e terá por finalidade garantir o exercício do direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas, sendo formada com recursos equivalentes a até 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Por proposta do Conselho de Administração serão periodicamente capitalizadas parcelas dessas reservas para que o respectivo montante não exceda o limite de 95% do capital social. O saldo dessas reservas, somado ao da Reserva Legal, não poderá ultrapassar o capital social.

b. Montante destinado às reservas estatutárias

R\$ 1.859.846.180,54 à Reserva para Equalização de Dividendos, R\$ 1.752.726.610,46 à Reserva para Reforço do Capital de Giro e R\$ 2.629.089.915,71 à Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas.

c. Forma de cálculo do montante destinado à reserva

A forma de cálculo obedece à determinação do Estatuto Social, utilizando do lucro líquido até 50% para reserva para equalização de dividendo, até 20% para reforço de capital de giro e até 50% para aumento de capital de empresas participadas.

15. Retenção de lucros prevista em orçamento de capital

Não houve retenção de lucros.

16. Destinação de resultado para reserva de incentivos fiscais

Não houve destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.

ANEXO IV**ITENS 12.6 A 12.10 DO ANEXO 24 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 480/09**

Em relação a cada um dos membros do Conselho de Administração do Conselho Fiscal do emissor, cuja reeleição será proposta pelo acionista controlador, seguem as seguintes informações:

Membros do Conselho de Administração

Nome	Alfredo Egidio Arruda Villela Filho
Idade	42
Profissão	Engenheiro
CPF ou nº do passaporte	066.530.838-88
Cargo eletivo ocupado	Membro do C.A.
Data de eleição	20/04/2012
Data da posse	-
Prazo do mandato	Anual
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Membro do Comitê de Divulgação e Negociação Membro do Comitê de Nomeação e Governança Corporativa Membro do Comitê de Remuneração
Eleito pelo controlador	Sim

Nome	Alfredo Egidio Setubal
Idade	53
Profissão	Administrador
CPF ou nº do passaporte	014.414.218-07
Cargo eletivo ocupado	Membro do C.A.
Data de eleição	20/04/2012
Data da posse	-
Prazo do mandato	Anual
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Membro do Comitê de Divulgação e Negociação Membro do Comitê de Nomeação e Governança Corporativa Diretor de Relações com Investidores
Eleito pelo controlador	Sim

Nome	Candido Botelho Bracher
Idade	53
Profissão	Administrador
CPF ou nº do passaporte	039.690.188-38
Cargo eletivo ocupado	Membro do C.A.
Data de eleição	20/04/2012
Data da posse	-
Prazo do mandato	Anual
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Membro do Comitê de Gestão de Riscos e de Capital Membro do Comitê de Pessoas
Eleito pelo controlador	Sim

Nome	Demosthenes Madureira de Pinho Neto
Idade	52
Profissão	Economista
CPF ou nº do passaporte	847.078.877-91
Cargo eletivo ocupado	Membro do C.A.
Data de eleição	20/04/2012
Data da posse	-
Prazo do mandato	Anual
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não há
Eleito pelo controlador	Sim

Nome	Gustavo Jorge Laboissière Loyola
Idade	59
Profissão	Doutor em Economia
CPF ou nº do passaporte	101.942.071-53
Cargo eletivo ocupado	Membro do C.A.
Data de eleição	20/04/2012
Data da posse	-
Prazo do mandato	Anual
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Membro do Comitê de Gestão de Riscos e Capital Presidente do Comitê de Auditoria
Eleito pelo controlador	Sim

Nome	Henri Penchas
Idade	66
Profissão	Engenheiro
CPF ou nº do passaporte	061.738.378-20
Cargo eletivo ocupado	Membro do C.A.
Data de eleição	20/04/2012
Data da posse	-
Prazo do mandato	Anual
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Membro do Comitê de Estratégia Membro do Comitê de Negociação e Governança Corporativa Membro do Comitê de Remuneração
Eleito pelo controlador	Sim

Nome	Israel Vainboim
Idade	67
Profissão	Engenheiro
CPF ou nº do passaporte	090.997.197-87
Cargo eletivo ocupado	Membro do C.A.
Data de eleição	20/04/2012
Data da posse	-
Prazo do mandato	Anual
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Membro do Comitê de Estratégia Membro do Comitê de Nomeação e Governança Corporativa Membro do Comitê de Remuneração
Eleito pelo controlador	Sim

Nome	Nildemar Secches
Idade	64
Profissão	Engenheiro mecânico
CPF ou nº do passaporte	589.461.528-34
Cargo eletivo ocupado	Membro do C.A.
Data de eleição	20/04/2012
Data da posse	-
Prazo do mandato	Anual
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não há
Eleito pelo controlador	Sim

Nome	Pedro Luiz Bodin de Moraes
Idade	55
Profissão	Economista
CPF ou nº do passaporte	548.346.867-87
Cargo eletivo ocupado	Membro do C.A.
Data de eleição	20/04/2012
Data da posse	-
Prazo do mandato	Anual
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Membro do Comitê de Gestão de Riscos e de Capital Membro do Comitê de Remuneração
Eleito pelo controlador	Sim

Nome	Pedro Moreira Salles
Idade	52
Profissão	Banqueiro
CPF ou nº do passaporte	551.222.567-72
Cargo eletivo ocupado	Membro do C.A.
Data de eleição	20/04/2012
Data da posse	-
Prazo do mandato	Anual
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Membro do Comitê de Estratégia Membro do Comitê de Nomeação e Governança Corporativa Membro do Comitê de Pessoas Membro do Comitê de Remuneração
Eleito pelo controlador	Sim

Nome	Pedro Pullen Parente
Idade	59
Profissão	Engenheiro
CPF ou nº do passaporte	059.326.371-53
Cargo eletivo ocupado	Membro do C.A.
Data de eleição	20/04/2012
Data da posse	-
Prazo do mandato	Anual
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não há
Eleito pelo controlador	Sim

Nome	Ricardo Villela Marino
Idade	38
Profissão	Engenheiro
CPF ou nº do passaporte	252.398.288-90
Cargo eletivo ocupado	Membro do C.A.
Data de eleição	20/04/2012
Data da posse	-
Prazo do mandato	Anual
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Membro do Comitê de Estratégia Membro do Comitê de Pessoas
Eleito pelo controlador	Sim

Nome	Roberto Egydio Setubal
Idade	57
Profissão	Engenheiro
CPF ou nº do passaporte	007.738.228-52
Cargo eletivo ocupado	Membro do C.A.
Data de eleição	20/04/2012
Data da posse	-
Prazo do mandato	Anual
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Membro do Comitê de Estratégia Membro do Comitê de Gestão de Riscos e de Capital Membro do Comitê de Pessoas
Eleito pelo controlador	Sim

Membros do Conselho Fiscal

Nome	Alberto Sozin Furuguem
Idade	69
Profissão	Economista
CPF ou nº do passaporte	046.876.477-15
Cargo eletivo ocupado	Membro Efetivo do C.F.
Data de eleição	20/04/2012
Data da posse	-
Prazo do mandato	Anual
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não há
Eleito pelo controlador	Sim

Nome	Iran Siqueira Lima
Idade	67
Profissão	Economista
CPF ou nº do passaporte	035.001.957-68
Cargo eletivo ocupado	Membro Efetivo do C.F.
Data de eleição	20/04/2012
Data da posse	-
Prazo do mandato	Anual
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não há
Eleito pelo controlador	Sim

Nome	João Costa
Idade	61
Profissão	Economista
CPF ou nº do passaporte	476.511.728-68
Cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do C.F.
Data de eleição	20/04/2012
Data da posse	-
Prazo do mandato	Anual
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não há
Eleito pelo controlador	Sim

Nome	José Caruso Cruz Henriques
Idade	64
Profissão	Advogado
CPF ou nº do passaporte	372.202.688-15
Cargo eletivo ocupado	Membro Suplente do C.F.
Data de eleição	20/04/2012
Data da posse	-
Prazo do mandato	Anual
Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Não há
Eleito pelo controlador	Sim

Em relação a cada um dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, seguem:

a) Currículo, contendo as seguintes informações:

I - Principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:

- Nome da empresa
- Cargo e funções inerentes ao cargo
- Atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (I) o grupo econômico do emissor, ou (II) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor

MEMBROS DO CONSELHO ADMINISTRAÇÃO

Nome: **ALFREDO EGYDIO ARRUDA VILLELA FILHO**

Experiência Profissional:

Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.: Membro do Conselho de Administração desde agosto de 1995, sendo Vice-Presidente desde maio de 2011; Diretor Presidente e Diretor Geral desde setembro de 2008; Presidente do Comitê de Ética, Divulgação e Negociação desde abril de 2005; Presidente do Comitê de Políticas de Investimento e Membro do Comitê de Políticas Contábeis de agosto de 2008 a abril de 2011.
Atividade principal da empresa: Holding.

Itaú Unibanco Holding S.A.: Vice-Presidente do Conselho de Administração desde março de 2003; Membro dos Comitês de Divulgação e Negociação desde maio de 2005, de Nomeação e Governança Corporativa desde junho de 2009, de Remuneração desde fevereiro de 2011 e de Políticas Contábeis de maio de 2008 a abril de 2009.
Atividade principal da empresa: Holding.

Itaú Unibanco S.A.: Vice-Presidente do Conselho de Administração de 2001 a março de 2003.
Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira comercial.

Duratex S.A.: Membro do Conselho de Administração desde 1996; sendo Vice-Presidente desde 2008; Membro do Comitê de Pessoas, Governança e Nomeação desde novembro de 2009.
Atividade principal da empresa: Indústria, comércio, importação e exportação de produtos derivados de madeira, de produtos de metais, materiais cerâmicos e plásticos.

Elekeiroz S.A.: Membro do Conselho de Administração de abril de 2004 a abril de 2010; tendo sido Presidente de abril de 2009 a novembro de 2009; Vice-Presidente de abril de 2004 a abril de 2009 e de novembro de 2009 a abril de 2010.
Atividade principal da empresa: Fabricação de intermediários para plastificantes, resinas e fibras.

Itautec S.A.: Membro do Conselho de Administração desde abril de 1997; sendo Vice-Presidente desde janeiro de 2010; e tendo sido Presidente de abril de 2009 a janeiro de 2010; Vice-Presidente de abril de 1997 a abril de 2009.

Atividade principal da empresa: Fabricação de equipamentos de informática.

Formação Acadêmica: Engenheiro Mecânico, formado pela Escola de Engenharia Mauá do Instituto Mauá de Tecnologia, em 1992 e Pós-Graduado em Administração pela Fundação Getúlio Vargas.

II - Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas:

Itaúsa – Investimentos Itaú S.A., Itaú Unibanco Holding S.A., Itaú Unibanco S.A., Duratex S.A., Elekeiroz S.A. e Itaotec S.A., nos cargos acima especificados.

b) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

I - Qualquer condenação criminal - NÃO

II - Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas - NÃO

III - Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer - NÃO

Nome: **ALFREDO EGYDIO SETUBAL**

Experiência Profissional:

Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.: Vice-Presidente do Conselho de Administração desde setembro de 2008; Membro do Comitê de Ética, Divulgação e Negociação desde agosto de 2008 e do Comitê de Políticas de Investimento de agosto de 2008 a abril de 2011.

Atividade principal da empresa: Holding.

Itaú Unibanco Holding S.A.: Membro do Conselho de Administração desde abril de 2007; Diretor Vice-Presidente e Diretor de Relações com Investidores desde março de 2003; Presidente do Comitê de Divulgação e Negociação desde abril de 2005; Membro dos Comitês de Nomeação e Governança Corporativa desde junho de 2009 e de Políticas Contábeis de maio de 2008 a abril de 2009.

Atividade principal da empresa: Holding.

Investimentos Bemge S.A.: Presidente do Conselho de Administração desde abril de 2008.

Atividade principal da empresa: Holdings de instituições não-financeiras.

Itaú Unibanco S.A.: Diretor Vice-Presidente desde março de 1996; Diretor de Relações com Investidores de 1995 a 2003; Diretor Executivo de 1993 a 1996; Diretor Gerente de 1988 a 1993.

Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira comercial.

Outras: Associação Nacional dos Bancos de Investimentos – ANBID: Vice-Presidente de 1994 a agosto de 2003 e Presidente de agosto de 2003 a agosto de 2008; Associação da Distribuidora de Valores – ADEVAL: Membro do Conselho Consultivo desde 1993; Associação Brasileira das Companhias Abertas – ABRASCA: Membro do Conselho Diretor desde 1999; Instituto Brasileiro de Relações com Investidores – IBRI: Membro do Conselho de Administração de 1999 a 2009 e Presidente do Comitê Superior de Orientação, Nominção e Ética desde 2009; Museu de Arte Moderna de São Paulo – MAM: Diretor Financeiro desde 1992.

Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira comercial.

II - Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas:

Itaúsa – Investimentos Itaú S.A., Itaú Unibanco Holding S.A., Itaú Unibanco S.A. e Investimentos Bemge S.A., nos cargos acima especificados.

b) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

I - Qualquer condenação criminal - NÃO

II - Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas - NÃO

III - Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer - NÃO

Nome: **CANDIDO BOTELHO BRACHER**

Experiência Profissional:

Itaú Unibanco Holding S.A.: Diretor Vice-Presidente desde maio de 2005; Membro do Conselho de Administração desde novembro de 2008, Membro do Comitê de Pessoas desde junho de 2009.

Atividade principal da empresa: Holding.

Banco Itaú BBA S.A.: Membro do Conselho de Administração desde fevereiro de 2003; Diretor Presidente desde abril de 2005; Diretor Vice-Presidente de fevereiro de 2003 a abril de 2005, onde foi responsável pelas áreas Comercial, Mercado de Capitais e Políticas de Recursos Humanos.

Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira de investimento.

Pão de Açúcar: Membro do Conselho de Administração.

BM&F Bovespa S.A.: Membro do Conselho de Administração.

Formação Acadêmica: Administrador de Empresas formado pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo – Fundação Getúlio Vargas em 1980.

II - Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas:

Itaú Unibanco Holding S.A. e BM&F Bovespa S.A., nos cargos acima especificados.

b) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

I - Qualquer condenação criminal - NÃO

II - Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas - NÃO

III - Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer - NÃO

Nome: **DEMOSTHENES MADUREIRA DE PINHO NETO**

Experiência Profissional:

Itaú Unibanco Holding S.A.: Membro do Conselho de Administração desde abril de 2012.
Atividade principal da empresa: Holding.

Itaú Unibanco S.A.: Diretor Executivo de novembro de 2008 a abril de 2011.
Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira comercial.

Banco Itaú BBA S.A.: Diretor Vice-Presidente de novembro de 2008 a abril de 2009.
Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira de investimento.

Unibanco – União de Bancos Brasileiros: Vice-Presidente de julho de 2005 a abril de 2011.
Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira comercial.

Unibanco Asset Management: Diretor Executivo de agosto de 2002 a julho de 2005.

ANBID: Vice-Presidente de 2000 a 2003.

Dresdner Asset Management: Diretor Presidente de novembro de 1999 a 2002.

Banco Central do Brasil: Diretor de Assuntos Internacionais de 1997 a março de 1999.

Ministério da Fazenda: Coordenador-Geral de Política Monetária e Financeira.

Formação Acadêmica: Bacharel e Mestre em Economia pela PUC-RJ e Ph.D em Economia pela Universidade da Califórnia em Berkeley.

Professor de Economia e Finanças na FGV-SP, PUC-RJ e INSPER / IBEMEC SP: entre 1991 e 2004.

II - Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas:

Itaú Unibanco Holding S.A., Unibanco – União de Banco Brasileiros S.A., nos cargos acima especificados.

b) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

I - Qualquer condenação criminal - NÃO

II - Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas - NÃO

III - Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer – NÃO

Nome: **GUSTAVO JORGE LABOISSIÈRE LOYOLA**

Experiência Profissional:

Itaú Unibanco Holding S.A.: Membro do Conselho de Administração desde abril de 2006; Presidente do Comitê de Auditoria desde setembro de 2008; Membro do Comitê de Auditoria de maio de 2007 a setembro de 2008; Membro do Comitê de Gestão de Riscos e de Capital desde maio de 2008; Presidente do Conselho Fiscal de março de 2003 a abril de 2006.
Atividade principal da empresa: Holding.

Tendências Consultoria Integrada S/S Ltda.: Sócio.
Atividade principal da empresa: Consultoria.

Tendências Conhecimento Assessoria Econômica Ltda.: Sócio.
Atividade principal da empresa: Consultoria.

Gustavo Loyola Consultoria S/C: Sócio-Diretor desde fevereiro de 1998.
Atividade principal da empresa: Consultoria Econômica.

Banco Central do Brasil: Presidente de novembro de 1992 a março de 1993 e de junho de 1995 a agosto de 1997; Diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro de março de 1990 a novembro de 1992.

Formação Acadêmica: Economista formado pela Universidade de Brasília, em 1979. Doutor em Economia pela Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro, em 1983.

II - Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas:

Itaú Unibanco Holding S.A., no cargo acima especificado.

b) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

I - Qualquer condenação criminal - NÃO

II - Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas - NÃO

III - Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer - NÃO

Nome: **HENRI PENCHAS**

Experiência Profissional:

Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.: Diretor Vice-Presidente desde abril de 2009; Diretor Executivo de dezembro de 1984 a abril de 2008; Diretor de Relações com Investidores e Membro do Comitê de Ética, Divulgação e Negociação de abril de 1995 a abril de 2008 e desde abril de 2009; Membro dos Comitês de Políticas de Investimento e de Políticas Contábeis de agosto de 2008 a abril de 2011.

Atividade principal da empresa: Holding.

Itaú Unibanco Holding S.A.: Membro do Conselho de Administração desde março de 2003 e do Conselho Consultivo Internacional de março de 2003 a abril de 2009; Vice-Presidente Sênior de março de 2003 a maio de 2008; Membro dos Comitês de Remuneração desde fevereiro de 2011, de Estratégia e de Nomeação e Governança Corporativa desde junho de 2009, de Divulgação e Negociação de maio de 2005 a abril de 2009 e de Gestão de Riscos e Capital e de Políticas Contábeis de maio de 2008 a abril de 2009.

Atividade principal da empresa: Holding.

Itaú Unibanco S.A.: Membro do Conselho de Administração de abril de 1997 a março de 2003; Vice-Presidente Sênior de abril de 1997 a abril de 2008; Vice-Presidente Executivo de abril de 1993 a março de 1997; Diretor Executivo de 1988 a 1993, responsável pela Área de Controle Econômico.

Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira comercial.

Banco Itaú BBA S.A.: Membro do Conselho de Administração desde fevereiro de 2003; Vice-Presidente de fevereiro de 2003 a abril de 2009.

Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira de investimento.

Duratex S.A.: Diretor Presidente desde agosto de 2009 e Diretor Geral de abril a agosto de 2009; Membro do Comitê de Divulgação e Negociação desde dezembro de 2009.

Atividade principal da empresa: Indústria, comércio, importação e exportação de produtos derivados de madeira, de produtos de metais, materiais cerâmicos e plásticos.

Formação Acadêmica: Engenheiro Mecânico formado pela Universidade Mackenzie em 1968, e pós-graduação em Finanças pela Fundação Getúlio Vargas.

II - Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas:

Itaúsa – Investimentos Itaú S.A., Itaú Unibanco Holding S.A., Itaú Unibanco S.A. e Duratex S.A., nos cargos acima especificados.

b) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

I - Qualquer condenação criminal - NÃO

II - Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas - NÃO

III - Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer - NÃO

Nome: **ISRAEL VAINBOIM**

Experiência Profissional:

Itaú Unibanco Holding S.A.: Membro do Conselho de Administração desde novembro de 2008, Membro dos Comitês de Estratégia e de Nomeação e Governança Corporativa desde junho de 2009.

Atividade principal da empresa: Holding.

Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.: Diretor Executivo de 1976 a 1977, de 1973 a 1978 comandou a retaguarda do Grupo Unibanco de 1978-1988, em 1988 foi eleito Presidente do Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A., posição que ocupou até agosto de 1992.

Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira comercial.

Unibanco Holdings S.A.: Diretor Presidente de 1994 a 2007, Presidente do Conselho de Administração de 2007 a 2009, Membro do Conselho de Administração de 1988 a 2009.

Atividade principal da empresa: Holding.

Formação Acadêmica: Bacharel em Engenharia Mecânica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e MBA pela Stanford University.

II - Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas:

Itaú Unibanco Holding S.A. e Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A., nos cargos acima especificados.

b) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

I - Qualquer condenação criminal - NÃO

II - Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas - NÃO

III - Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer - NÃO

Nome: **NILDEMAR SECCHES**

Experiência Profissional:

Itaú Unibanco Holding S.A.: Membro do Conselho de Administração desde abril de 2012.

Atividade principal da empresa: Holding Financeira e Industrial.

BRF – Brasil Foods: Presidente do Conselho de Administração desde abril de 2007.

Atividade principal da empresa: Indústria de Alimentos.

WEG S.A.: Vice-Presidente do Conselho de Administração desde 1998.

lochpe-Maxion: Vice-Presidente do Conselho de Administração desde 2004.

Ultrapar S.A.: Membro do Conselho de Administração desde abril de 2002.

Atividade Principal da empresa: Distribuição de combustíveis, químicos e armazenagem para grânéis líquidos.

Suzano Papel e Celulose: Membro do Conselho de Administração desde maio de 2008.

Perdigão S.A.: Diretor Presidente de janeiro de 1995 a outubro de 2008.
Atividade principal da empresa: Indústria de Alimentos.

Grupo Iochpe-Maxion: Diretor Geral Corporativo de 1990 a 1994.
Atividade Principal da empresa: Holding Industrial.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES: Diretor de 1987 a 1990.
Atividade principal da empresa: Banco de Desenvolvimento.

Associação dos Produtores e Exportadores de Frangos: Presidente de 2001 a 2003.

Formação Acadêmica: Engenheiro Mecânico pela USP de São Carlos, Pós Graduado em Finanças pela PUC do Rio de Janeiro. Doutorado em Economia pela Unicamp de Campinas.

II - Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas:

Itaú Unibanco Holding S.A., BRF – Brasil Foods, Weg S.A., Suzano Papel e Celulose, Iochpe-Maxion e Ultrapar S.A., nos cargos acima especificados.

b) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

I - Qualquer condenação criminal - NÃO

II - Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas - NÃO

III - Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer - NÃO

Nome: **PEDRO LUIZ BODIN DE MORAES**

Experiência Profissional:

Itaú Unibanco Holding S.A.: Membro do Conselho de Administração desde novembro de 2008; Membro do Comitê de Gestão de Risco e de Capital desde junho de 2009.
Atividade principal da empresa: Holding.

Unibanco – União de Banco Brasileiros S.A.: Membro do Conselho de Administração de abril de 2003 a agosto/2009.
Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira comercial.

Banco Central do Brasil: Diretor de Política Monetária de 1991 a 1992.
Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira comercial.

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES): Diretor de 1990 a 1991.
Atividade principal da empresa: Banco de Desenvolvimento.

Banco Icatu S.A.: Diretor e Sócio de 1993 a 2002.

Icatu Holding S.A.: Diretor de 2002 a 2003 e Sócio desde 2003.
Atividade principal da empresa: Holding.

Formação Acadêmica: Bacharel em Ciências Econômicas e mestrado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). É Doutor (PhD) em Economia pelo Massachusetts Institute of Technology (MIT).

II - Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas:

Itaú Unibanco Holding S.A. e Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A., nos cargos acima especificados.

b) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

I - Qualquer condenação criminal - NÃO

II - Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas - NÃO

III - Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer - NÃO

Nome: **PEDRO MOREIRA SALLES**

Experiência Profissional:

Itaú Unibanco Holding S.A.: Presidente do Conselho de Administração desde janeiro de 2009; Membro do Comitê de Estratégia, do Comitê de Nomeação e Governança Corporativa e do Comitê de Pessoas desde junho de 2009, Vice-Presidente Executivo de novembro de 2008 a agosto de 2009.
Atividade principal da empresa: Holding.

Banco Itaú BBA S.A.: Vice-Presidente do Conselho de Administração desde fevereiro de 2009.
Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira de investimento.

Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.: Vice-Presidente do Conselho de Administração de 2004 a novembro de 2008; Diretor Presidente de abril de 2004 a novembro de 2008.
Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira comercial.

Companhia E. Johnston de Participações: Presidente do Conselho de Administração desde 2008.
Atividade principal da empresa: Holding.

IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.: Presidente do Conselho de Administração desde 2008.
Atividade principal da empresa: Holding.

Porto Seguro S.A.: Vice-Presidente do Conselho de Administração desde novembro de 2009.
Atividade principal da empresa: Holding.

Unibanco Holdings S.A.: Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente de abril de 2004 a novembro de 2008.
Atividade principal da empresa: Holding.

Unibanco Seguros S.A.: Presidente do Conselho de Administração de dezembro de 1995 a fevereiro de 2009.
Atividade principal da empresa: Seguro.

E. Johnston Representação e Participações S.A.: Presidente do Conselho de Administração de 2001 a fevereiro de 2009.
Atividade principal da empresa: Holding.

Totvs S.A.: Membro do Conselho de Administração desde março de 2010.
Atividade principal da empresa: Comunicação e Informática.

Formação Acadêmica: Possui diploma de bacharel, magna cum laude, em economia e história pela Universidade da Califórnia, em Los Angeles, e cursou os programas de relações internacionais na Yale University e de Owner/president management na Harvard University.

II - Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas:

Itaú Unibanco Holding S.A., Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A., Unibanco Holdings S.A., Totvs S.A. e Porto Seguro S.A., nos cargos acima especificados.

b) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

I - Qualquer condenação criminal - NÃO

II - Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas - NÃO

III - Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer - NÃO

Nome: **PEDRO PULLEN PARENTE**

Experiência Profissional:

Itaú Unibanco Holding S.A.: Membro do Conselho de Administração desde abril de 2012.
Atividade principal da empresa: Holding.

Bunge Brasil: Presidente e CEO.

Universidade George Washington - Centro de Estudos Latino Americanos: Membro.

Grupo RBS: Vice-Presidente Executivo de janeiro de 2003 a dezembro de 2009.

BMF&Bovespa, Amcham e SBR: Membro do Conselho.

Duralex S.A., Kroton, CPFL, Suzano Papel e Celulose, América Latina Logística S.A. - ALL, Banco do Brasil, Petrobrás e TAM: Membro do Conselho de Administração

Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial - ETCO: Membro.

No setor público ocupou diversos cargos na área econômica do Governo ao longo de sua carreira. Foi também consultor do Fundo Monetário Internacional e de instituições públicas no País, entre as quais Secretarias de Estado e a Assembléia Nacional Constituinte de 1988. Foi Ministro de Estado (1999-2002), tendo sido o coordenador da equipe de transição do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso para o Presidente Lula. Outra atuação destacada de Parente, neste período, foi a de Presidente da Câmara de Gestão da Crise de Energia de 2001/02.

Formação Acadêmica: Formado em Engenharia Eletrônica pela Universidade de Brasília (1976), tem cursos de Especialização em Controle e Auditoria na Fundação Getúlio Vargas (1982) e de Auditoria de Sistemas Contábeis e Utilização de Processamento Eletrônico de Dados (1979).

II - Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas:

Itaú Unibanco Holding S.A.: no cargo acima especificado e outras empresas, conforme acima especificado.

b) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

I - Qualquer condenação criminal - NÃO

II - Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas - NÃO

III - Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer - NÃO

Nome: **RICARDO VILLELA MARINO**

Experiência Profissional:

Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.: Membro Suplente do Conselho de Administração desde abril de 2011; Membro do Comitê de Políticas de Investimento de agosto de 2008 a abril de 2011.

Atividade principal da empresa: Holding.

Itaú Unibanco Holding S.A.: Membro do Conselho de Administração desde abril de 2008 e dos Comitês de Pessoas desde junho de 2009 e de Gestão de Riscos e Capital de maio de 2008 a abril de 2009.

Atividade principal da empresa: Holding.

Itaú Unibanco S.A.: Diretor Vice-Presidente desde abril de 2010; Diretor Executivo de setembro de 2006 a abril de 2010; Diretor Gerente Sênior de abril de 2005 a agosto de 2006; Diretor Gerente de abril de 2004 a abril de 2005.

Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira comercial.

Duratex S.A.: Membro Suplente do Conselho de Administração desde abril de 2009.

Atividade principal da empresa: Indústria, comércio, importação e exportação de produtos derivados de madeira, de produtos de metais, materiais cerâmicos e plásticos.

Elekeiroz S.A.: Membro Suplente do Conselho de Administração desde abril de 2009.

Atividade principal da empresa: Fabricação de intermediários para plastificantes, resinas e fibras.

Itautec S.A.: Membro Suplente do Conselho de Administração desde abril de 2009.

Atividade principal da empresa: Fabricação de equipamentos de informática.

Outras: Federación Latino Americana de Bancos FELABAN: Presidente de 2008 a 2010.

Formação Acadêmica: Bacharel em Engenharia Mecânica em 1996, pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e Mestre em Administração de Empresas, pela Universidade de Administração de Empresas – MIT Sloan – Cambridge, EUA, em 2000.

II - Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas:

Itaúsa – Investimentos Itaú S.A., Itaú Unibanco Holding S.A., Duratex S.A., Elekeiroz S.A. e Itautec S.A., nos cargos acima especificados.

b) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

I - Qualquer condenação criminal - NÃO

II - Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas - NÃO

III - Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer - NÃO

Nome: **ROBERTO EGYDIO SETUBAL**

Experiência Profissional:

Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.: Diretor Vice-Presidente desde maio de 1994; Presidente do Comitê de Políticas Contábeis de agosto de 2008 a abril de 2011.

Atividade principal da empresa: Holding.

Itaú Unibanco Holding S.A.: Vice-Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente desde março de 2003; Presidente do Conselho Consultivo Internacional de março de 2003 a abril de 2009; Membro dos Comitês de Estratégia e de Pessoas desde junho de 2009, de Gestão de Riscos e Capital desde maio de 2008, de Nomeação e Remuneração de maio de 2005 a abril de 2009 e de Políticas Contábeis de maio de 2008 a abril de 2009.

Atividade principal da empresa: Holding.

Itaú Unibanco S.A.: Diretor Presidente desde abril de 1994; Diretor Geral desde agosto de 1990; Membro do Conselho de Administração de abril de 1995 a março de 2003.

Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira comercial.

Banco Itaú BBA S.A.: Presidente do Conselho de Administração desde fevereiro de 2003.

Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira de investimento.

Itauseg Participações S.A.: Presidente do Conselho de Administração desde julho de 2005; Diretor Presidente de março de 2005 a julho de 2008.

Atividade principal da empresa: Holding.

Outras: Presidente da Federação Nacional de Bancos - FENABAN e Federação Brasileira das Associações de Bancos – FEBRABAN de abril de 1997 a março de 2001; Institute of International Finance: Vice-Presidente desde setembro de 2003; Membro do Conselho do International Monetary Conference; Membro do International Advisory Committee do The Federal Reserve Bank of New York; Membro do International Advisory Committee da NYSE desde abril de 2005; Membro da China Development Forum desde 2010.

Formação Acadêmica: Formado em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, em 1977, e Master of Science Engineering pela Stanford University, em 1979.

II - Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas:

Itaúsa – Investimentos Itaú S.A., Itaú Unibanco Holding S.A., Itaú Unibanco S.A., Itauseg Participações S.A., nos cargos acima especificados.

b) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

I - Qualquer condenação criminal - NÃO

II - Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas - NÃO

III - Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer - NÃO

MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

Nome: **ALBERTO SOZIN FURUGUEM**

Experiência Profissional:

Itaú Unibanco Holding S.A.: Membro Efetivo do Conselho Fiscal desde abril de 2006; Membro Suplente do Conselho Fiscal de março de 2003 a abril de 2006.

Atividade principal da empresa: Holding.

Banco Central do Brasil: Economista, chefe do Departamento Econômico (1981/1983), Diretor (1985), Delegado em São Paulo (1991/1992) e Escriturário (1963/1966).

Ministério da Fazenda: Assessor do Ministro (Gestão Mário Henrique Simonsen).

Governo do Estado do Rio de Janeiro: Diretor do Banco de Desenvolvimento (1975/1979) e Diretor do Banco Central (1985).

Formação Acadêmica: Economista, pós-graduado pela Fundação Getúlio Vargas.

II - Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas:

Itaú Unibanco Holding S.A., no cargo acima especificado.

b) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

I - Qualquer condenação criminal - NÃO

II - Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas - NÃO

III - Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer - NÃO

Nome: **IRAN SIQUEIRA LIMA**

Experiência Profissional:

Itaú Unibanco Holding S.A.: Membro Efetivo do Conselho Fiscal desde março de 2003.

Atividade principal da empresa: Holding.

Banco Central do Brasil: funcionário de carreira de 1967 a 1993, onde ocupou diversos cargos, merecendo destaque os seguintes: Chefe Adjunto de Departamento de Fiscalização do Mercado de Capitais (1976/1979), Chefe do Departamento do Mercado de Capitais (1979/1984), Diretor da Área de Mercado de Capitais (1984), Diretor da Área de Fiscalização (1985), Delegado Regional em São Paulo/SP (1991 e 1993).

Banco da Cidade S.A.: Diretor da Área de Mercado de Capitais (1986), durante o período em que esteve licenciado do Banco Central do Brasil. Nesse mesmo período (1986/1988), fundou o escritório de consultoria na área de mercado de capitais, onde exerceu a função de sócio-gerente, de 1987 a junho de 1988; Em julho de 1988, retornou ao Governo Federal para exercer a função de Secretário de Orçamento e Controle de Empresas Estatais (SEST), (julho de 1988 a março de 1990); De maio de 1991 a dezembro de 1992, exerceu o cargo de Diretor Econômico-Financeiro da Telebrás – Telecomunicações Brasileiras S.A.; Membro dos Conselhos de Administração do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, da Telesp – Telecomunicações de São Paulo e da Telebrás; Desde 1972, leciona disciplinas ligadas à área de contabilidade e finanças nas seguintes Universidades: AEUDF, UNB, USP, e nos cursos MBA da FIPECAFI.

Formação Acadêmica: Economista formado pela UERJ (1969) e formado em contabilidade pela AEUDF (1973), pós-graduado em engenharia econômica e administração industrial pela Universidade Candido Mendes (1971), Mestre e Doutor em Contabilidade e Controladoria pela Universidade de São Paulo (1976 e 1998 respectivamente).

II - Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas:

Itaú Unibanco Holding S.A., no cargo acima especificado.

b) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

I - Qualquer condenação criminal - NÃO

II - Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas - NÃO

III - Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer - NÃO

Nome: **JOÃO COSTA**

Experiência Profissional:

Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.: Membro Suplente do Conselho Fiscal desde abril de 2009.

Atividade principal da empresa: Holding.

Itaú Unibanco Holding S.A.: Membro Suplente do Conselho Fiscal desde maio de 2009.

Atividade principal da empresa: Holding.

Itaú Unibanco S.A.: Diretor Gerente de abril de 1997 a abril de 2008.

Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira comercial.

FEBRABAN Federação Brasileira dos Bancos: Membro efetivo do Conselho Fiscal de abril/1997 a agosto/2008.

FENABAN Federação Nacional dos Bancos: Membro efetivo do Conselho Fiscal de abril/1997 a agosto/2008.

IBCB Instituto Brasileiro de Ciência Bancária: Membro efetivo do Conselho Fiscal de abril/1997 a agosto/2008.

Sindicato dos Bancos no Estado de São Paulo: Membro efetivo do Conselho Fiscal de abril/1997 a agosto/2008.

Formação Acadêmica: Economista formado pela Faculdade de Economia São Luiz – São Paulo, com extensão em Administração de Empresas pela FEA/USP; e Management Program for Executives – University of Pittsburgh.

II - Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas:

Itaúsa – Investimentos Itaú S.A., Itaú Unibanco Holding S.A. e Itaú Unibanco S.A., nos cargos acima especificados.

b) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

I - Qualquer condenação criminal - NÃO

II - Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas - NÃO

III - Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer – NÃO

Nome: **JOSÉ CARUSO CRUZ HENRIQUES**

Experiência Profissional:

Itaú Unibanco Holding S.A.: Conselheiro Fiscal Suplente desde abril de 2011.

Atividade principal da empresa: Holding.

Itaú Unibanco S.A.: Diretor Gerente de dezembro de 1988 a agosto de 2003.

Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira comercial.

BFB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil: Diretor de junho de 1997 a julho de 2003.

Atividade principal da empresa: Sociedade de Arrendamento Mercantil.

Banco Itauleasing S.A.: Membro do Conselho de Administração de dezembro de 1994 a setembro de 2003.

Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira comercial.

Banco Itaucard S.A.: Diretor de dezembro de 1999 a abril de 2003.

Atividade principal da empresa: Banco múltiplo, com carteira comercial.

Intrag Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.: Diretor Gerente de abril de 1994 a julho de 2003.

Atividade principal da empresa: Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

Banco Itaú Cartões S.A.: Diretor de abril a outubro de 2000.

Itaotec Componentes da Amazônia S.A. – Itaucam: Diretor de abril de 1993 a abril de 2003.

Corhen Serviços Ltda.: Presidente Administrador desde 2003.

Formação Acadêmica: Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo (SP), em 1971; Pós-Graduação em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas (SP), em 1979.

II - Indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas:

Itaú Unibanco Holding S.A., Itaú Unibanco S.A. e BFB Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil, nos cargos acima especificados.

b) Descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

I - Qualquer condenação criminal - NÃO

II - Qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas - NÃO

III - Qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer - NÃO

Com relação aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal do emissor, segue a relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a) administradores do emissor

- Alfredo Egydio Setubal (membro do CA, Diretor Vice-Presidente e Diretor de Relações com Investidores) é irmão de Roberto Egydio Setubal (Vice-Presidente do CA e Diretor Presidente).

b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

- Olavo Egydio Setubal Júnior (Vice-Presidente do CA da controlada Itauseg Participações S.A.) é irmão de Roberto Egydio Setubal (Vice-Presidente do CA e Diretor Presidente do emissor) e de Alfredo Egydio Setubal (membro do CA, Diretor Vice-Presidente e Diretor de Relações com Investidores do emissor).

c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

- Pedro Moreira Salles (Presidente do CA) em conjunto com seus irmãos Fernando Roberto Moreira Salles, João Moreira Salles e Walther Moreira Salles Júnior, participam do grupo controlador do emissor;
- Os irmãos Roberto Egydio Setubal (Vice-Presidente do CA e Diretor Presidente), Alfredo Egydio Setubal (membro do CA, Diretor Vice-Presidente e Diretor de Relações com Investidores) e Olavo Egydio Setubal Júnior (Vice-Presidente do CA da controlada Itauseg Participações S.A.), em conjunto com seus irmãos José Luiz Egydio Setubal, Maria Alice Setubal, Paulo Setubal Neto e Ricardo Egydio Setubal, participam do grupo controlador do emissor;
- Alfredo Egydio Arruda Villela Filho (Vice-Presidente do CA), em conjunto com sua irmã Ana Lúcia de Mattos Barretto Villela, participa do grupo controlador do emissor; e

- Ricardo Villela Marino (membro do CA), em conjunto com sua mãe Maria de Lourdes Egydio Villela e com seu irmão Rodolfo Villela Marino, participa do grupo controlador do emissor.

d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

- Pedro Moreira Salles (Presidente do CA) em conjunto com seus irmãos Fernando Roberto Moreira Salles, João Moreira Salles e Walther Moreira Salles Júnior, participam da administração das sociedades controladoras IUPAR – Itaú Unibanco Participações S.A. e Cia. E. Johnston de Participações;
- Os irmãos Roberto Egydio Setubal (Vice-Presidente do CA e Diretor Presidente) e Alfredo Egydio Setubal (membro do CA, Diretor Vice-Presidente e Diretor de Relações com Investidores) participam da administração da sociedade controladora IUPAR – Itaú Unibanco Participações S.A.;
- Os irmãos Roberto Egydio Setubal (Vice-Presidente do CA e Diretor Presidente) e Alfredo Egydio Setubal (membro do CA, Diretor Vice-Presidente e Diretor de Relações com Investidores), em conjunto com seus irmãos Paulo Setubal Neto e Ricardo Egydio Setubal, participam da administração da sociedade controladora Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.;
- Roberto Egydio Setubal (Vice-Presidente do CA e Diretor Presidente), em conjunto com seu irmão Ricardo Egydio Setubal, participam da administração da sociedade controladora Companhia Esa;
- Alfredo Egydio Arruda Villela Filho (Vice-Presidente do CA), em conjunto com sua tia Maria de Lourdes Egydio Villela, participa da administração da sociedade controladora Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.;
- Ricardo Villela Marino (membro do CA), em conjunto com seu irmão Rodolfo Villela Marino, participa da administração da sociedade controladora IUPAR – Itaú Unibanco Participações S.A.;
- Ricardo Villela Marino (membro do CA) é filho de Maria de Lourdes Egydio Villela e irmão de Rodolfo Villela Marino, ambos administradores da sociedade controladora Itaúsa – Investimentos Itaú S.A.;
- Ricardo Villela Marino (membro do CA) é irmão de Rodolfo Villela Marino, administrador da sociedade controladora Companhia Esa.

Com relação aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal do emissor, seguem as relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre eles e:

a) Sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

À exceção dos administradores Alfredo Egydio Arruda Villela Filho, Gustavo Jorge Laboissière Loyola, Nildemar Secches e Pedro Pullen Parente, todos os outros exercem cargos de administração em sociedades controladas. Além disso, o administrador Candido Botelho Bracher é parte em acordo de acionistas relativo às ações do Banco Itaú BBA S.A.

b) Controlador direto ou indireto do emissor

Os administradores Alfredo Egydio Arruda Villela Filho, Alfredo Egydio Setubal, Pedro Moreira Salles, Ricardo Villela Marino, Roberto Egydio Setubal, integram o grupo de controle do Itaú Unibanco. O administrador Henri Penchas é administrador da Itaúsa, que faz parte do grupo de controle do Emissor, bem como de outras companhias controladas pela Itaúsa. O administrador Israel Vainboim foi administrador de empresas relacionadas à Família Moreira Salles até o exercício de 2009.

c) Caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

Não há.

ANEXO V

Item 13 do Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/09 - **REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES**

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) *objetivos da política ou prática de remuneração:*

A política de remuneração do emissor tem como objetivos atrair, recompensar, reter e incentivar os administradores na condução de seus negócios, possibilitando que o emissor alcance resultados sustentáveis.

O emissor acredita, assim, que referida política fortalece e cria as melhores condições para seu desenvolvimento, de seus administradores e colaboradores, estando sempre alinhada aos interesses dos acionistas.

Na definição da política de remuneração do emissor, são levados em consideração valores alinhados aos adotados pelo mercado, à estratégia do emissor e à gestão adequada dos riscos ao longo do tempo, de modo a não incentivar comportamentos que elevem a exposição ao risco acima dos níveis considerados prudentes. O emissor privilegia a remuneração variável, que corresponde à parte significativa dos valores pagos aos administradores.

Além disso, o emissor oferece plano de outorga de opções para compra de ações aos seus administradores, o que permite o alinhamento dos interesses dos administradores aos dos acionistas do emissor, na medida em que se compartilham dos mesmos riscos e ganhos proporcionados pela valorização de suas ações. É importante ressaltar que, conforme jurisprudência existente no Brasil, o emissor entende que seu plano de outorga de opções para compra de ações não possui caráter remuneratório. Sem prejuízo, tendo em vista a estrutura das informações requeridas no âmbito deste item 13 do Formulário de Referência, e para fins meramente informativos, serão incluídas ao longo desse item disposições sobre o plano de outorga de opções do emissor.

A Resolução nº 3.921/2010 do Conselho Monetário Nacional (“Resolução sobre Remuneração”) estabeleceu novas regras em relação à remuneração dos administradores de instituições financeiras.

A remuneração variável deverá ser compatível com as políticas de gestão de risco da instituição, sendo que no mínimo 50% (cinquenta por cento) da remuneração deverá ser obrigatoriamente paga em ações ou instrumentos baseados em ações e, no mínimo, 40% (quarenta por cento) deverá ser diferida para pagamento em, no mínimo, 3 (três) anos, sendo que esta parcela diferida estará sujeita à reversão proporcional à redução do resultado da instituição ou da área de negócios no período do diferimento. Estas novas regras encontram-se em vigor desde 1º de janeiro de 2012 e se aplicam à remuneração dos administradores com relação ao ano base de 2012.

Para atender à Resolução sobre Remuneração, o emissor obteve, em 6.9.2011, autorização da CVM para que possa, de forma privada, transferir ações de sua própria emissão mantidas em tesouraria para os seus executivos e para os executivos de suas controladas, neste último caso, diretamente e/ou por meio de suas controladas, condicionada a proposta à aprovação pela Assembleia Geral do emissor.

Assim, será proposto aos acionistas que, em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 20.04.2012, aprovevem que seja autorizada a utilização de ações preferenciais do emissor (ITUB4) para remuneração dos executivos do emissor e das empresas por ela controladas.

A estrutura de governança de definição de remuneração prevê processos claros e transparentes. Assim, a fim de atingir os objetivos mencionados acima e visando a alinhar as melhores práticas de governança instituídas em âmbito nacional e internacional, bem como assegurar o balanceamento de práticas de gestão de risco da instituição, o emissor possui um Comitê de Pessoas e um Comitê de Remuneração, para discutir a remuneração dos principais executivos do Conglomerado Itaú Unibanco, subordinados ao Conselho de Administração, cujas principais funções são: a) elaborar, revisar e supervisionar a implantação da política de remuneração de administradores e funcionários do emissor, propondo ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento; b) discutir e analisar os modelos de remuneração existentes para o Itaú Unibanco e para o Itaú BBA (inclusive a área de tesouraria); c) propor pacote de remuneração do Diretor Presidente do emissor para aprovação do Conselho; e d) avaliar e aprovar os pacotes de remuneração propostos pelo Diretor Presidente para os Diretores Vice-Presidentes do Itaú Unibanco e para o Diretor Presidente e Diretores Vice-Presidentes do Itaú BBA (incluindo os honorários fixos e variáveis, benefícios e incentivos de longo prazo) e, aprovar a outorga de opções de compra de ações do Conglomerado Itaú Unibanco, sendo responsável pelas decisões institucionais no âmbito dos planos de outorga de opções patrocinados pelo emissor. Será proposto aos acionistas que, em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 20.04.2012, aprovevem a inclusão no Estatuto Social, de disposições referentes ao Comitê de Remuneração, nos termos da Resolução sobre Remuneração.

Além dos Comitês de Pessoas e de Remuneração, há o Comitê de Nomeação e Governança Corporativa, que também se reporta ao Conselho de Administração e tem como principal função acompanhar a governança do emissor, especialmente no que tange aos assuntos relacionados ao Conselho de Administração. Nesse sentido, o Comitê de Nomeação e Governança é responsável pelos processos de avaliação da performance do Conselho de Administração, devendo (i) recomendar processos de avaliação do Conselho, Conselheiros, Presidente do Conselho, Comitês e Diretor

Presidente; e (ii) dar apoio metodológico e procedimental à avaliação do Conselho, Conselheiros, Presidente do Conselho, Comitês e Diretor Presidente.

Cabe também a tal Comitê propor a divisão, entre os Conselheiros, dos valores estabelecidos pela Assembleia Geral.

Com relação à política de benefícios, destacam-se os benefícios voltados à saúde (plano médico e odontológico) e à previdência complementar.

b) composição da remuneração, indicando:

i - descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração

Em 2011, os conselheiros receberam honorários fixos e benefícios, além de fazer parte do programa de opções de compra de ações do emissor.

A partir de 2012, a remuneração anual dos membros do Conselho de Administração do emissor será composta de (i) honorários fixos mensais; (ii) honorários fixos de periodicidade anual, os quais serão pagos na forma de remuneração em ações; e (iii) plano de benefícios. Os valores máximos de remuneração serão determinados pela Assembleia Geral Ordinária, sendo que a divisão dos montantes entre os seus membros será realizada conforme proposta do Comitê de Nomeação e Governança Corporativa, *ad referendum* do Conselho de Administração.

O emissor privilegiará a remuneração paga na forma de ações, que corresponderá à parte significativa da remuneração total paga aos membros do Conselho de Administração. Nesse sentido, tal pagamento, além de atrair, motivar e integrar os administradores no processo de desenvolvimento da instituição a médio e longo prazo, facultar-lhes participar da valorização que seu trabalho e dedicação trouxeram para as ações representativas do capital do emissor.

Caso o membro do Conselho de Administração do emissor faça parte também da Diretoria do emissor ou de suas controladas, sua remuneração segue a política da área em que atua como diretor.

Diretoria

O emissor não possui diretores não estatutários, sendo a remuneração anual dos membros da Diretoria composta por (i) honorários fixos mensais; (ii) remuneração variável de curto prazo (honorários especiais e participação nos resultados, de periodicidade anual); e (iii) plano de benefícios. Os valores máximos de remuneração são determinados pela Assembleia Geral Ordinária e pelos limites impostos pelo artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações.

Além da remuneração, o emissor outorga a seus administradores, sem caráter remuneratório, opções de compra de ações, nos termos do Plano para Outorga de Opções de Ações do emissor.

Em 2011, o emissor privilegiou a remuneração variável, a qual correspondeu à maior parcela da remuneração total paga aos membros da Diretoria. Além disso, o emissor privilegiou o programa de outorga de opções para compra de ações, nos termos do Plano para Outorga de Opções de Ações do emissor. Referido plano alinha os interesses dos administradores aos dos acionistas do emissor, na medida em que se compartilha dos mesmos riscos e ganhos proporcionados pela valorização de suas ações.

A partir de 2012, tendo em vista a Resolução sobre Remuneração, a remuneração variável será paga 50% (cinquenta por cento) em ações, de forma diferida, com o objetivo de recompensar a contribuição de cada diretor no resultado obtido pelo emissor num determinado ano. Para tanto, será proposto que os acionistas aprovem, em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 20.04.2012, que a remuneração dos administradores possa ser paga na forma de ações preferenciais do emissor (ITUB4).

Conselho Fiscal

A remuneração total dos membros do Conselho Fiscal do emissor é definida por Assembleia Geral Ordinária, *ad referendum* do Conselho de Administração. Tal remuneração não pode ser inferior, conforme legislação, para cada membro em exercício, a 10% (dez por cento) da remuneração fixa atribuída a cada diretor (i.e., não computados os benefícios, verbas de representação e participação nos lucros e resultados atribuídos aos diretores). Assim, os membros do Conselho Fiscal recebem apenas remuneração fixa mensal e não fazem jus à política de benefícios.

Comitê de Auditoria

A remuneração dos membros do Comitê de Auditoria do emissor é composta por (i) honorários fixos mensais; e (ii) plano de benefícios.

Para os membros do Comitê de Auditoria que também integram o Conselho de Administração do emissor, é adotada a política de remuneração do Conselho de Administração.

Comitês

Os membros dos demais comitês estatutários ou não estatutários do emissor são remunerados por suas funções em órgãos ou áreas executivas nas quais atuam, sendo que não recebem remuneração específica pelo fato de participarem de referidos comitês.

O Comitê de Remuneração, nos termos da Resolução sobre Remuneração, deverá contar com a presença de membro não administrador, sendo que ainda não foi definida a forma como tal membro será remunerado.

ii - qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Em 2011, para o Conselho de Administração do emissor, de acordo com a política, a remuneração fixa, o programa de opções de compra de ações e os benefícios, corresponderam, em relação ao total recebido pelos conselheiros, respectivamente, a 49% (quarenta e nove por cento), 49% (quarenta e nove por cento) e 2% (dois por cento).

Para a Diretoria do emissor, a remuneração fixa, a remuneração variável de curto prazo, o programa de opções de compra de ações e os benefícios, corresponderam, em relação ao total recebido pelos diretores em 2011, respectivamente, a 9% (nove por cento), 59% (cinquenta e nove por cento), 31% (trinta e um por cento) e 1% (um por cento).

Para o Comitê de Auditoria do emissor, a remuneração fixa e os benefícios, corresponderam, em 2011, em relação à remuneração total, respectivamente, a 96% (noventa e seis por cento) e 4% (quatro por cento).

Com relação ao Conselho Fiscal, a remuneração fixa de seus membros corresponde a 100% (cem por cento) da remuneração total.

É importante observar que (i) as proporções acima não consideram os eventuais encargos suportados pelo emissor em decorrência dos valores pagos e (ii) a composição total dos valores é variável de acordo com a diferença de comportamento de cada componente: de um lado, a estabilidade da remuneração fixa e dos benefícios, e de outro, a instabilidade da remuneração variável e da outorga de opções para compra de ações. A remuneração variável sofre influência da performance individual, do resultado da área de negócios e do emissor. Já a outorga de opções sofre influência das oscilações do mercado e da valorização das ações, entre outros fatores de risco.

iii - metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Honorários fixos mensais

São acordados com os administradores e têm como fundamento a equidade interna, possibilitando a mobilidade dos administradores nos diversos negócios do emissor.

Remuneração variável de curto prazo (honorários especiais e participação nos resultados, de periodicidade anual)

Leva em consideração a aplicação de três fatores sobre o valor base de remuneração variável: (a) resultado do emissor; (b) resultado da área de negócios e (c) performance do administrador.

Outorga de opções para compra de ações (Plano para Outorga de Opções de Ações do emissor)

Leva em consideração a função exercida pelo administrador e, para os diretores, o montante recebido a título de remuneração variável de curto prazo.

Plano de benefícios

É compatível às práticas de mercado, sendo que os principais benefícios são os planos de saúde e os de previdência complementar.

iv - razões que justificam a composição da remuneração

O emissor privilegia a remuneração variável e a outorga de opções para compra de ações, as quais correspondem à maior parcela dos valores percebidos pelos administradores. Tal prática tem como objetivo alinhar a gestão do risco no curto, médio e longo prazo, além de beneficiar os administradores na mesma proporção em que o emissor e seus acionistas são beneficiados pelo desempenho dos administradores.

A partir de 2012, tendo em vista a Resolução sobre Remuneração, a remuneração variável será paga 50% (cinquenta por cento) em ações, de forma diferida.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

A remuneração variável (honorários especiais e participação nos resultados) representa uma parcela significativa dos valores percebidos pelos administradores e é bastante impactada por indicadores de desempenho. O primeiro indicador de desempenho a ser considerado na definição do montante de tais parcelas é o resultado do emissor. Em seguida, indicador de desempenho a ser considerado é o da área de negócios. Por fim, para os diretores, é avaliado o desempenho individual, considerando indicadores financeiros, de processos, de satisfação de clientes, de gestão de pessoas e de metas cruzadas com outras áreas do emissor.

A outorga de opções para compra de ações leva em consideração a função exercida pelo administrador e, para os diretores, o montante recebido a título de remuneração variável de curto prazo.

Os honorários fixos mensais e o plano de benefícios representam a menor parcela do valor total recebido pelos administradores e não são impactados por indicadores de desempenho.

d) como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

Conforme mencionado acima, uma parcela significativa do valor total pago aos administradores é recebida na forma de remuneração variável, a qual é consideravelmente impactada pelos indicadores de desempenho. Assim, quanto maiores os indicadores, maior será a remuneração e vice-versa.

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor:

Conforme mencionado no item “c” acima, o emissor privilegia a remuneração variável de curto prazo e a outorga de opções para compra de ações, as quais correspondem à parte significativa do valor total recebido pelos administradores. Tal prática tem como objetivo alinhar a gestão do risco no curto, médio e longo prazo, além de beneficiar os administradores na mesma proporção em que o emissor e seus acionistas são beneficiados pelo desempenho dos administradores.

Considerando que a remuneração dos administradores acaba sendo impactada pelo resultado do emissor, inclusive pelos riscos assumidos por este, acreditamos que a política de remuneração faz com que os interesses dos administradores fiquem alinhados aos interesses do emissor.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

A remuneração de diversos membros do Conselho de Administração e da Diretoria é suportada por controladas (vide subitem 13.15), sendo que os montantes indicados no subitem 13.2 já contemplam a remuneração total suportada pelo emissor e por suas subsidiárias controladas.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor:

Atualmente, não há – e nem está previsto na política de remuneração do emissor – qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

13.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do Conselho de Administração, da diretoria estatutária e do Conselho Fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Em 2009, a Assembleia Geral Ordinária aprovou que o montante global da remuneração a ser paga aos membros do Conselho de Administração fosse de R\$ 20 milhões, enquanto que aos membros da Diretoria fosse de R\$ 80 milhões. Para o Conselho Fiscal foi aprovada a remuneração mensal individual de R\$ 12 mil aos membros efetivos e R\$ 5 mil aos membros suplentes. Desses valores, foram gastos os montantes abaixo descritos.

Além da remuneração estabelecida pela Assembleia Geral, os administradores receberam, em 2009 (i) participação nos lucros do emissor e (ii) outorga de opções de ações, nos termos do Plano para Outorga de Opções de Ações do emissor (a qual o emissor entende que, de acordo com a jurisprudência vigente no Brasil, não possui caráter remuneratório). Os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis relativos a tais despesas seguem abaixo:

Exercício de 2009		R\$, exceto onde indicado			
	Conselho de Administração	Diretoria estatutária	Conselho Fiscal	Total	
a órgão					
b número de membros (pessoas)	9,17	16,00	5,50	30,67	
c remuneração segregada em:					
i remuneração fixa anual, segregada em:	4.417.350	11.788.495	719.075	16.924.921	
. salário ou pró-labore	3.525.475	9.325.712	587.000	13.438.187	
. benefícios diretos e indiretos	98.644	364.498	N/A	463.141	
. remuneração por participação em comitês	N/A	N/A	N/A	N/A	
. outros (INSS)	793.232	2.098.285	132.075	3.023.592	
ii remuneração variável, segregada em:	N/A	80.744.962	N/A	80.744.962	
. bônus	N/A	N/A	N/A	N/A	
. participação nos resultados	N/A	55.419.281	N/A	55.419.281	
. remuneração por participação em reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A	
. comissões	N/A	N/A	N/A	N/A	
. outros (honorários especiais e INSS)	N/A	25.325.681	N/A	25.325.681	
iii benefícios pós-emprego (previdência privada)	64.812	4.641.338	N/A	4.706.150	
iv benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	N/A	559.670	N/A	559.670	
v remuneração baseada em ações	3.652.531	35.791.670	N/A	39.444.200	
d valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração,					
da diretoria estatutária e do conselho fiscal	8.134.692	133.526.136	719.075		
e total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal				142.379.903	

Nota:

1. Há cinco membros que compõem o Conselho de Administração do emissor que desempenham também funções executivas e, por tal razão, sua remuneração é definida em conformidade com o disposto na política de remuneração aplicável a diretores. Dessa forma, os valores referentes à remuneração de referidos membros estão integralmente incluídos apenas na tabela relativa à remuneração da Diretoria do emissor. Essa nota é aplicável também para os itens 13.3, 13.6, 13.7, 13.8, 13.10, 13.13 e 13.15.

2. O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente, conforme orientação constante do Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 03/2010. Essa nota é aplicável também ao item 13.3.

3. Os valores mencionados no item "c, (ii) – outros (honorários especiais e INSS)" correspondem aos honorários especiais e, juntamente com a participação nos lucros descrita no quadro abaixo, compõem a remuneração variável de curto prazo paga pelo emissor. Os critérios para pagamento de referidos honorários são os mesmos adotados para o pagamento de remuneração variável de curto prazo, conforme detalhado no item 13.1.

4. O cálculo da remuneração baseada em ações foi realizado em conformidade com as normas contábeis que tratam do assunto – CPC 10. Nas demonstrações financeiras consolidadas do emissor, essa remuneração está publicada na Nota Explicativa número 17 – Partes Relacionadas, letra "b" Remuneração do Pessoal-Chave da Administração.

5. A remuneração de diversos membros do Conselho de Administração e da Diretoria é suportada por controladas (vide subitem 13.15), sendo que os montantes indicados no subitem 13.2 já contemplam a remuneração total suportada pelo emissor e por suas subsidiárias controladas ou por seus controladores.

6. O valor médio da remuneração por membro em 2009 foi: Conselho de Administração, R\$ 887 mil e de Diretoria Executiva, R\$ 8.345 mil.

7. O valor da remuneração baseada em ações, mencionado no item "c", "v", corresponde ao valor das opções de compra de ações outorgadas aos executivos. Vale ressaltar que, nos termos da jurisprudência vigente no Brasil, o emissor entende que tal outorga não possui caráter remuneratório.

Em 2010, a Assembleia Geral Ordinária aprovou que o montante global da remuneração a ser paga aos membros do Conselho de Administração fosse de R\$ 10 milhões, enquanto que aos membros da Diretoria fosse de R\$ 105 milhões. Para o Conselho Fiscal foi aprovada a remuneração mensal individual de R\$ 12 mil aos membros efetivos e R\$ 5 mil aos membros suplentes. Desses valores, foram gastos os montantes abaixo descritos.

Além da remuneração estabelecida pela Assembleia Geral, os administradores receberam, em 2010 (i) participação nos lucros do emissor e (ii) outorga de opções de ações, nos termos do Plano para Outorga de Opções de Ações do emissor (a qual o emissor entende que, de acordo com a jurisprudência vigente no Brasil, não possui caráter remuneratório). Os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis relativos a tais despesas seguem abaixo:

Exercício de 2010		R\$, exceto onde indicado			
a órgão	Conselho de Administração	Diretoria estatutária	Conselho Fiscal	Total	
b número de membros (pessoas)	8,00	15,67	5,42	29,09	
c remuneração segregada em:					
i remuneração fixa anual, segregada em:	3.682.454	11.488.008	706.825	15.877.287	
. salário ou pró-labore	2.914.500	8.953.504	577.000	12.445.004	
. benefícios diretos e indiretos	112.191	519.966	N/A	632.157	
. remuneração por participação em comitês	N/A	N/A	N/A	N/A	
. outros (INSS)	655.763	2.014.538	129.825	2.800.126	
ii remuneração variável, segregada em:	N/A	82.191.168	N/A	82.191.168	
. bônus	N/A	N/A	N/A	N/A	
. participação nos resultados	N/A	44.477.350	N/A	44.477.350	
. remuneração por participação em reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A	
. comissões	N/A	N/A	N/A	N/A	
. outros (honorários especiais e INSS)	N/A	37.713.818	N/A	37.713.818	
iii benefícios pós-emprego (previdência privada)	97.659	3.517.995	N/A	3.615.654	
iv benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	N/A	1.827.660	N/A	1.827.660	
v remuneração baseada em ações	7.394.585	28.695.231	N/A	36.089.816	
d valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	11.174.698	127.720.062	706.825		
e total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal				139.601.585	

Nota:

1. Há cinco membros que compõem o Conselho de Administração do emissor que desempenham também funções executivas e, por tal razão, sua remuneração é definida em conformidade com o disposto na política de remuneração aplicável a diretores. Dessa forma, os valores referentes à remuneração de referidos membros estão integralmente incluídos apenas na tabela relativa à remuneração da Diretoria do emissor. Também para 2010, essa nota é aplicável para os itens 13.3, 13.6, 13.7, 13.8, 13.10, 13.13 e 13.15.

2. A remuneração de diversos membros do Conselho de Administração e da Diretoria é suportada por controladas (vide subitem 13.15), sendo que os montantes indicados no subitem 13.2 já contemplam a remuneração total suportada pelo emissor e por suas subsidiárias controladas ou por seus controladores.

3. O valor médio da remuneração por membro em 2010 foi: Conselho de Administração, R\$ 1.397 mil e de Diretoria Executiva, R\$ 8.151 mil.

4. O valor da remuneração baseada em ações, mencionado no item "c", "v", corresponde ao valor das opções de compra de ações outorgadas aos executivos. Vale ressaltar que, nos termos da jurisprudência vigente no Brasil, o emissor entende que tal outorga não possui caráter remuneratório.

Em 2011, a Assembleia Geral Ordinária aprovou que o montante global da remuneração a ser paga aos membros do Conselho de Administração fosse de R\$ 11 milhões, enquanto que aos membros da Diretoria fosse de R\$ 115 milhões. Para o Conselho Fiscal, foi aprovada a remuneração mensal individual de R\$ 12 mil aos membros efetivos e R\$ 5 mil aos membros suplentes. Desses valores, foram gastos os montantes abaixo descritos.

Além da remuneração estabelecida pela Assembleia Geral, os administradores receberam, em 2011 (i) participação nos lucros do emissor e (ii) outorga de opções de ações, nos termos do Plano para Outorga de Opções de Ações do

emissor (a qual o emissor entende que, de acordo com a jurisprudência vigente no Brasil, não possui caráter remuneratório). Os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis relativos a tais despesas seguem abaixo:

Exercício de 2011				R\$, exceto onde indicado
a órgão	Conselho de Administração	Diretoria estatutária	Conselho Fiscal	Total
b número de membros (pessoas)	8,00	14,92	5,17	28,08
c remuneração segregada em:				
i remuneração fixa anual, segregada em:	3.655.680	11.461.684	688.450	15.805.813
. salário ou pró-labore	2.914.500	9.001.522	562.000	12.478.022
. benefícios diretos e indiretos	85.417	434.820	N/A	520.237
. remuneração por participação em comitês	N/A	N/A	N/A	N/A
. outros (INSS)	655.763	2.025.342	126.450	2.807.555
ii remuneração variável, segregada em:	N/A	66.653.323	N/A	66.653.323
. bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
. participação nos resultados	N/A	37.860.383	N/A	37.860.383
. remuneração por participação em reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A
. comissões	N/A	N/A	N/A	N/A
. outros (honorários especiais e INSS)	N/A	28.792.940	N/A	28.792.940
iii benefícios pós-emprego (previdência privada)	124.965	812.174	N/A	937.139
iv benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	N/A	N/A	N/A	N/A
v remuneração baseada em ações	834.048	32.310.605	N/A	33.144.654
d valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	4.614.693	111.237.786	688.450	
e total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal				116.540.929

Nota:

1. Há cinco membros que compõem o Conselho de Administração do emissor que desempenham também funções executivas e, por tal razão, sua remuneração é definida em conformidade com o disposto na política de remuneração aplicável a diretores. Dessa forma, os valores referentes à remuneração de referidos membros estão integralmente incluídos apenas na tabela relativa à remuneração da Diretoria do emissor. Também para 2010, essa nota é aplicável para os itens 13.3, 13.6, 13.7, 13.8, 13.10, 13.13 e 13.15.

2. A remuneração de diversos membros do Conselho de Administração e da Diretoria é suportada por controladas (vide subitem 13.15), sendo que os montantes indicados no subitem 13.2 já contemplam a remuneração total suportada pelo emissor e por suas subsidiárias controladas ou por seus controladores.

3. O valor médio da remuneração por membro em 2011 foi de: Conselho da Administração, R\$ 577 mil e da Diretoria Executiva, R\$ 7.457 mil.

4. O valor da remuneração baseada em ações, mencionado no item "c", "v", corresponde ao valor das opções de compra de ações outorgadas aos executivos. Vale ressaltar que, nos termos da jurisprudência vigente no Brasil, o emissor entende que tal outorga não possui caráter remuneratório.

Para 2012, propõe-se que a Assembleia Geral aprove o montante global da remuneração a ser paga aos membros do Conselho de Administração em até R\$ 13 milhões, enquanto que para os membros da Diretoria seja de até R\$ 125 milhões. Para o Conselho Fiscal, propõe-se que a Assembleia Geral aprove a remuneração mensal individual de R\$ 12 mil aos membros efetivos e R\$ 5 mil aos membros suplentes, de forma a garantir flexibilidade ao Emissor. Os valores para remuneração aprovados poderão ser pagos em moeda corrente nacional, em ações do Emissor ou em outra forma que a administração considerar conveniente, sendo estimado que os valores serão pagos nas proporções descritas na tabela abaixo.

Exercício de 2012				R\$, exceto onde indicado
a órgão	Conselho de Administração	Diretoria estatutária	Conselho Fiscal	Total
b número de membros (pessoas)	8,00	15,00	6,00	29,00
c remuneração segregada em:				
i remuneração fixa anual, segregada em:	12.835.000	21.350.125	749.700	34.934.825
. salário ou pró-labore	6.188.000	16.922.000	612.000	23.722.000
. benefícios diretos e indiretos	113.375	620.675	N/A	734.050
. remuneração por participação em comitês	N/A	N/A	N/A	N/A
. outros (INSS)	1.392.300	3.807.450	137.700	5.337.450
. outros (honorários especiais e INSS)	5.141.325	N/A	N/A	5.141.325
ii remuneração variável, segregada em:	N/A	102.354.875	N/A	102.354.875
. bônus	N/A	N/A	N/A	N/A
. participação nos resultados	N/A	Veja abaixo	N/A	Veja abaixo
. remuneração por participação em reuniões	N/A	N/A	N/A	N/A
. comissões	N/A	N/A	N/A	N/A
. outros (honorários especiais e INSS)	N/A	102.354.875	N/A	102.354.875
iii benefícios pós-emprego (previdência privada)	165.000	1.295.000	N/A	1.460.000
iv benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	N/A	N/A	N/A	N/A
v remuneração baseada em ações	Veja abaixo	Veja abaixo	N/A	Veja abaixo
d valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	13.000.000	125.000.000	749.700	
e total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal				138.749.700

Nota:

A partir de 2012, e tendo em vista as disposições contidas na Resolução sobre Remuneração, 50% da remuneração variável dos executivos deverá ser paga em ações, de forma diferida. Tal valor está incluído no item "c", "ii", da tabela acima, não sendo replicado no item "c", "v". Para fins demonstrativos, será considerado o ano a que tal remuneração se refere, independentemente do ano em que ela for efetivamente paga.

Além dos valores estabelecidos pela Assembleia Geral, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria receberão, a título de remuneração, participação nos lucros do emissor, que, nos termos do § 1º, do artigo 152, da Lei nº 6.404/76, estará limitada à remuneração anual dos administradores ou a 10% (dez por cento) do lucro da companhia, prevalecendo o que for menor. E ainda, sem caráter remuneratório, outorga de opções para compra de ações, nos termos do Plano para Outorga de Opções de Ações do emissor. Os valores relativos à participação nos lucros e à outorga de opções de ações não estão incluídos na tabela acima, a qual reflete somente a estimativa de divisão dos valores de remuneração a serem aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária.

Cumprir destacar que no âmbito da proposta a ser realizada aos acionistas na Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 20.04.2012, será proposto que a quantidade total de (a) ações a serem utilizadas para fins de remuneração, nos termos da Resolução sobre Remuneração relativa a cada exercício, e (b) opções a serem outorgadas para fins do Plano de Outorga de Opções em cada exercício, não ultrapassará o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações do emissor que os acionistas majoritários e minoritários possuírem na data do balanço de encerramento do mesmo exercício, sendo que, na hipótese de, em um determinado exercício, a quantidade de ações entregues e de opções outorgadas ter ficado abaixo do limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações, a diferença poderá ser acrescida para fins de remuneração ou para fins de outorga de opções em qualquer um dos 7 (sete) exercícios subsequentes.

13.3. Em relação à remuneração variável dos 3 (três) últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do Conselho de Administração, da diretoria estatutária e do Conselho Fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Exercício de 2009		R\$, exceto onde indicado		
a órgão	Conselho de Administração	Diretoria estatutária	Conselho Fiscal	Total
b número de membros (pessoas)	9,17	16,00	5,50	30,67
c Em relação ao bônus:				
i valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
ii valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
iii valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
iv valor efetivamente reconhecido no resultado do último exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
d em relação à participação no resultado:				
i valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	57.032.034	N/A	57.032.034
ii valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	120.938.773	N/A	120.938.773
iii valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	89.322.294	N/A	89.322.294
iv valor efetivamente reconhecido no resultado do último exercício social	N/A	80.744.962	N/A	80.744.962

Nota:

A expressão "remuneração variável" corresponde aos honorários especiais juntamente com a participação nos lucros, que compõem a remuneração variável de curto prazo paga pelo emissor. A remuneração variável reconhecida em 2009, no valor de R\$ 80.744.962, é composta por R\$ 55.419.281 de participação nos lucros e resultados, R\$ 20.674.025 de "honorários especiais" e R\$ 4.651.656 de INSS incidente sobre os honorários especiais. Se o resultado do emissor fosse zero ou negativo, o valor mínimo previsto no plano de remuneração seria zero.

Exercício de 2010		R\$, exceto onde indicado		
a órgão	Conselho de Administração	Diretoria estatutária	Conselho Fiscal	Total
b número de membros (pessoas)	8,00	15,67	5,42	29,09
c Em relação ao bônus:				
i valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
ii valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
iii valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
iv valor efetivamente reconhecido no resultado do último exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
d em relação à participação no resultado:				
i valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	45.969.888	N/A	45.969.888
ii valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	100.847.382	N/A	100.847.382
iii valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	75.650.739	N/A	75.650.739
iv valor efetivamente reconhecido no resultado do último exercício social	N/A	82.191.168	N/A	82.191.168

Nota:

A "remuneração variável" reconhecida em 2010, no valor de R\$ 82.191.168, é composta por R\$ 44.477.350 de participação nos lucros e resultados, R\$ 30.786.790 de "honorários especiais" e R\$ 6.927.028 de INSS incidente sobre os honorários especiais. Se o resultado do emissor fosse zero ou negativo, o valor mínimo previsto no plano de remuneração seria zero.

Exercício de 2011	R\$, exceto onde indicado			
	Conselho de Administração	Diretoria estatutária	Conselho Fiscal	Total
a órgão				
b número de membros (pessoas)	8,00	14,92	5,17	28,08
c Em relação ao bônus:				
i valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
ii valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	N/A	N/A	N/A
iii valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	N/A	N/A	N/A
iv valor efetivamente reconhecido no resultado do último exercício social	N/A	N/A	N/A	N/A
d em relação à participação no resultado:				
i valor mínimo previsto no plano de remuneração	N/A	41.190.701	N/A	41.190.701
ii valor máximo previsto no plano de remuneração	N/A	94.236.539	N/A	94.236.539
iii valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	N/A	67.713.620	N/A	67.713.620
iv valor efetivamente reconhecido no resultado do último exercício social	N/A	66.653.323	N/A	66.653.323

Nota:

1- Os valores mínimos e máximos da "remuneração variável" descritos na tabela acima foram indicados tendo em vista o orçamento e a expectativa da administração. Contudo, tais valores podem variar em virtude do lucro líquido obtido pelo emissor, sendo que, inclusive, é possível que não seja paga "remuneração variável", caso tal resultado seja zero ou negativo.

2. A "remuneração variável" reconhecida em 2011, no valor de R\$66.653.323, é composta por R\$ 37.860.383 de participação nos lucros e resultados, R\$23.504.440 de "honorários especiais" e R\$5.288.499 de INSS incidente sobre os honorários especiais.

3. Com relação ao item "d", "em relação à participação no resultado" referente a 2012, veja os esclarecimentos no item 13.2.

13.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a) Termos e condições gerais

Conforme mencionado no item 13.1, a Resolução sobre Remuneração estabeleceu que no mínimo 50% (cinquenta por cento) da remuneração variável dos administradores de instituições financeiras deverá ser obrigatoriamente paga em ações ou instrumentos baseados em ações e, no mínimo, 40% (quarenta por cento) deverá ser diferida para pagamento em, no mínimo, 3 (três) anos, sendo que esta parcela diferida estará sujeita à reversão proporcional à redução do resultado da instituição ou da área de negócios no período do diferimento. Estas novas regras encontram-se em vigor desde 1º de janeiro de 2012 e se aplicam à remuneração dos administradores com relação ao ano base de 2012.

A possibilidade de remuneração em ações será submetida aos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 20.04.2012, sendo que competirá ao Comitê de Remuneração aprovar política detalhada sobre a forma de remuneração dos administradores relativa ao exercício de 2012.

Nos termos da Resolução sobre Remuneração, a Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 20.04.2012, deverá aprovar a inclusão no Estatuto Social do emissor de disposições sobre o Comitê de Remuneração, sendo que a política de remuneração dos administradores do emissor, será aprovada apenas após a posse dos membros de tal comitê.

Plano de Outorga de Opções

Primeiramente, é importante ressaltar novamente que, conforme jurisprudência existente no Brasil, o emissor entende que seu plano de outorga de opções para compra de ações não possui caráter remuneratório. Sem prejuízo e para fins meramente informativos, será incluída ao longo desse item 13.4, as disposições sobre o plano de outorga de opções do emissor.

O emissor foi uma das primeiras companhias brasileiras a outorgar opções de compra de ações a seus executivos, prática que vem sendo adotada desde 1995. O atual Plano para Outorga de Opções de Ações do emissor ("Plano") abrange todo o Conglomerado Itaú Unibanco, incluindo suas controladas, e é frequentemente revisitado, a fim de melhor adequá-lo às inovações legais e à realidade do próprio emissor.

De acordo com o disposto no Plano, o emissor pode outorgar opções de ações a seus diretores e membros do Conselho de Administração e a administradores de empresas controladas ("Administradores") ou a seus funcionários categorizados e de empresas controladas ("Funcionários") (Administradores e Funcionários, em conjunto, denominados "Beneficiários"). As regras e procedimentos operacionais relativos ao Plano são determinados por um comitê designado pelo Conselho de Administração do emissor ("Comitê de Pessoas").

É importante notar que os conglomerados Itaú e Unibanco possuíam, anteriormente à associação ocorrida em 03.11.2008, programas de outorga de opções de ações. Contudo, considerando que já não podem mais ser feitas outorgas no Plano para Outorga de Opções de Ações do Unibanco ("Plano Unibanco"), todas as informações relativas ao item 13.4

se referem apenas ao disposto no Plano atual. Importante destacar que, com relação às opções outorgadas no âmbito do Plano Unibanco, aplicar-se-ão as disposições ali previstas. Por outro lado, nota-se que, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24.04.2009, foi aprovada a assunção dos direitos e obrigações existentes no âmbito do Plano Unibanco pelo emissor, que mantém o monitoramento das opções outorgadas no âmbito do Plano Unibanco.

O Plano encontra-se disponível tanto no site da CVM quanto do emissor (www.itaunibanco.com.br/ri).

b) Principais objetivos do plano

O Plano tem por objetivo primordial alinhar os interesses dos administradores aos dos acionistas do emissor, na medida em que se compartilham dos mesmos riscos e ganhos proporcionados pela valorização de suas ações.

c) Forma como o plano contribui para esses objetivos

Os Beneficiários recebem outorga de opções de compra de ações, para se sentirem estimulados a contribuir para que o emissor tenha um bom desempenho acionário, já que participam ativamente dos frutos resultantes dessa valorização. Com isso, a instituição alcança o objetivo disposto no item "b" desse item, vinculando seus Administradores e Funcionários chave às estratégias de longo prazo da organização. Os Beneficiários, por sua vez, participam da valorização das ações representativas do capital do emissor.

d) Como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O Plano está em conformidade com os princípios buscados pelo emissor, tendo em vista que (i) os Beneficiários recebem uma quantia significativa de opções de compra de ações, vinculando-o aos projetos e resultados do emissor a longo prazo; (ii) trata-se de um instrumento de incentivo ao desenvolvimento e comprometimento individual; e (iii) permite a retenção dos Beneficiários (o benefício advindo do exercício das opções concretiza-se no longo prazo).

e) Como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

O Plano está alinhado aos interesses do emissor e de seus Beneficiários, uma vez que, ao possibilitar que os Beneficiários se tornem acionistas do emissor, nos termos e condições dispostos no Plano, os Beneficiários sejam estimulados para atuar com a perspectiva de "donos" do negócio, alinhando-os portanto com os interesses dos acionistas. Além disso, o Plano incentiva a permanência de executivos e empregados de alto nível na companhia.

f) Número máximo de ações abrangidas

A soma das ações a serem utilizadas para fins de remuneração, nos termos da Resolução sobre Remuneração e das opções a serem outorgadas está sujeita a limites estabelecidos pelo Plano (ver subitem "g" desse item). Além disso, as ações adquiridas pelos Beneficiários em decorrência do exercício das opções podem ficar sujeitas a restrições relativas à sua venda ("holding period").

g) Número máximo de opções a serem outorgadas

Caberá ao Comitê de Pessoas estabelecer a quantidade total de opções a serem outorgadas com relação a cada exercício, podendo segmentar o lote total em séries, estabelecendo características específicas para cada série.

Contudo, a soma das ações a serem utilizadas para remuneração, nos termos da Resolução sobre Remuneração, e das opções a serem outorgadas em cada exercício não ultrapassará o limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações do emissor que os acionistas majoritários e minoritários possuírem na data do balanço de encerramento do mesmo exercício, sendo que, na hipótese de, em um determinado exercício, a quantidade de ações entregues e de opções outorgadas ter ficado abaixo do limite de 0,5% (meio por cento) da totalidade das ações, a diferença poderá ser acrescida para fins de remuneração ou para fins de outorga de opções em qualquer um dos 7 (sete) exercícios subsequentes.

h) Condições de aquisição de ações

As ações são adquiridas em função do Plano, dentro do prazo de exercício, desde que decorrido o prazo de carência (ver subitem "j" abaixo), mediante o pagamento do preço de exercício (ver subitem "i" abaixo). Ademais, as opções são extintas de forma automática em determinadas situações, tais como o término do vínculo (estatutário ou contratual) entre o Beneficiário e o emissor e suas controladas antes do prazo de carência (ver subitem "n" abaixo).

i) Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

O preço de exercício será fixado pelo Comitê de Pessoas na outorga da opção e poderá ser determinado com base em um dos seguintes parâmetros:

No caso de opções simples: o Comitê, para a fixação do preço de exercício das opções, considerará a média dos preços das ações preferenciais do emissor nos pregões da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), nos 3 (três) últimos meses do ano antecedente ao da outorga, facultado, ainda, ajuste de até 20% (vinte por cento), para mais ou para menos. Os preços estabelecidos desta forma serão reajustados até o último dia útil do mês anterior ao do exercício da opção pelo IGP-M ou, na sua falta, pelo índice que o Comitê de Pessoas designar, devendo ser pagos em prazo igual ao vigente para liquidação de operações na BM&FBOVESPA.

No caso de opções de sócios: para os Beneficiários que tiverem, a critério do Comitê e mediante a utilização das ferramentas de avaliação de performance e liderança, desempenho e potencial de destaque, o Comitê poderá oferecer opções cujo preço de exercício seja pago por meio do cumprimento da obrigação de fazer, consubstanciada na obrigação do beneficiário investir, em ações do emissor, parte ou a integralidade da participação líquida nos lucros e resultados que tiver recebido relativamente ao ano anterior e manter a propriedade de tais ações inalterada e sem qualquer tipo de ônus desde a data da outorga da opção até o seu exercício.

As ações compradas pelos Beneficiários para cumprimento da obrigação de fazer atinente às opções de sócios poderão ser adquiridas na tesouraria do emissor, que poderá optar por entregar as ações na forma de ADRs (*American Depositary Receipts*, representantes de uma ação preferencial do emissor negociada na Bolsa de Nova Iorque). Para entrega dessas ações, o Comitê deverá fixar o preço de aquisição, o qual deverá ser equivalente à média da cotação das ações do emissor na BM&FBOVESPA nos 30 (trinta) dias que antecederem à fixação do referido preço.

As ações entregues aos administradores atinentes à remuneração, nos termos da Resolução sobre Remuneração, serão transferidas de forma direta da tesouraria. Para fins deste cálculo, o valor das ações utilizado para a remuneração será calculado com base no valor médio dos preços das ações preferenciais verificados nos pregões da BM&FBOVESPA nos 3 (três) últimos meses do ano de competência a que a remuneração se refere.

j) Critérios para fixação do prazo de exercício

As opções somente poderão ser exercidas após o período de carência e fora dos períodos de restrição estabelecidos pelo Comitê de Pessoas. O período de carência de cada série será fixado pelo Comitê na emissão, e sua duração pode variar entre os prazos de 1 (um) ano e 7 (sete) anos, contados a partir da data de emissão.

k) Forma de liquidação

Há 2 (duas) formas de liquidação do preço de exercício das opções:

No caso de opções simples: ao exercer a opção, o Beneficiário deve pagar o preço de exercício ao emissor, em dinheiro, obedecidas as regras e condições estabelecidas pelo Comitê de Pessoas.

No caso de opções de sócios: confirmação do cumprimento da obrigação de fazer destacada no subitem "e" desse item.

l) Restrições à transferência das ações

A disponibilidade das ações que os Beneficiários tiverem subscrito mediante o exercício da opção poderá estar sujeita a restrições adicionais, conforme venha a ser deliberado pelo Comitê. Assim, o percentual das ações que deve permanecer indisponível, bem como o prazo de referida indisponibilidade serão definidos pelo Comitê, tendo em vista o tipo de programa aplicável a cada Beneficiário.

m) Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Comitê poderá suspender o exercício das opções em circunstâncias justificáveis, como ordenamento dos trabalhos de subscrição, grandes oscilações de mercado ou restrições legais e regulamentares. Ademais, o Plano somente poderá ser alterado ou extinto mediante proposta do Comitê de Pessoas ao Conselho de Administração, e posterior aprovação em Assembleia Geral de acionistas.

n) Efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Regra geral, as opções de Administradores do emissor e/ou de empresas por ele controladas que renunciarem ou forem destituídos do cargo, terão suas opções extintas de forma automática. Contudo, não ocorrerá a extinção automática mencionada se o desligamento de Administrador se der em razão de não reeleição em virtude de ele ter atingido o limite de idade para o exercício do cargo ou o desligamento de Funcionário se der depois de completados 55 (cinquenta e cinco) anos de idade. Além disso, caso o desligamento ocorra simultaneamente à eleição do Funcionário para o cargo de Administrador do emissor ou de suas controladas, ou se o Administrador passar a ocupar outro cargo estatutário no emissor ou em suas controladas, a opção também não será extinta de forma automática.

Adicionalmente às hipóteses mencionadas, o Comitê de Pessoas poderá, em situações excepcionais e observados os critérios estabelecidos em regimento interno correspondente, determinar a não extinção das opções.

Em caso de falecimento após o desligamento e considerando que o titular desligado tenha mantido o direito ao exercício das opções, os sucessores poderão exercer as opções durante o prazo de vigência que restava para o titular.

13.5. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

Empresas		Conselho de Administração (*)			Diretoria			Conselho Fiscal		
		Ações			Ações			Ações		
		Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Emissor	Itaú Unibanco Holding S.A.	4.491.400	4.830.900	9.122.300	9.420.200	10.075.480	19.495.680	33.500	845.200	878.700
Controladoras	Companhia E. Johnston de Participações	800	1.600	2.400	-	-	-	-	-	-
	Companhia ESA	236.588.135	-	236.588.135	112.857.674	-	112.857.674	-	-	-
	Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	236.593.135	140.040.182	376.633.317	112.857.674	32.527.483	145.385.157	-	-	-
	IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	3	-	3	1	-	1	-	-	-

(*) exceto os já considerados na Diretoria
Nota: As ações são detidas diretamente.

13.6. Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida nos resultados dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Exercício de 2009		Conselho de Administração							
a	órgão	b							
		2.003	2005	2007	2008	2009			
ano da outorga de opções									
c	em relação a cada outorga de opções de compra de ações:								
i	data de outorga	02/09/03	01/02/05	21/03/07	14/05/08	10/08/09			
ii	quantidade de opções outorgadas	113.851	506.008	227.703	75.901	874.167			
iii	prazo para que as opções se tornem exercíveis	1/3 por ano após 3 1/3 por ano após 1/3 por ano após 3 anos							
iv	prazo máximo para exercício das opções	12 meses	12 meses	12 meses	12 meses	31/12/14			
v	prazo de restrição à transferência das ações	2 anos para 50%	2 anos para 50%	2 anos para 50%	2 anos para 50%	Não há			
vi	preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:	R\$ 7,77	R\$ 14,83	R\$ 31,32	R\$ 38,92	R\$ 27,27 (1)			
	- em aberto no início do exercício social	-	-	-	-	-			
	- perdidas durante o exercício social	R\$ 7,77	R\$ 15,12	-	-	-			
	- exercidas durante o exercício social	-	R\$ 14,90	-	-	-			
	- expiradas durante o exercício social	-	-	-	-	-			
d	valor justo das opções na data de outorga	R\$ 3,89	R\$ 6,37	R\$ 6,86	R\$ 7,23	R\$ 11,35			
e	diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,002%	0,011%	0,005%	0,002%	0,019%			
(1)	Preço médio ponderado de exercício na data de outorga, uma vez que as opções foram outorgadas após o início do exercício social.								

Continuação

Diretoria estatutária		18											
a	órgão												
		2004	2005	2006	2007	2008	2009						
ano da outorga de opções													
c	em relação a cada outorga de opções de compra de ações:												
i	data de outorga	16/02/04	12/04/04	01/02/05	21/02/06	04/07/06	14/02/07	03/09/07	11/02/08	03/03/08	03/09/08	03/03/09	06/03/09
ii	quantidade de opções outorgadas	3.843.124	506.008	297.279	3.511.750	4.182.750	158.127	3.803.525	149.697	3.660.799	181.993	96.797	6.200.040
iii	prazo para que as opções se tornem exercíveis	1/3 por ano após 3 1/3 por ano após 3 anos											
iv	prazo máximo para exercício das opções	31/12/2011	12 meses	12 meses	31/12/12	31/12/13	12 meses	31/12/14	50% após 3 anos e 50% após 5 anos	1/1/2013	50% após 3 anos e 50% após 5 anos	1/1/2014	50% após 3 anos e 50% após 5 anos
v	prazo de restrição à transferência das ações	2 anos para 50%	2 anos para 50%	2 anos para 50%	2 anos para 50%	2 anos para 50%	2 anos para 50%	2 anos para 50%	2 anos para 50%	2 anos para 50%	2 anos para 50%	2 anos para 50%	sem restrição
vi	preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:	R\$ 11,52	R\$ 10,99	R\$ 14,83	R\$ 16,47	R\$ 24,51	R\$ 24,82	R\$ 31,21	(1)	R\$ 35,98	(1)	R\$ 23,45	(1)
	- em aberto no início do exercício social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	- perdidas durante o exercício social	R\$ 12,71	R\$ 10,99	R\$ 15,15	R\$ 16,23	R\$ 24,11	-	R\$ 30,61	-	R\$ 28,93	-	-	-
	- expiradas durante o exercício social	-	R\$ 10,99	R\$ 15,24	-	-	-	-	-	-	-	-	-
d	valor justo das opções na data de outorga	R\$ 4,20	R\$ 6,79	R\$ 7,09	R\$ 6,20	R\$ 10,27	R\$ 7,28	R\$ 8,70	R\$ 22,22	R\$ 5,69	R\$ 21,94	R\$ 4,25	R\$ 21,84
e	diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,095%	0,083%	0,095%	0,086%	0,095%	0,086%	0,086%	0,086%	0,086%	0,086%	0,143%	0,143%

Nota:

- (1) Outorgas de opções de ações originárias do Plano Unibanco, cujo preço de exercício é uma obrigação de fazer, conforme conceito explicado no subitem 13.4. "I".
- Os valores estão ajustados pelos eventos ocorridos no período (grupamento, bonificação, conversão de ações Unibanco para Itaú Unibanco etc.).
- As outorgas de opções de ações acima apresentadas são aquelas que geraram despesas reconhecidas no último exercício social.
- Conforme previsto no subitem 13.4, os membros do Conselho de Administração do Emissor passaram a ser elegíveis ao plano para outorga de opções de ações do Emissor apenas a partir de 2009. Assim, as outorgas de opções de ações relativas ao Conselho de Administração, apresentadas na tabela acima e referentes a anos anteriores, são opções de ações originárias do Plano Unibanco (o qual já previa essa possibilidade) ou, de conselheiros que, no passado, fizeram parte da Diretoria.
- O número de membros de cada órgão (letra "b") corresponde ao número de administradores a quem foi atribuída a remuneração baseada em ações reconhecida no resultado do Emissor no exercício, conforme orientação constante do Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 03/2010.

Exercício de 2010

a órgão	Conselho de Administração				
	b número de membros (médio)				
		2005	2007	2008	2009
c em relação a cada outorga de opções de compra de ações:					
ano da outorga de opções					
i	data de outorga	01/02/05	21/03/07	14/05/08	10/08/09
ii	quantidade de opções outorgadas	105.417	227.703	75.901	874.167
iii	prazo para que as opções se tornem exercíveis	1/3 por ano após 3 anos	1/3 por ano após 3 anos	01/04/12	
iv	prazo máximo para exercício das opções	12 meses	12 meses	31/12/2014	
v	prazo de restrição à transferência das ações	2 anos para 50%	2 anos para 50%	Não há	
vi	preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:				
	- em aberto no início do exercício social	R\$ 15,31	R\$ 32,32	R\$ 40,17	R\$ 27,43
	- perdidas durante o exercício social	-	-	-	-
	- exercidas durante o exercício social	R\$ 15,96	-	-	-
	- expiradas durante o exercício social	R\$ 15,89	-	-	-
d	valor justo das opções na data de outorga	R\$ 11,04	R\$ 12,27	R\$ 18,06	R\$ 11,35
e	diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,002%	0,005%	0,002%	0,019%

Continuação

a órgão	Diretoria estatutária														
	b número de membros (médio)														
		2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010							
c em relação a cada outorga de opções de compra de ações:															
ano da outorga de opções															
i	data de outorga	16/02/04	01/02/05	21/02/06	04/07/06	14/02/07	03/09/07	11/02/08	03/03/08	03/03/09	06/03/09	17/04/10	17/08/10	30/08/10	30/09/10
ii	quantidade de opções outorgadas	631.812	48.489	2.979.625	158.127	3.822.500	24.743	3.699.847	44.468	8.252	6.291.340	205.368	2.130.176	103.841	236.784
iii	prazo para que as opções se tornem exercíveis	01/07/09	1/3 por ano após 3 anos	01/01/10	1/3 por ano após 3 anos	01/01/12	50% após 3 anos e 50% após 5 anos	01/01/13	50% após 3 anos e 50% após 5 anos	01/01/14	50% após 3 anos e 50% após 5 anos	50% após 3 anos e 50% após 5 anos	01/01/15	50% após 3 anos e 50% após 5 anos	50% após 3 anos e 50% após 5 anos
iv	prazo máximo para exercício das opções	31/12/11	12 meses	31/12/12	12 meses	31/12/14	2 anos para 50%	31/12/15	2 anos para 50%	31/12/16	2 anos para 50%	31/12/17	30/09/15	30/09/15	31/10/15
v	prazo de restrição à transferência das ações	2 anos para 50%	2 anos para 50%	2 anos para 50%	2 anos para 50%	2 anos para 50%	sem restrição	2 anos para 50%	sem restrição	2 anos para 50%	sem restrição	2 anos para 50%	50%: 17/08/15 e 50%: 17/08/18	50%: 17/08/15 e 50%: 30/09/15 e 50%: 17/08/18	50%: 17/08/15 e 50%: 30/09/18
vi	preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:														
	- em aberto no início do exercício social	R\$ 11,52	R\$ 15,31	R\$ 16,21	R\$ 25,62	R\$ 30,72	(1)	R\$ 35,41	(1)	R\$ 23,16	(1)	37,52 (2)	(1)	(1)	(1)
	- perdidas durante o exercício social	-	-	-	-	R\$ 33,39	(1)	R\$ 38,49	(1)	R\$ 25,17	(1)	R\$ 40,38	-	-	-
	- exercidas durante o exercício social	R\$ 12,26	R\$ 15,69	-	26,73	R\$ 31,19	(1)	-	-	R\$ 24,92	-	-	-	-	-
	- expiradas durante o exercício social	-	R\$ 15,89	-	26,69	-	(1)	-	-	-	-	-	-	-	-
d	valor justo das opções na data de outorga	R\$ 4,20	R\$ 11,04	R\$ 6,20	R\$ 12,42	R\$ 8,70	R\$ 32,35	R\$ 5,69	R\$ 29,31	R\$ 4,25	R\$ 17,31	R\$ 12,22	R\$ 33,67	R\$ 32,48	R\$ 35,73
e	diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,014%	0,066%	0,080%	0,084%	0,084%	0,082%	0,082%	0,142%	0,142%	0,073%	0,073%	0,073%	0,073%	0,073%

Nota:

- (1) Outorgas de opções de ações, cujo preço de exercício é uma obrigação de fazer, conforme conceito explicado no subitem 13.4, "i".
- (2) Preço médio ponderado de exercício na data da outorga, uma vez que as opções foram outorgadas após o início do exercício social.

Exercício de 2011

		Conselho de Administração			
a. órgão		2007	2008	2009	7
b. número de membros (médios)		ano da outorga de opções			
c. em relação a cada outorga de opções de compra de ações:		ano da outorga de opções de compra de ações:			
i	data de outorga	21/03/07	14/05/08	10/08/09	
ii	quantidade de opções outorgadas	227.703	75.901	874.167	
iii	prazo para que as opções se tornem exercíveis	1/3 por ano após 3 anos	1/3 por ano após 3 anos	01/04/12	
iv	prazo máximo para exercício das opções	12 meses	12 meses	31/12/14	
v	prazo de restrição à transferência das ações	2 anos para 50%	2 anos para 50%	Não há	
vi	preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:				
	- em aberto no início do exercício social	R\$ 34,60	R\$ 42,99	R\$ 30,45	
	- perdas durante o exercício social	35,34	-	-	
	- exercidas durante o exercício social	-	-	-	
	- expiradas durante o exercício social	35,34	-	-	
d	valor justo das opções na data de outorga	12,27	18,06	11,35	
e	diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,005%	0,002%	0,019%	

Continuação

		Diretoria estatutária																	
a. órgão		2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	18									
b. número de membros (médios)		ano da outorga de opções de compra de ações:																	
c. em relação a cada outorga de opções de compra de ações:		ano da outorga de opções de compra de ações:																	
i	data de outorga	16/02/04	21/02/05	21/02/06	04/07/06	14/02/07	03/09/07	11/02/08	03/03/08	03/03/08	06/03/09	17/04/10	17/08/10	30/08/10	30/09/10	19/04/11	28/02/11	19/08/11	
ii	quantidade de opções outorgadas	186.312	1.080.375	2.637.250	105.417	2.392.500	7.561	2.997.085	36.541	4.595.580	188.226	1.891.944	74.471	235.784	705.396	2.821.538	524.333	474.177	
iii	prazo para que as opções se tornem exercíveis	01/01/09	01/01/10	01/01/11	1/3 por ano após 3 anos	01/01/12	50% após 3 anos e 50% após 5 anos	01/01/13	50% após 3 anos e 50% após 5 anos	01/01/14	50% após 3 anos e 50% após 5 anos	01/01/15	50% após 3 anos e 50% após 5 anos	50% após 3 anos e 50% após 5 anos	50% após 3 anos e 50% após 5 anos	01/01/16	50% após 3 anos e 50% após 5 anos	50% após 3 anos e 50% após 5 anos	
iv	prazo máximo para exercício das opções	31/12/11	31/12/12	31/12/13	12 meses	31/12/14	-	31/12/15	-	31/12/16	-	31/12/17	30/09/15	30/09/15	31/10/15	31/12/18	31/03/16	30/09/16	
v	prazo de restrição à transferência das ações	2 anos para 50%	2 anos para 50%	2 anos para 50%	2 anos para 50%	2 anos para 50%	sem restrição	2 anos para 50%	sem restrição	2 anos para 50%	sem restrição	2 anos para 50%	2 anos para 50%	50%: 17/08/15 e 50%: 17/08/18	50%: 30/09/15 e 50%: 30/09/18	2 anos para 50%	50%: 28/02/16 e 50%: 19/08/16 e 50%: 28/02/19	50%: 28/02/19	
vi	preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:																		
	- em aberto no início do exercício social	R\$ 12,79	R\$ 18,00	R\$ 26,78	R\$ 27,42	R\$ 34,10	(1)	R\$ 39,32	(1)	R\$ 25,71	(1)	R\$ 41,77	(1)	(1)	(1)	40,80 (2)	(1)	(1)	(1)
	- perdas durante o exercício social	12,83	18,35	27,39	28,45	-	-	40,46	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	- exercidas durante o exercício social	13,46	-	28,49	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	- expiradas durante o exercício social	4,20	6,20	10,27	12,86	8,70	31,68	5,69	32,83	4,25	17,31	12,22	33,67	32,48	35,73	11,02	32,84	23,69	
d	valor justo das opções na data de outorga																		
e	diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	0,004%	0,024%	0,060%		0,053%		0,066%		0,105%		0,064%		0,064%					0,084%

Nota:

- (1) Outorgas de opções de ações, cujo preço de exercício é uma obrigação de fazer, conforme conceitual exposto no subitem 13.4. "I".
- (2) Preço médio ponderado de exercício na data da outorga, uma vez que as opções foram outorgadas após o início do exercício social.

Com relação à remuneração baseada em ações prevista para 2012, veja os esclarecimentos no item 13.2.

13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. órgão	Conselho de Administração		
	2007	2008	2009
b. número de membros	7	7	7
c. em relação às opções ainda não exercíveis			
i. quantidade	75.901	50.600	874.167
ii. data em que se tornaram exercíveis	21/03/12	50%: 14/05/12 e 50%: 14/05/13	01/04/12
iii. prazo máximo para exercício das opções	12 meses	12 meses	31/12/14
iv. prazo de restrição à transferência das ações	2 anos para 50%	2 anos para 50%	Não há
v. preço médio ponderado de exercício	R\$ 36,85	R\$ 45,79	R\$ 32,05
vi. valor justo das opções no último dia do exercício social	R\$ 13,21	R\$ 18,69	R\$ 11,35
d. em relação às opções exercíveis			
i. quantidade	75.901	25.301	-
ii. prazo máximo para exercício das opções	20/03/12	13/05/12	-
iii. prazo de restrição à transferência das ações	2 anos para 50%	2 anos para 50%	-
iv. preço médio ponderado de exercício	R\$ 36,85	R\$ 45,79	-
v. valor justo das opções no último dia do exercício social	R\$ 12,35	R\$ 16,79	-
vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social	R\$ 937.229	R\$ 424.929	-
Continuação			
a. órgão	Diretoria estatutária		
b. número de membros	18	18	2011
c. em relação às opções ainda não exercíveis			
i. quantidade	-	2.392.500	7.561
ii. data em que se tornaram exercíveis	-	01/01/12	03/09/12
iii. prazo máximo para exercício das opções	-	31/12/14	-
iv. prazo de restrição à transferência das ações	-	2 anos para 50%	sem restrição
v. preço médio ponderado de exercício	-	R\$ 35,89	(1)
vi. valor justo das opções no último dia do exercício social	-	R\$ 8,70	R\$ 31,88
d. em relação às opções exercíveis			
i. quantidade	2.546.500	52.710	-
ii. prazo máximo para exercício das opções	31/12/13	03/07/11	-
iii. prazo de restrição à transferência das ações	2 anos para 50%	2 anos para 50%	-
iv. preço médio ponderado de exercício	R\$ 18,94	R\$ 29,21	-
v. valor justo das opções no último dia do exercício social	R\$ 6,20	R\$ 13,22	-
vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social	R\$ 15.780.406	R\$ 696.667	-

a. órgão	Diretoria estatutária		
	2006	2008	2010
b. número de membros	18	18	2011
c. em relação às opções ainda não exercíveis			
i. quantidade	-	2.415.323	18.270
ii. data em que se tornaram exercíveis	-	01/01/12	03/20/13
iii. prazo máximo para exercício das opções	-	31/12/15	-
iv. prazo de restrição à transferência das ações	-	2 anos para 50%	sem restrição
v. preço médio ponderado de exercício	-	R\$ 41,37	(1)
vi. valor justo das opções no último dia do exercício social	-	R\$ 5,69	R\$ 31,90
d. em relação às opções exercíveis			
i. quantidade	2.546.500	52.710	-
ii. prazo máximo para exercício das opções	31/12/13	03/07/11	-
iii. prazo de restrição à transferência das ações	2 anos para 50%	2 anos para 50%	-
iv. preço médio ponderado de exercício	R\$ 18,94	R\$ 29,21	-
v. valor justo das opções no último dia do exercício social	R\$ 6,20	R\$ 13,22	-
vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social	R\$ 15.780.406	R\$ 696.667	-

Nota:

- (1) Outorgas de opções bonificadas, cujo preço de exercício é uma obrigação de fazer, conforme conceito explicado no subitem 13.4. "f".
- Os valores estão ajustados pelos eventos ocorridos no período (grupamento, bonificação, conversão de ações Unibanco para Itaú Unibanco etc.).
- Conforme previsto no subitem 13.4, os membros do Conselho de Administração do Emissor passaram a ser elegíveis ao plano para outorga de opções de ações do Emissor apenas a partir de 2009. Assim, as outorgas de opções de ações relativas ao Conselho de Administração, apresentadas na tabela acima e referentes a anos anteriores, são opções de ações originárias do Plano Unibanco (o qual já previa essa possibilidade) ou de conselheiros que, no passado, fizeram parte da Diretoria.
- O número de membros de cada órgão (letra "b") corresponde ao número de administradores com opções em aberto ao final do último exercício social, conforme orientação constante do Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 03/2010.

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do Conselho de Administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Exercício de 2009											
a órgão	Conselho de Administração					Diretoria estatutária					
b número de membros	2					9					
ano da outorga de opções	2003	2005	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	
c em relação às opções exercidas informar:											
i número de ações	37.950	231.920	1.485.000	2.158.500	3.104.544	735.665	687.500	43.640	102.929	133.581	
ii preço médio ponderado de exercício	R\$ 7,77	R\$ 15,12	R\$ 11,36	R\$ 7,6571	R\$ 11,52591	R\$ 15,521	R\$ 24,15	(1)	(1)	(1)	
iii valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	R\$ 838.316	R\$ 3.276.685	R\$ 23.590.710	R\$ 44.816.793	R\$ 55.025.223	R\$ 9.077.265	R\$ 7.893.502	R\$ 1.231.441	R\$ 2.904.469	R\$ 3.769.413	
d em relação às ações entregues informar:											
i número de ações	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
ii preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
iii valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	

Nota:

Notas:

1. Outorgas de opções de ações originárias do Plano Unibanco, cujo preço de exercício é uma obrigação de fazer, conforme conceito explicado no subitem 13.4, "I".

2. Os valores estão ajustados pelos eventos ocorridos no período (grupamento, bonificação, conversão de ações Unibanco para Itaú Unibanco etc.).

3. Conforme previsto no subitem 13.4, os membros do Conselho de Administração do emissor passaram a ser elegíveis ao plano para outorga de opções de ações do emissor apenas a partir de 2009. Assim, as outorgas de opções de ações relativas ao Conselho de Administração, apresentadas na tabela acima e referentes a anos anteriores, são opções de ações originárias do Plano Unibanco (o qual já previa essa possibilidade).

4. O número de membros de cada órgão (letra "b") corresponde ao número de administradores com opções exercidas no exercício social de 2009, conforme orientação constante do Ofício-Circular/CVM/SEP/Nº 03/2010.

Exercício de 2010							
a órgão	Conselho de Administração			Diretoria estatutária			
b número de membros	1			9			
ano da outorga de opções	2005	2004	2005	2006	2007	2009	
c em relação às opções exercidas informar:							
i número de ações	105.417	152.000	1.397.739	52.710	631.122	694.980	
ii preço médio ponderado de exercício	R\$ 15,96	R\$ 12,26	R\$ 16,47	R\$ 26,73	R\$ 30,63	24,92	
iii valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	R\$ 2.038.449	R\$ 4.018.880	R\$ 30.662.922	R\$ 304.189	R\$ 4.996.859	R\$ 11.036.282	
d em relação às ações entregues informar:							
i número de ações	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
ii preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
iii valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	

Exercício de 2011				
a órgão	Diretoria estatutária			
b número de membros	6			
ano da outorga de opções	2004	2005	2006	2008
c em relação às opções exercidas informar:				
i número de ações	186.312	1.080.375	143.460	18.271
ii preço médio ponderado de exercício	R\$ 12,83	R\$ 18,34	R\$ 27,39	(1)
iii valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	R\$ 4.884.722	R\$ 16.917.323	R\$ 1.677.426	R\$ 680.047
d em relação às ações entregues informar:				
i número de ações	N/A	N/A	N/A	N/A
ii preço médio ponderado de aquisição	N/A	N/A	N/A	N/A
iii valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	N/A	N/A	N/A	N/A

Nota:

1. Outorgas de opções de ações originárias do Plano Unibanco, cujo preço de exercício é uma obrigação de fazer, conforme conceito explicado no subitem 13.4, "I".

13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a) *modelo de precificação*

O emissor utiliza o modelo Binomial para as opções simples e Black & Scholes para as opções de sócios:

- **Modelo Binomial de precificação:** pressupõe que existem duas trajetórias possíveis no comportamento dos preços dos ativos – uma ascendente e outra descendente. Assim, é construída uma árvore com as trajetórias de preço para que se determine o valor da ação em uma data futura, com base na volatilidade definida e no intervalo de tempo entre os passos da árvore do momento da precificação até o vencimento. O processo de precificação deste modelo é realizado pelo método *Backward Induction* (indução para trás), partindo dos nós no vencimento até o ponto de partida.

- **Modelo Black & Scholes de precificação:** pressupõe que o preço do ativo-objeto segue um comportamento contínuo de Movimento Browniano Geométrico com taxa de juros e volatilidade constante até o vencimento da operação. Ou seja, a distribuição probabilística de preços do ativo-objeto em uma data futura é log-normal e, por consequência, a distribuição probabilística dos retornos calculados de forma contínua e composta entre duas datas é normal.

b) *dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco*

O modelo de precificação Binomial utilizado no plano de opções simples leva em consideração na precificação as premissas de preço do ativo-objeto, preço de exercício, volatilidade, taxa de retorno de dividendos, taxa livre de risco, prazo de carência e prazo de vida da opção.

O modelo de precificação Black & Scholes utilizado no plano de opções de sócios considera as premissas de preço do ativo-objeto, taxa de retorno de dividendos, prazo de carência e prazo de vida da opção.

Seguem a descrição das premissas utilizadas:

- **Preço do Ativo-objeto:** o preço das ações do Itaú Unibanco Holding (ITUB4) utilizado para o cálculo é o preço de fechamento da BMF&BOVESPA, na data base do cálculo;
- **Preço de Exercício:** como preço de exercício da opção, utiliza-se o preço de exercício previamente definido na emissão da opção, atualizado pela variação do IGP-M ou IPCA, conforme a série;
- **Volatilidade esperada:** calculada a partir do desvio-padrão sobre histórico dos últimos 84 retornos mensais dos preços de fechamento da ação ITUB4, divulgada pela Bovespa, ajustados pela variação do IGP-M;
- **Taxa de Dividendos:** é a média anual da taxa de retorno dos últimos 3 (três) exercícios de Dividendos Pagos, acrescidos dos Juros sobre Capital Próprio da ação ITUB4;
- **Taxa de Juros Livre de Risco:** a taxa livre de risco utilizada é o cupom de IGP-M ou IPCA, conforme a série, na data de vencimento do plano da opção;
- **Prazo de vida da opção:** o prazo de vida da opção é estabelecido na ocasião de sua emissão; e
- **Prazo de carência da opção:** o prazo de carência da opção é estabelecido na ocasião de sua emissão.

As premissas econômicas utilizadas são:

O emissor reconhece na data da outorga o valor justo das opções utilizando o modelo binomial para as opções simples e Black & Scholes para as de sócios.

c) *Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado*

O plano de opções de ações do emissor prevê um período de carência para cada série outorgada de 1 (um) a 7 (sete) anos, do momento de emissão da opção até o final do período de carência, não podendo ocorrer nesse intervalo o exercício das opções. O período de carência é definido quando da emissão das séries de opções. A partir do final do período de carência, a opção pode ser exercida a qualquer momento até o final do contrato. A precificação das opções realizada através da árvore binomial leva em conta o período de carência do exercício das mesmas.

d) *Forma de determinação da volatilidade esperada*

Volatilidade esperada: calculada a partir do desvio-padrão sobre histórico dos últimos 84 retornos mensais dos preços de fechamento da ação ITUB4, ajustados pelo IGP-M ou IPCA, conforme a série.

e) *Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo*

A série histórica é ajustada por desdobramentos, bonificações e grupamentos.

13.10. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

a órgão	Conselho de Administração		Diretoria Estatutária	
	1	1	9	3
b número de membros				
c nome do plano	ITAUBANCO CD (2)	Futuro Inteligente	ITAUBANCO CD (2)	Futuro Inteligente
d quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	-	1	5	-
e condições para se aposentar antecipadamente	50 anos de idade	50 anos de idade	50 anos de idade	50 anos de idade
f valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 893.962	R\$ 800.289	R\$ 18.472.476	R\$ 1.144.128
g valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 36.277	R\$ 88.688	R\$ 536.912	R\$ 275.262
h se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	Não	Não	Não	Não

Notas:

1. O número de membros de cada órgão (letra "b") corresponde ao número de administradores participantes ativos dos planos de previdência.

2. Plano de previdência complementar do tipo Contribuição Definida foi implantado em 2010 para absorver os participantes do Plano de Aposentadoria Complementar (PAC), de Benefício Definido, através da adesão de cada participante. No processo de cisão do plano, o saldo de conta de cada participante foi individualizado.

13.11. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao Conselho de Administração, à diretoria estatutária e ao Conselho Fiscal:

Em 02.03.2010, o Instituto Brasileiro dos Executivos de Finanças – IBEF Rio de Janeiro propôs, em nome dos executivos e afiliados, ação ordinária, com pedido de tutela antecipada, na qual se questiona a legalidade do presente item. Isso porque a divulgação em questão trouxe grande desconforto aos executivos, que entendem que a divulgação solicitada agrediria suas garantias individuais. O pedido de liminar formulado pelo IBEF foi deferido.

A 8ª Turma Especializada do TRF da 2ª Região deu provimento ao agravo de instrumento interposto pela CVM contra a decisão que deferiu a liminar. Foram opostos embargos de declaração à decisão que deu provimento ao agravo, embargos esses foram conhecidos, mas desprovidos.

Tendo sido, portanto, prequestionada a matéria, foi interposto recurso especial com pedido de suspensão dos efeitos do aresto proferido pelo TRF da 2ª Região, pedido esse que foi indeferido. Ajuizou-se, então, ao STJ, medida cautelar, com pedido de liminar, no mesmo sentido, a qual foi deferida por referida Corte.

Na pendência de julgamento do recurso especial, o emissor reitera seu respeito ao direito legítimo de acesso ao Judiciário de seus executivos, principalmente em relação a um tema tão delicado para eles. A apresentação das informações solicitadas no item 13.11 do Formulário de Referência representaria a imediata extinção do interesse prático dos executivos, consolidando o prejuízo indicado na ação, cujo tema ainda não foi discutido.

Diante do conceito de que o recurso interposto pelo IBEF é dotado de efeito suspensivo e que o oferecimento, neste momento, das informações solicitadas no item 13.11 representaria um cerceamento ao direito dos executivos de acesso à justiça, o emissor aguardará até que haja exigibilidade da divulgação em questão.

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

O emissor não possui arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão, reconhecida no resultado do emissor, referente a membros do Conselho de Administração, da diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Exercício de 2009			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Partes relacionadas	58%	34%	0%

Exercício de 2010			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Partes relacionadas	59%	41%	0%

Exercício de 2011			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Partes relacionadas	66%	49%	0%

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do Conselho de Administração, da diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Não há.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Exercício de 2009					R\$
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total	
Remuneração suportada por subsidiárias	1.237.442	121.822.024	-	123.059.465	
a remuneração fixa (inclui benefícios)	472.838	13.372.688	-	13.845.526	
b remuneração variável	-	76.423.685	-	76.423.685	
c benefício motivado por cessação do exercício do cargo	-	559.670	-	559.670	
d remuneração em ações	764.603	31.465.981	-	32.230.584	

Nota:

1. As principais controladas que suportaram a remuneração foram o Itaú Unibanco S.A., o Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A. e o Banco Itaú BBA S.A. Todas estas são empresas cujas ações são 100% detidas pelo emissor.

2. O valor da remuneração baseada em ações, mencionado no item "d", corresponde ao valor das opções de compra de ações outorgadas aos executivos. Vale ressaltar que, nos termos da jurisprudência vigente no Brasil, o emissor entende que tal outorga não possui caráter remuneratório.

Exercício de 2010					R\$
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total	
Remuneração suportada por subsidiárias	-	115.325.991	-	115.325.991	
a remuneração fixa (inclui benefícios)	-	11.827.854	-	11.827.854	
b remuneração variável	-	77.237.537	-	77.237.537	
c benefício motivado por cessação do exercício do cargo	-	1.602.660	-	1.602.660	
d remuneração em ações	-	24.657.940	-	24.657.940	

Nota:

1. As principais controladas que suportaram a remuneração foram o Itaú Unibanco S.A. e o Banco Itaú BBA S.A. Todas estas são empresas cujas ações são 100% detidas pelo emissor.

2. O valor da remuneração baseada em ações, mencionado no item "d", corresponde ao valor das opções de compra de ações outorgadas aos executivos. Vale ressaltar que, nos termos da jurisprudência vigente no Brasil, o emissor entende que tal outorga não possui caráter remuneratório.

Exercício de 2011				R\$
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Remuneração suportada por subsidiárias	-	102.556.262	-	102.556.262
a remuneração fixa (inclui benefícios)	-	9.941.550	-	9.941.550
b remuneração variável	-	62.595.728	-	62.595.728
c benefício motivado por cessação do	-	-	-	-
d remuneração em ações	-	30.018.983	-	30.018.983

Nota:

1. As principais controladas que suportaram a remuneração foram o Itaú Unibanco SA e o Banco Itaú BBA S.A. Todas estas são empresas cujas ações são 100% detidas pelo emissor.

2. O valor da remuneração baseada em ações, mencionado no item "d", corresponde ao valor das opções de compra de ações outorgadas aos executivos. Vale ressaltar que, nos termos da jurisprudência vigente no Brasil, o emissor entende que tal outorga não possui caráter remuneratório.

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

O emissor possui participação relevante em outras companhias abertas. As informações sobre eventuais planos de remuneração baseadas em ações, instituídas por referidas empresas, podem ser encontradas em seus respectivos formulários de referência.

Ademais, conforme divulgado em nossas Demonstrações Contábeis publicadas em 07.02.2012, os honorários atribuídos no exercício de 2011 ao pessoal chave da administração foram compostos conforme segue:

Remuneração do Pessoal-Chave da Administração

	Em milhares de R\$	
	31/12/2011	31/12/2010
Remuneração	270.993	294.207
Conselho de Administração	4.798	3.399
Administradores	266.195	290.808
Participação no Lucro	191.923	261.282
Conselho de Administração	1.000	2.500
Administradores	190.923	258.782
Contribuição aos Planos de Aposentadoria	5.018	8.092
Conselho de Administração	163	589
Administradores	4.855	7.503
Plano de Pagamento em Ações - Administradores	149.629	128.239
Total	617.563	691.820

Nota:

1. O Plano de Pagamento em Ações, corresponde ao valor das opções de compra de ações outorgadas aos executivos. Vale ressaltar que, nos termos da jurisprudência vigente no Brasil, o emissor entende que tal outorga não possui caráter remuneratório.

2. Importante ressaltar que, de acordo com a Resolução CMN nº 3.750, que adota o Pronunciamento Técnico CPC 05 – Divulgação de Partes Relacionadas, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 30 de outubro de 2008, é considerado pessoal-chave da administração as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro) dessa entidade. O valor divulgado em nossas Demonstrações Contábeis refere-se à remuneração dos diretores e conselheiros do emissor, de suas subsidiárias e afiliadas.

ANEXO VI**RELATÓRIO DE ORIGEM E JUSTIFICATIVA DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA, NOS TERMOS DO ARTIGO 11 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/09**

Nos termos do artigo 11, inciso II, da Instrução CVM nº 481/09, o presente relatório detalha a origem e a justificativa e analisa os efeitos jurídicos e econômicos da proposta de alteração da redação dos artigos 5º (5.1) e 6º (*caput* e 6.6, renumerado para 6.7), e de inserção do item 6.1 e dos novos artigos 8º e 17, com as conseqüentes adaptações numéricas do Estatuto da Companhia, elaboradas pela Diretoria e aprovadas pelo seu Conselho de Administração em reunião realizada em 29 de março de 2012 ("Proposta de Alteração Estatutária"), e que será objeto de deliberação pelos acionistas em Assembleia da Companhia convocada para o próximo dia 20 de abril de 2012.

(I) ADEQUAÇÃO ÀS NOVAS REGRAS DO REGULAMENTO DO SEGMENTO DE LISTAGEM NÍVEL 1 DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DA BM&FBOVESPA.

Em 10 de maio de 2011, entrou em vigor o novo Regulamento do Segmento de Listagem Nível 1 de Governança Corporativa da BM&BOVESPA ("Regulamento Nível 1"), sendo que se estabeleceu que o Estatuto Social das companhias deveriam ser adaptados para a inclusão de cláusulas mínimas que dispõem sobre: (a) a investidura dos cargos de Conselheiros e Diretores condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos administradores, nos termos do disposto no Regulamento Nível 1; (b) a não cumulatividade dos cargos de presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou do principal executivo da Companhia pela mesma pessoa; e (c) a referência à admissão da Companhia ao Regulamento Nível 1, passando a sujeitar a Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do referido regulamento. Nesse sentido, propõe-se a inclusão/modificação dos itens 5.1 e 6.1 e do artigo 17 do Estatuto da Companhia. Vale ressaltar que as regras a serem incluídas no Estatuto Social já eram seguidas pela Companhia, passando apenas a serem refletidas no Estatuto Social e não possuem efeitos econômicos para a Companhia.

(II) ADAPTAÇÃO À LEI 6.404/76 PARA ADEQUAR A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.

A proposta para essa adequação tem como base a alteração da Lei 6.404/76 que dispõe sobre as Sociedades por Ações, a qual foi alterada pela Lei 12.431/2011, que afastou a necessidade de que o membro eleito para o Conselho de Administração seja acionista da Companhia. Portanto, passou-se a permitir a composição no Conselho de Administração por acionistas ou não, sendo que propõe-se que o *caput* do artigo 6º do Estatuto Social seja alterado para refletir a modificação da Lei 6.404/76. Tal regra também não possui efeito econômico para a Companhia.

(III) CRIAÇÃO DE COMITÊ DE REMUNERAÇÃO, CONFORME DETERMINAÇÃO DO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL (RESOLUÇÃO Nº 3.921/2010).

A Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.921/2010, em seu artigo 11, dispõe sobre a política de remuneração dos administradores das Instituições Financeiras e determina às instituições financeiras a constituição de comitê estatutário, denominado Comitê de Remuneração, na primeira Assembleia Geral a ser realizada após 1º de janeiro de 2012. Diante desta determinação, propõe-se a inclusão de novo artigo 8º no Estatuto da Companhia, de modo a instituir comitê estatutário de remuneração e dispor sobre suas atribuições, o número de integrantes, os critérios de nomeação, de destituição e a forma de remuneração, além do tempo de mandato. Ademais, propõe a adequação da redação do atual item 6.6 renumerado para o item 6.7, que dispõe sobre as competências do Conselho de Administração, já que é de sua responsabilidade eleger e destituir os membros do Comitê de Remuneração, aprovar as regras operacionais que este Comitê vier a estabelecer para o seu funcionamento, além de supervisionar suas atividades, conforme determina referida resolução. Tal regra da mesma forma não possui efeito econômico para a Companhia.

(IV) ESTATUTO SOCIAL DESTACANDO AS ALTERAÇÕES PROPOSTAS NOS ITENS (I) A (III) ACIMA

Redação Atual	Redação Proposta
Art. 1º - DENOMINAÇÃO, PRAZO E SEDE - A sociedade anônima aberta regida por este estatuto, sob a denominação de ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A., tem prazo indeterminado de duração e sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.	Inalterado.
Art. 2º - OBJETO - A sociedade tem por objeto a atividade bancária em todas as modalidades autorizadas, inclusive a de operações de câmbio.	Inalterado.
Art. 3º - CAPITAL E AÇÕES - O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 45.000.000.000,00 (quarenta e cinco bilhões de reais), representado por 4.570.936.100 (quatro bilhões, quinhentos e setenta milhões, novecentas e trinta e seis mil e cem) ações escriturais, sem valor nominal, sendo 2.289.286.400 (dois bilhões, duzentos e oitenta e nove milhões,	Inalterado.

duzentas e oitenta e seis mil e quatrocentas) ordinárias e 2.281.649.700 (dois bilhões, duzentos e oitenta e um milhões, seiscentas e quarenta e nove mil e setecentas) preferenciais, estas sem direito a voto, mas com as seguintes vantagens: I - prioridade no recebimento de dividendo mínimo anual de R\$ 0,022 por ação, não cumulativo, que será ajustado em caso de desdobramento ou grupamento; II - direito de, em eventual alienação de controle, serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, de modo a lhes assegurar o preço igual a 80% (oitenta por cento) do valor pago por ação com direito a voto, integrante do bloco de controle, assegurado o dividendo pelo menos igual ao das ações ordinárias.	
3.1. Capital Autorizado - A sociedade está autorizada a aumentar o capital social, por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 6.000.000.000 (seis bilhões) de ações, sendo 3.000.000.000 (três bilhões) de ações ordinárias e 3.000.000.000 (três bilhões) de ações preferenciais. As emissões para venda em Bolsas de Valores, subscrição pública e permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle, poderão ser efetuadas sem a observância do direito de preferência dos antigos acionistas (artigo 172 da Lei nº 6.404/76).	Inalterado.
3.2. Opção de Compra de Ações - Dentro do limite do capital autorizado e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, poderão ser outorgadas opções de compra de ações a administradores e empregados da própria sociedade e de sociedades controladas.	Inalterado.
3.3. Ações Escriturais - Sem qualquer alteração nos direitos e restrições que lhes são inerentes, nos termos deste artigo, todas as ações da sociedade serão escriturais, permanecendo em contas de depósito na Itaú Corretora de Valores S.A., em nome de seus titulares, sem emissão de certificados, nos termos dos artigos 34 e 35 da Lei nº 6.404/76, podendo ser cobrada dos acionistas a remuneração de que trata o § 3º do artigo 35 da já mencionada lei.	Inalterado.
3.4. Aquisição das Próprias Ações - A sociedade poderá adquirir as próprias ações, mediante autorização do Conselho de Administração, a fim de cancelá-las, mantê-las em tesouraria para posterior alienação ou utilizá-las no âmbito do plano de opções de compra de ações de que trata o item 3.2 supra.	Inalterado.
3.5. Aquisição do Direito de Voto pelas Ações Preferenciais - As ações preferenciais adquirirão o exercício do direito de voto, nos termos do artigo 111, § 1º, da Lei nº 6.404/76, se a sociedade deixar de pagar o dividendo prioritário por três exercícios consecutivos.	Inalterado.
Art. 4º - ASSEMBLEIA GERAL - A Assembleia Geral reunir-se-á ordinariamente nos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social, para os fins previstos em lei, e extraordinariamente sempre que os interesses sociais o exigirem.	Inalterado.
4.1. - Os trabalhos de qualquer Assembleia Geral serão presididos por um administrador indicado pela Assembleia e secretariado por um acionista por ele designado.	Inalterado.
4.2. - A cada ação ordinária compete um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.	Inalterado.
4.3. - São de competência privativa da Assembleia Geral: a) deliberação sobre as demonstrações contábeis e sobre a distribuição e aplicação dos lucros; b) deliberação sobre o relatório da administração e as	Inalterado.

<p>contas da Diretoria;</p> <p>c) fixação da remuneração global e anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, especificando a parcela referente a cada um desses órgãos;</p> <p>d) nomeação, eleição e destituição dos membros do Conselho de Administração;</p> <p>e) aprovação de alterações do capital, ressalvada a competência atribuída ao Conselho de Administração pelo item 3.1 acima, de fusão, incorporação, cisão ou de quaisquer outras formas de reorganização societária envolvendo a sociedade;</p> <p>f) deliberação sobre a retenção de lucros ou a constituição de reservas; e</p> <p>g) deliberação sobre planos de outorga de opções de compra de ações de emissão da sociedade ou de suas controladas.</p>	
<p>Art. 5º - ADMINISTRAÇÃO - A sociedade será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria. O Conselho de Administração terá, na forma prevista em lei e neste estatuto, atribuições orientadoras, eletivas e fiscalizadoras, as quais não abrangem funções operacionais ou executivas, que serão de competência da Diretoria.</p>	<p>Inalterado.</p>
<p>5.1. Investidura Os Conselheiros e Diretores serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termos de posse no livro de atas do Conselho de Administração ou da Diretoria, conforme o caso.</p>	<p>5.1. Investidura - Os Conselheiros e Diretores serão investidos em seus cargos mediante assinatura de termos de posse no livro de atas do Conselho de Administração ou da Diretoria, conforme o caso, condicionada à prévia subscrição do Termo de Anuência dos administradores, nos termos do disposto no Regulamento do Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”).</p>
<p>5.2. Proventos dos Administradores Os administradores perceberão remuneração e participação nos lucros, observados os limites legais. Para o pagamento da remuneração a Assembleia Geral fixará verba global e anual, ainda que sob forma indexada, especificando as parcelas referentes ao Conselho de Administração e à Diretoria. Competirá ao Conselho de Administração regulamentar a utilização da verba remuneratória e o rateio da participação para os membros desse Conselho e da Diretoria.</p>	<p>Inalterado.</p>
<p>Art. 6º - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - O Conselho de Administração será composto por acionistas, eleitos pela Assembleia Geral, e terá 1 (um) Presidente e de 1 (um) a 3 (três) Vice-Presidentes escolhidos pelos conselheiros entre os seus pares.</p>	<p>Art. 6º - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO - O Conselho de Administração será composto por pessoas naturais, eleitas pela Assembleia Geral, e terá 1 (um) Presidente e de 1 (um) a 3 (três) Vice-Presidentes escolhidos pelos conselheiros entre os seus pares.</p>
	<p>6.1. Os cargos de presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da sociedade não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.</p>
<p>6.1. O Conselho de Administração terá no mínimo 10 (dez) e no máximo 14 (catorze) membros. Dentro desses limites, caberá à Assembleia Geral que processar a eleição do Conselho de Administração fixar preliminarmente o número de conselheiros que comporão esse colegiado durante cada mandato.</p>	<p>Renumerado.</p>
<p>6.2. O Presidente, em caso de vaga, ausência ou impedimento, será substituído por um dos Vice-Presidentes, designado pelo Conselho de Administração.</p>	<p>Renumerado.</p>
<p>6.3. O mandato dos membros do Conselho de Administração é de 1 (um) ano, a contar da data da Assembleia que os eleger, prorrogando-se até a posse de seus substitutos.</p>	<p>Renumerado.</p>
<p>6.4. Não poderá ser eleito conselheiro quem já tiver completado 70 (setenta) anos na data da eleição.</p>	<p>Renumerado.</p>

<p>6.5. O Conselho de Administração, convocado pelo Presidente, reunir-se-á, ordinariamente, 8 (oito) vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim exigirem, deliberando validamente com a presença, no mínimo, da maioria absoluta de seus membros em exercício.</p>	<p>Renumerado.</p>
<p>6.6. Compete ao Conselho de Administração:</p> <p>I. fixar a orientação geral dos negócios da sociedade;</p> <p>II. eleger e destituir os diretores da sociedade e fixar-lhes as atribuições;</p> <p>III. indicar diretores para compor as Diretorias das sociedades controladas que especificar;</p> <p>IV. fiscalizar a gestão dos diretores da sociedade, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da sociedade, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;</p> <p>V. convocar a Assembleia Geral, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias à data de sua realização, contado esse prazo a partir da publicação da primeira convocação;</p> <p>VI. manifestar-se sobre o relatório da administração, as contas da Diretoria e as demonstrações contábeis de cada exercício a serem submetidas à Assembleia Geral;</p> <p>VII. deliberar sobre orçamentos de resultados e de investimentos e respectivos planos de ação;</p> <p>VIII. designar e destituir os auditores independentes, sem prejuízo do disposto no artigo 7º;</p> <p>IX. deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários, inclusive à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral;</p> <p>X. deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio;</p> <p>XI. deliberar sobre a aquisição das próprias ações, em caráter não permanente;</p> <p>XII. deliberar sobre aquisição e lançamento de opções de venda e compra, referenciadas em ações de própria emissão, para fins de cancelamento, permanência em tesouraria ou alienação, observado o limite estabelecido no artigo 2º, II, da Instrução CVM nº 390, de 8.7.2003, e modificações posteriores;</p> <p>XIII. deliberar sobre a instituição de comitês para tratar de assuntos específicos no âmbito do Conselho de Administração;</p> <p>XIV. eleger e destituir os membros do Comitê de Auditoria;</p> <p>XV. aprovar as regras operacionais que o Comitê de Auditoria vier a estabelecer para o seu próprio funcionamento e tomar ciência das atividades do Comitê através de seus relatórios;</p> <p>XVI. aprovar investimentos e desinvestimentos diretos ou indiretos em participações societárias de valor superior a 15% (quinze por cento) do valor patrimonial da sociedade apurado no último balanço patrimonial auditado; e</p> <p>XVII. deliberar sobre aumento de capital no limite do capital autorizado, observando-se as disposições do item 3.1.</p>	<p>6.7. Compete ao Conselho de Administração:</p> <p>I. fixar a orientação geral dos negócios da sociedade;</p> <p>II. eleger e destituir os diretores da sociedade e fixar-lhes as atribuições;</p> <p>III. indicar diretores para compor as Diretorias das sociedades controladas que especificar;</p> <p>IV. fiscalizar a gestão dos diretores da sociedade, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da sociedade, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos;</p> <p>V. convocar a Assembleia Geral, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias à data de sua realização, contado esse prazo a partir da publicação da primeira convocação;</p> <p>VI. manifestar-se sobre o relatório da administração, as contas da Diretoria e as demonstrações contábeis de cada exercício a serem submetidas à Assembleia Geral;</p> <p>VII. deliberar sobre orçamentos de resultados e de investimentos e respectivos planos de ação;</p> <p>VIII. designar e destituir os auditores independentes, sem prejuízo do disposto no artigo 7º;</p> <p>IX. deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários, inclusive à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral;</p> <p>X. deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio;</p> <p>XI. deliberar sobre a aquisição das próprias ações, em caráter não permanente;</p> <p>XII. deliberar sobre aquisição e lançamento de opções de venda e compra, referenciadas em ações de própria emissão, para fins de cancelamento, permanência em tesouraria ou alienação, observado o limite estabelecido no artigo 2º, II, da Instrução CVM nº 390, de 8.7.2003, e modificações posteriores;</p> <p>XIII. deliberar sobre a instituição de comitês para tratar de assuntos específicos no âmbito do Conselho de Administração;</p> <p>XIV. eleger e destituir os membros do Comitê de Auditoria e do Comitê de Remuneração;</p> <p>XV. aprovar as regras operacionais que os Comitês de Auditoria e de Remuneração vierem a estabelecer para os seus próprios funcionamentos e tomar ciência das atividades dos Comitês através de seus relatórios;</p> <p>XVI. aprovar investimentos e desinvestimentos diretos ou indiretos em participações societárias de valor superior a 15% (quinze por cento) do valor patrimonial da sociedade apurado no último balanço patrimonial auditado; e</p> <p>XVII. deliberar sobre aumento de capital no limite do capital autorizado, observando-se as disposições do item 3.1.</p>
<p>Art. 7º - COMITÊ DE AUDITORIA - A supervisão (i) dos processos de controles internos e de administração de riscos; (ii) das atividades da auditoria interna; e (iii) das atividades das empresas</p>	<p>Inalterado.</p>

de auditoria independente será exercida pelo Comitê de Auditoria, a quem caberá, também, recomendar ao Conselho de Administração a escolha e a destituição dos auditores independentes.	
7.1. O Comitê de Auditoria será constituído de 3 (três) a 7 (sete) membros, eleitos anualmente pelo Conselho de Administração entre os membros desse próprio Conselho e profissionais de reconhecida competência e notável saber, observado que: (i) a presidência será exercida por um dos membros do Conselho de Administração; (ii) um dos membros desse Comitê, no mínimo, será designado Especialista Financeiro e deverá possuir comprovado conhecimento nas áreas de contabilidade e auditoria.	Inalterado.
7.1.1. São condições básicas para o exercício de cargo no Comitê de Auditoria: a) não ser, ou ter sido, nos últimos (12) doze meses: (i) diretor da sociedade ou de suas ligadas; (ii) funcionário da sociedade ou de suas ligadas; (iii) responsável técnico, diretor, gerente, supervisor ou qualquer outro integrante, com função de gerência, da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria na sociedade ou nas suas ligadas; (iv) membro do Conselho Fiscal da sociedade ou de suas ligadas; (v) controlador da sociedade ou de suas ligadas; ou (vi) pessoa física detentora de participação direta ou indireta superior a dez por cento do capital social votante da sociedade ou de suas ligadas; b) não ser cônjuge, ou parente em linha reta, em linha colateral ou por afinidade, até o segundo grau, das pessoas referidas na alínea "a".	Inalterado.
7.1.2. O Conselho de Administração terminará o mandato de qualquer integrante do Comitê de Auditoria se a sua independência tiver sido afetada por qualquer circunstância de conflito ou potencialmente conflituosa.	Inalterado.
7.1.3. Os membros do Comitê de Auditoria poderão ser reconduzidos ao cargo por quatro vezes consecutivas durante o período de cinco anos e somente poderão voltar a integrá-lo após decorridos, no mínimo, três anos do término da última recondução permitida.	Inalterado.
7.2. O Comitê de Auditoria reunir-se-á por convocação do Presidente e deverá zelar: I) pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis; II) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares vigentes; III) pela atuação, independência e qualidade do trabalho das empresas de auditoria independente e da auditoria interna; e IV) pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.	Inalterado.
7.3. O Conselho de Administração definirá a verba destinada à remuneração dos membros do Comitê de Auditoria, observados os parâmetros de mercado, bem como o orçamento destinado a cobrir as despesas para o seu funcionamento, incluindo a contratação de especialistas para auxílio no cumprimento de suas atribuições.	Inalterado.
7.3.1. O membro do Comitê de Auditoria não receberá nenhum outro tipo de remuneração da sociedade ou de suas ligadas que não seja aquela relativa à sua função de integrante do Comitê de Auditoria, exceto naqueles casos em que o membro do Comitê de Auditoria seja também membro do Conselho de Administração e opte por receber sua remuneração pelas funções desempenhadas neste órgão.	Inalterado.
7.4. O Comitê de Auditoria deverá elaborar, ao final de cada exercício social, relatório sobre o	Inalterado.

acompanhamento das atividades relacionadas com as auditorias independente e interna e com o Sistema de Controles Internos e de Administração de Riscos, encaminhando cópia ao Conselho de Administração e mantendo-o à disposição do Banco Central do Brasil e da Superintendência de Seguros Privados, pelo prazo mínimo de cinco anos. Nos mesmos termos, será elaborado relatório semestral, ao final do primeiro semestre de cada exercício social.	
7.4.1. O resumo do relatório do Comitê de Auditoria, evidenciando as principais informações, será publicado em conjunto com as demonstrações contábeis.	Inalterado.
	<p>Art. 8º - COMITÊ DE REMUNERAÇÃO – O cumprimento das atribuições e responsabilidades relacionadas à política de remuneração dos administradores da sociedade competirá ao Comitê de Remuneração o qual se reportará diretamente ao Conselho de Administração.</p> <p>8.1 O Comitê de Remuneração será constituído de 3 (três) a 10 (dez) membros, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo um dos membros indicado para o cargo de Presidente.</p> <p>8.1.1. O Comitê de Remuneração deverá ter, em sua composição (i) profissionais com as qualificações e a experiência necessárias ao exercício de julgamento competente e independente sobre a política de remuneração da Companhia, inclusive sobre as repercussões na gestão de riscos, e (ii) pelo menos um membro não administrador.</p> <p>8.1.2. O mandato dos membros do Comitê de Remuneração será de 1 (um) ano, a contar da data da Reunião do Conselho de Administração que os eleger, prorrogando-se até a posse de seus substitutos.</p> <p>8.1.3 Os membros do Comitê de Remuneração poderão ser reconduzidos ao cargo, sendo vedada contudo a permanência de membro no Comitê de Remuneração por prazo superior a 10 (dez) anos. Cumprido tal prazo, o membro somente poderá integrar novamente o Comitê após decorridos, no mínimo, 3 (três) anos.</p> <p>8.2 Compete ao Comitê de Remuneração:</p> <p>I. elaborar a política de remuneração de administradores da sociedade, propondo ao Conselho de Administração as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento e desligamento;</p> <p>II. supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração de administradores da sociedade;</p> <p>III. revisar anualmente a política de remuneração de administradores da sociedade, recomendando ao Conselho de Administração a sua correção ou aprimoramento;</p> <p>IV. propor ao Conselho de Administração o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à Assembleia Geral;</p> <p>V. avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores;</p> <p>VI. analisar a política de remuneração de administradores da sociedade em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; e</p> <p>VII. zelar para que a política de remuneração de administradores esteja permanentemente compatível</p>

	<p>com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da sociedade e com o disposto na Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 3.921/2010.</p> <p>8.3. O Conselho de Administração poderá atribuir ao Comitê de Remuneração competências adicionais às previstas neste Estatuto Social.</p> <p>8.4. O Conselho de Administração definirá a verba destinada à remuneração dos membros do Comitê de Remuneração, observados os parâmetros de mercado, bem como o orçamento destinado a cobrir as despesas para o seu funcionamento.</p> <p>8.5. O Comitê de Remuneração deverá elaborar, ao final de cada exercício social, relatório das atividades exercidas no âmbito de suas atribuições, encaminhando cópia ao Conselho de Administração e mantendo-o à disposição do Banco Central do Brasil, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos.</p>
Art. 8º - DIRETORIA - A administração e a representação da sociedade competirão à Diretoria, eleita pelo Conselho de Administração no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da Assembleia Geral que eleger esse Conselho.	Renumerado.
8.1. A Diretoria terá de 5 (cinco) a 20 (vinte) membros, compreendendo os cargos de Diretor Presidente, Diretores Vice-Presidentes, Diretores Executivos e Diretores, na conformidade do que for estabelecido pelo Conselho de Administração ao prover esses cargos.	Renumerado.
8.2. Em caso de ausência ou impedimento de qualquer diretor, a Diretoria escolherá o substituto interino dentre seus membros. O Diretor Presidente será substituído, em suas ausências ou impedimentos, pelo Diretor Vice-Presidente por ele indicado.	Renumerado.
8.3. Vagando qualquer cargo, o Conselho de Administração poderá designar um Diretor substituto para completar o mandato do substituído.	Renumerado.
8.4. Os Diretores exercerão seus mandatos pelo prazo de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos, e permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos.	Renumerado.
8.5. Não poderá ser eleito diretor quem já tiver completado 60 (sessenta) anos de idade na data da eleição.	Renumerado.
Art. 9º - ATRIBUIÇÕES E PODERES DOS DIRETORES - Dois diretores, sendo um deles necessariamente Diretor Presidente ou Diretor Vice-Presidente ou Diretor Executivo, terão poderes para representar a sociedade, assumindo obrigações ou exercendo direitos em qualquer ato, contrato ou documento que acarrete responsabilidade para a sociedade, inclusive prestando garantias a obrigações de terceiros.	Renumerado.
9.1. Dois diretores, sendo um deles necessariamente Diretor Presidente ou Diretor Vice-Presidente ou Diretor Executivo, terão poderes para transigir e renunciar direitos, podendo ainda, sem prejuízo do disposto no inciso XVI do item 6.6, onerar e alienar bens do ativo permanente e decidir sobre a instalação, extinção e remanejamento de dependências.	10.1. Dois diretores, sendo um deles necessariamente Diretor Presidente ou Diretor Vice-Presidente ou Diretor Executivo, terão poderes para transigir e renunciar direitos, podendo ainda, sem prejuízo do disposto no inciso XVI do item 6.7, onerar e alienar bens do ativo permanente e decidir sobre a instalação, extinção e remanejamento de dependências.
9.2. A representação da sociedade poderá ser feita, conjuntamente, (i) por um diretor e um procurador, ou (ii) por dois procuradores. Fora da sede social, a representação poderá ser feita isoladamente por um procurador, com poderes específicos. Na constituição de procuradores, a sociedade será representada por dois diretores, sendo um deles necessariamente Diretor Presidente ou Diretor Vice-Presidente ou	Renumerado.

Diretor Executivo. Os mandatos, exceto os judiciais, terão obrigatoriamente prazo de validade não superior a um ano.	
9.3. Compete ao Diretor Presidente presidir as Assembleias Gerais, convocar e presidir as reuniões da Diretoria, supervisionar a atuação desta, estruturar os serviços da sociedade e estabelecer as normas internas e operacionais.	Renumerado.
9.4. Aos Diretores Vice-Presidentes e Diretores Executivos compete a administração das operações bancárias.	Renumerado.
9.5. Aos Diretores compete a gestão das áreas ou carteiras específicas da sociedade que lhes forem atribuídas pela Diretoria.	Renumerado.
Art. 10 - CONSELHO FISCAL - A sociedade terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes. A eleição, instalação e funcionamento do Conselho Fiscal atenderá aos preceitos dos artigos 161 a 165 da Lei nº 6.404/76.	Renumerado.
Art. 11 - EXERCÍCIO SOCIAL - O exercício social se encerrará em 31 de dezembro de cada ano. Serão levantados balanços semestrais e, facultativamente, balanços intermediários em qualquer data, inclusive para pagamento de dividendos, observadas as prescrições legais.	Renumerado.
Art. 12 - DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO - Juntamente com as demonstrações contábeis, o Conselho de Administração apresentará à Assembleia Geral Ordinária proposta sobre a destinação do lucro líquido do exercício, observados os preceitos dos artigos 186 e 191 a 199 da Lei nº 6.404/76 e as disposições seguintes:	Renumerado.
12.1. antes de qualquer outra destinação, serão aplicados 5% (cinco por cento) na constituição da Reserva Legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social;	Renumerado.
12.2. será especificada a importância destinada a dividendos aos acionistas, atendendo ao disposto no artigo 13 e às seguintes normas: a) às ações preferenciais será atribuído o dividendo prioritário mínimo anual (artigo 3º, inciso I); b) a importância do dividendo obrigatório que remanescer após o dividendo de que trata a alínea anterior será aplicada, em primeiro lugar, no pagamento às ações ordinárias de dividendo igual ao prioritário das ações preferenciais; c) as ações de ambas as espécies participarão dos lucros distribuídos em igualdade de condições depois de assegurado às ordinárias dividendo igual ao mínimo das preferenciais.	13.2. será especificada a importância destinada a dividendos aos acionistas, atendendo ao disposto no artigo 14 e às seguintes normas: a) às ações preferenciais será atribuído o dividendo prioritário mínimo anual (artigo 3º, inciso I); b) a importância do dividendo obrigatório que remanescer após o dividendo de que trata a alínea anterior será aplicada, em primeiro lugar, no pagamento às ações ordinárias de dividendo igual ao prioritário das ações preferenciais; c) as ações de ambas as espécies participarão dos lucros distribuídos em igualdade de condições depois de assegurado às ordinárias dividendo igual ao mínimo das preferenciais.
12.3. o saldo terá o destino que for proposto pelo Conselho de Administração, inclusive para a formação das reservas de que trata o artigo 14, "ad referendum" da Assembleia Geral.	13.3. o saldo terá o destino que for proposto pelo Conselho de Administração, inclusive para a formação das reservas de que trata o artigo 15, "ad referendum" da Assembleia Geral.
Art. 13 - DIVIDENDO OBRIGATÓRIO - Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado no mesmo exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nas letras "a" e "b" do inciso I do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 e observados os incisos II e III do mesmo dispositivo legal.	Renumerado.
13.1. A parte do dividendo obrigatório que tiver sido paga antecipadamente mediante dividendos intermediários à conta da "Reserva para Equalização de Dividendos" será creditada à mesma reserva.	Renumerado.
13.2. Por deliberação do Conselho de Administração	Renumerado.

<p>poderão ser pagos juros sobre o capital próprio, imputando-se o valor dos juros pagos ou creditados ao valor do dividendo obrigatório, com base no artigo 9º, § 7º, da Lei nº 9.249/95.</p>	
<p>Art. 14 - RESERVAS ESTATUTÁRIAS - Por proposta do Conselho de Administração, a Assembleia Geral poderá deliberar a formação das seguintes reservas: I - Reserva para Equalização de Dividendos; II - Reserva para Reforço do Capital de Giro; III - Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas.</p>	<p>Renumerado.</p>
<p>14.1. A Reserva para Equalização de Dividendos será limitada a 40% do valor do capital social e terá por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio (item 13.2), ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, sendo formada com recursos:</p> <p>a) equivalentes a até 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76;</p> <p>b) equivalentes a até 100% da parcela realizada de Reservas de Reavaliação, lançada a lucros acumulados;</p> <p>c) equivalentes a até 100% do montante de ajustes de exercícios anteriores, lançado a lucros acumulados;</p> <p>d) decorrentes do crédito correspondente às antecipações de dividendos (item 13.1).</p>	<p>15.1. A Reserva para Equalização de Dividendos será limitada a 40% do valor do capital social e terá por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio (item 14.2), ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, sendo formada com recursos:</p> <p>a) equivalentes a até 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76;</p> <p>b) equivalentes a até 100% da parcela realizada de Reservas de Reavaliação, lançada a lucros acumulados;</p> <p>c) equivalentes a até 100% do montante de ajustes de exercícios anteriores, lançado a lucros acumulados;</p> <p>d) decorrentes do crédito correspondente às antecipações de dividendos (item 14.1).</p>
<p>14.2. A Reserva para Reforço do Capital de Giro será limitada a 30% do valor do capital social e terá por finalidade garantir meios financeiros para a operação da sociedade, sendo formada com recursos equivalentes a até 20% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.</p>	<p>Renumerado.</p>
<p>14.3. A Reserva para Aumento de Capital de Empresas Participadas será limitada a 30% do valor do capital social e terá por finalidade garantir o exercício do direito preferencial de subscrição em aumentos de capital das empresas participadas, sendo formada com recursos equivalentes a até 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.</p>	<p>Renumerado.</p>
<p>14.4. Por proposta do Conselho de Administração serão periodicamente capitalizadas parcelas dessas reservas para que o respectivo montante não exceda o limite de 95% (noventa e cinco por cento) do capital social. O saldo dessas reservas, somado ao da Reserva Legal, não poderá ultrapassar o capital social.</p>	<p>Renumerado.</p>
<p>14.5. As reservas discriminarão em subcontas distintas, segundo os exercícios de formação, os lucros destinados às suas constituições e o Conselho de Administração especificará os lucros utilizados na distribuição de dividendos intermediários, que poderão ser debitados em diferentes subcontas, em função da natureza dos acionistas.</p>	<p>Renumerado.</p>
<p>Art. 15 - PARTES BENEFICIÁRIAS - É vedada a emissão, pela sociedade, de partes beneficiárias.</p>	<p>Renumerado.</p>
	<p>Art. 17 – SEGMENTO DE LISTAGEM - Com a admissão da sociedade no segmento especial de listagem denominado Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA, sujeitam-se a sociedade, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento de Listagem do Nível 1 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA (“Regulamento do Nível 1”).</p>